

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

EDIFÍCIO MARTINELLI-AV. RIO BRANCO, 106-152

TEL. 42-1138-END. TEL. "ADVOGO"

DIREÇÃO DO ADVOGADO

SINVAL PALMEIRA

COLABORAÇÃO DO: OGADOS

ALCIDES SANTOS PESSÔA

ROBERTO BARROZO FILHO

9/6/61

EXMO. SNR. MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.

1255
Agustão

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, por seu delegado, no processo em que se pede o cancelamento de seu registro, vem expôr e requerer o seguinte:

PRELIMINARMENTE:

Perante os Tribunais Eleitorais somente Partidos Políticos podem postular. A Lei Eleitoral é toda ela informada pela idéia de Partido e o exame e interpretação do art. 112 daquele diploma legal, tornam claro êste pensamento da Lei. Mas, êste Colendo Tribunal, em ocasiões diversas e em casos de menos relêvo, já firmou, por outro lado, esta doutrina. Cito apenas a resolução nº 120, entre muitos, em que o Tribunal firma o princípio de que somente Partidos Políticos podem formular consultas a aquele órgão, recusando conhecer petitório que não lhe seja enviado por Partido Político. Se assim o é em simples consulta, muito mais em matéria de transcendência de um pedido de cancelamento de registro. Evidente, é pois, que no caso em espécie, com maioria de razão, somente Partido Político poderia pleitear. Que seria do Tribunal se permitisse a qualquer requerer o cancelamento de registro de um

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

EDIFÍCIO MARTINELLI-AV. RIO BRANCO, 106-152

TEL. 42-1138-END. TEL. "ADVOGO"

DIREÇÃO DO ADVOGADO

SINVAL PALMEIRA

COLABORAÇÃO DOS ADVOGADOS

ALCIDES SANTOS PESSÔA

ROBERTO BARROZO FILHO

1255

um Partido? Estaria sujeito ao exame e discussão de todas as fantazias e provocações daqueles indivíduos sem escrúpulos ou senso de responsabilidade, que entendessem levar à instância eleitoral o problema da cassação de registo do Partido de seu desagrado. Por certo, contra o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, estas provocações se amiudariam, porque muitos são os irresponsáveis e aventureiros prontos às manobras dos inimigos da democracia e do povo, numa guerra de nervos, e mesmo descrédito do regime democrático representativo. Há mais. O regimento interno dêsse Tribunal Superior firma a mesma doutrina, quando dispõe em seu artigo 10 letra "E", ser da competência do Tribunal responder consultas sobre matéria eleitoral, quando formuladas por Tribunais Regionais, autoridades Públicas e Partidos Políticos. Se o eleitor não pode formular simples consulta, como poder pleitear cancelamento de registo de um Partido? Estribado, pois, na Lei Eleitoral e na própria doutrina dêsse Tribunal, levanta o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL esta preliminar, esperando se decida não conhecer do pedido por faltar aos seus postulantes qualidade para requererem em matéria eleitoral.

OS REQUERENTES:

Excuse- o Egrégio Tribunal a breve introdução sobre as pessoas dos requerentes neste processo. Desejo ressaltar, em linhas gerais, quem são os que levantaram o problema do cancelamento de registo do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Não

pelo ânimo de agredí-los, que para tanto não sacrificaria o precioso tempo dos ilustres juizes, mas porque, assim o fazendo, presta o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL uma homenagem à DEMOCRACIA BRASILEIRA, aos homens públicos responsáveis de nossa Pátria, adversários e divergentes de nossas idéias políticas, mas certos to

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

EDIFÍCIO MARTINELLI-AV. RIO BRANCO, 106-182

TEL. 42-1138-END. TEL. "ADVOGO"

DIREÇÃO DO ADVOGADO

SINVAL PALMEIRA

COLABORAÇÃO DOS ADVOGADOS

ALCIDES SANTOS PESSÔA**ROBERTO BARROZO FILHO**

-3-

1255

todos êles de que a vida legal do Partido Comunista é essencial à própria vida da DEMOCRACIA BRASILEIRA. Deseja assinalar os agentes da reação, neste processo, como prova de que a reação, entre nós, não conta com pessoas dignas de respeito que se prestem às suas manobras contra um dos direitos fundamentais do homem. VIRGULINO HIMALAIA, nome que entrou para o noticiário dos jornais como agente da ditadura na perseguição a todos os homens dignos que se lhe opuseram, tantos dos quais, democratas comprovados, encheram as prisões, sob alegação de serem "COMUNISTAS A SERVIÇO DO ESTRANGEIRO", muitos dêles hoje com o mandato do povo na ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE. Outros viveram no exílio e só assim escaparam à sanha daquele órgão policial da Avenida Oswaldo Cruz, onde Virgulino pontificava. Depois disto surgiu em escândalos e processos crimes do conhecimento geral. Hoje é um dos muitos que aparam as migalhas da mesa Salazarista. Sobre êle recordo as causticantes páginas do advogado Bulhões Pedreira, no rumoroso processo Pedro Ernesto. Quanto ao outro, êste é muito conhecido do Tribunal. É o serviçal do Snr. Getúlio Vargas, o Deputado de quatrocentos votos, o palhaço da Constituinte, cujo papel tem sido o mesmo que desempenhou no Parlamento dissolvido por seu amo, provocar a desmoralização do Parlamento, a serviço da reação. Sua presença na Representação do Povo é um ultrage à Assembléia, como bem se expressou Prestes. Mas não é para fazer comentários sobre êsse notório profiteur do Estado Novo, junta sua entrevista a "Diretrizes" e a retificação do dia seguinte, quando confirmando a entrevista, acrescentava que sua verba para mulheres era de trinta mil cruzeiros e não de dez mil cruzeiros.

A entrevista dispensa comentários.

MÉRITO:

O cancelamento do registo de um Partido Políti

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

EDIFICIO MARTINELLI-AV. RIO BRANCO, 106-152

TEL. 42-1138-END. TEL. "ADVOGO"

DIREÇÃO DO ADVOGADO

SINVAL PALMEIRA

COLABORAÇÃO DOS ADVOGADOS

ALCIDES SANTOS PESSÔA

ROBERTO BARROZO FILHO

1255

Político, é fato de assinalável gravidade na vida de um povo. Um Partido como o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, que tomou parte, com relêvo, em uma campanha eleitoral como a de que vimos de sair, e le-
vou às urnas livremente, cêrca de setecentos mil votos, é uma fôrça política a merecer respeito, porque mergulha suas raízes no mais profundo da consciência popular. Incorporou-se o Partido Comunista à vida nacional, e mais, o fez, como um elemento de ordem, pela de
mocracia e pelo progresso. Sôbre isto invoca o próprio documento 7, junto a fls. 48. Alí o Partido, combatendo a carta de 37, diz no item 3:

"Ao contrário dos reacionários e fascistas que tudo fazem para explorar o descontentamento popular, vi-
sando levar a nação ao caos e à guerra civil, o PAR
TIDO COMUNISTA DO BRASIL aproveita o ensejo para
reafirmar SUA POLÍTICA DE LUTA INTRANSIGENTE POR
ORDEM E TRANQUILIDADE".

Aí está uma definição.

O cancelamento do registro é o áto mais grave que êste Tribunal poderá praticar em sua vida de Orgão Supremo da Justiça Eleitoral, e isto bem compreenderam e sentiram todos os se
us ilustres membros, inclusive o eminente Dr. Procurador Geral, na sessão em que foi resolvido dar vista do processo do Partido Comu-
nista, por certo na expectativa de que, desfeita a intriga, não se
ria, siquer, recebido o pedido.

O artigo 14 das instruções de Partidos Políti-
cos repete o art. 49 do Regimento Interno do Tribunal, que dispõe
restritivamente, os casos de cancelamento:

- a) - Quando se provar que recebeu contribuição, de
qualquer natureza, de procedência estrangeira,

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

EDIFÍCIO MARTINELLI-AV. RIO BRANCO, 106-152

TEL. 42-1138-END. TEL. "ADVOGO"

DIREÇÃO DO ADVOGADO

SINVAL PALMEIRA

COLABORAÇÃO DOS ADVOGADOS

ALCIDES SANTOS PESSÔA

ROBERTO BARROZO FILHO

1255

ainda que sob a forma de publicação paga em jornais;

- b) - Quando se provar que, contrariando o seu programa, manifesta, por atos inequívocos de seus órgãos autorizados, objetivos que colidem com os princípios democráticos ou os direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição (art. 48, §§ 1º e 2º dêste Regimento).

Quanto à letra A, não ousaram os provocadores invocar a lenda do ouro de Moscou, material tão usado nos dias negros do fascismo. Não o fizeram porque esta velha e desacreditada mentira policial já não impressionaria ninguém e seria facilmente desfeita, na forma que a própria lei prescreve.

A letra "B". Atos inequívocos da direção do Partido, contra a democracia e os direitos fundamentais do homem. Atos inequívocos. Quais serão? Não indicaram. Mas vamos seguir o curso do pensamento dos requerentes, enfrentando o problema como eles o colocaram.

PARTIDO ESTRANGEIRO:

Em primeiro lugar alegam que o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL é estrangeiro, filial do PARTIDO COMUNISTA RUSSO. Não apresentaram, porque lhes seria impossível, o mais breve começo de prova neste sentido.

Seria uma arguição pueril se não fôsse uma grosseira provocação. As próprias instruções estabelecem o tipo de ligações com o estrangeiro, que fundaria o cancelamento e seria o fundamento da letra "A", não invocado. As ligações alegadas quanto ao PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL podem ser assim enumerados:

Elogios à U.R.S.S., por dirigentes do Partido. Anúncios de artigos soviéticos, no jornal "Tribuna do

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

EDIFICIO MARTINELLI-AV. RIO BRANCO, 106-152

TEL. 42-1138-END. TEL. "ADVOGO"

DIREÇÃO DO ADVOGADO

SINVAL PALMEIRA

COLABORAÇÃO DOS ADVOGADOS

ALCIDES SANTOS PESSÔA

ROBERTO BARROZO FILHO

-6-

1255

Popular".

Artigos de escritórios soviéticos, na Tribuna Popular.

Recomendação da leitura de livros russos.

Comentários sobre o caso Browder.

Crítica ao Livro Azul.

Campanha contra a Carta de 37.

Elogios à U.R.S.S., como a grande democracia socialista, encontramos em políticos eminentes, democratas de todos os países, a começar pelo cidadão do mundo que foi Franklin Delano Roosevelt. Grande aliada na guerra contra o nazi-facismo, nação amiga com a qual mantemos relações diplomáticas, qualquer referência elogiosa a U. R.S.S. só pode concorrer para uma melhor aproximação dos povos livres do mundo, e assegurar a paz sobre a Terra. As recentes palavras de Henry Wallace sobre a U.R.S.S. devem ser lidas e meditadas. Não se pode pensar em política de paz no mundo, sem uma humana e honesta compreensão entre as grandes democracias anglo-americanas e a U.R.S.S.

Os comunistas têm suas vistas voltadas para a União Soviética como a primeira experiência socialista do mundo e vêm com simpatia e afeto esta experiência. O mesmo que ocorreu com os povos que se voltaram para a revolução americana, como uma inspiração, sem que isto exprimisse ligação comprometedora com os Estados Unidos. Por esta ordem de raciocínio o cristianismo também seria estrangeiro. O PARTIDO COMUNISTA É BRASILEIRO E LUTA PELA DEMOCRACIA E PELO PROGRESSO DO BRASÍL, como está expresso no próprio documento nº 5 junto a fls. 42, pelos requerentes do cancelamento.

Os homens do império que se inspiraram no libe-

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

EDIFÍCIO MARTINELLI-AV. RIO BRANCO, 106-152

TEL. 42-1138-END. TEL. "ADVOGO"

DIREÇÃO DO ADVOGADO

SINVAL PALMEIRA

COLABORAÇÃO DOS ADVOGADOS

ALCIDES SANTOS PESSÔA

ROBERTO BARROZO FILHO

15/11/71
1255

liberalismo inglês do século XIX não constituem Partido Estrangeiro, como estrangeiro não foi Rui, herói nacional da história política do Brasil, quando foi beber nas fontes americanas a sabedoria e a inspiração para lagar à sua Pátria um trabalho que ainda hoje, mais de meio século decorrido e através tantas vicissitudes, é uma Constituição Democrática, um patrimônio de nosso saber jurídico; de estrangeiro não foi acusado Rui, quando saudou a revolução socialista nêstes termos:

"Enganam-se muito mal enganados, senhores, os que cuidam que êsse movimento de profunda e irresistível democratização, cujas ondas lavaram o império moscovita, submergindo o despotismo russo não obstante a eternidade aparente dos seus alicerces, espalharam a lém pelo Extremo Oriente, sacudindo a mobilidade asiática nos seus fundamentos, levaram as reivindicações populares à China paradoxalmente republicanizada e estão revolvendo o mundo todo nas suas insondáveis profundezas, como se todo sistema humano do globo entrasse em fusão nos moldes misteriosos da Providência e dêles estivessem para ver sair totalmente reconstituído, o regime político do universo".

Que perigoso agente estrangeiro, no conceito dos requerentes, êsse singular senhor Rui Barbosa! Já houve um tempo, no Estado Novo, em que era proibido lhe falar no nome. Onde, pois, um fato qualquer indicativo de ligação do Partido Comunista com organização estrangeira? A visita de Arruda Câmara à Cuba, assistindo a um Congresso do Partido Cubano nada tem de estranho e especial. O senador chileno Pablo Neruda, grande poeta da América, veio ao Brasil assistir ao comício de Prestes no Pacaembú e aqui o povo o recebeu com afe-

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

EDIFICIO MARTINELLI-AV. RIO BRANCO, 108-152

TEL. 42-1138-END. TEL. "ADVOGO"

DIREÇÃO DO ADVOGADO

SINVAL PALMEIRA

COLABORAÇÃO DOS ADVOGADOS

ALCIDES SANTOS PESSÔA

ROBERTO BARROZO FILHO

-8-

1255

afeto e ouviu o seu canto; o govêrno lhe prestou honras e a Academia o recebeu como o Whitman dos Andes. Assim o deputado Ordoqui, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados de Cuba, quando veio ao Brasil, por ocasião do Comício de São Januário

PARTIDO COMUNISTA existe e floresce nos Estados Unidos, na Inglaterra, democracias do tipo anglo-saxão, tão amadas pelos nossos políticos liberais. Jamais se pensou em negar vida legal a aqueles Partidos sob alegação de serem estrangeiros. Assim em toda a América Livre, em todo o mundo livre, e no mundo livre há um grande lugar para o Brasil.

A alegação de ser estrangeiro o Partido Comunista porque a Tribuna Popular anuncia artigos soviéticos é de um ridículo comovedor, pois estrangeiros seriam todos os partidos cujos jornais anunciassem perfume francês ou automóveis americanos. Isto me dá bem o valor do pedido de cancelamento.

As entrevistas de generais menos esclarecidos sobre a posição verdadeira do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL nada adiantam ao caso, são meros conceitos, e o Tribunal não informa seu decidir pelos conceitos de alguns generais, mas pelo sentido verdadeiro da norma jurídica. Se os jornais da reação quizessem violentos e categóricos pronunciamentos, poderiam obtê-los entrevistando os réus de Nüremberg ou o Sr. Filinto Müller.

Quanto à recomendação da leitura de livros russos, são livros científicos e isto não ofende à democracia. O que ofende a democracia é não ler. É a ignorância de tudo que se passa na sexta parte do mundo, porque um melhor conhecimento seria fator de compreensão e paz entre os homens.

Mas os requerentes não são homens de leituras,

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

EDIFICIO MARTINELLI-AV. RIO BRANCO, 108-182

TEL. 42-1138-END. TEL. "ADVOGO"

DIREÇÃO DO ADVOGADO

SINVAL PALMEIRA

COLABORAÇÃO DOS ADVOGADOS

ALCIDES SANTOS PESSÔA

ROBERTO BARROZO FILHO

14/10/61

-9-

1255

são de outro tipo, e justamente por isto se irritam com os que lêem. Recomendariam os comunistas a aqueles senhores, não livros marxistas, mas histórias para crianças, talvez isto, ao alcance de suas inteligências primárias lhes modificasse um pouco o caráter. Tudo é possível. E há tanto milagre!...

Sobre o Livro Azul, foi bem claro o pensamento do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL; denunciou a manobra imperialista, da qual poderia resultar uma guerra entre o Brasil e Argentina. Considerou parcial o julgamento sobre o caso argentino e os fatos estão demonstrando o acerto dos comunistas, bastando citar a recente declaração de Fiorello La Guardia ao assumir a Presidência da U.N. R.R.A. Mas que há no exame de um documento diplomático que defina como estrangeiro um Partido Político? Sobre a Carta de 37 se manifestou, para condená-la, a consciência popular do país, como os seus mais representativos valores. Com os comunistas votou em peso a U.D.N. e ainda votaram dois eminentes parlamentares membros do P. S.D. Que há nisto que defina o Partido como estrangeiro?

Não devo me alongar sobre esta matéria. O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL é o mais brasileiro dos Partidos, porque ligado ao seu povo, à classe operária, lutando pela democracia e pela União Nacional, estendendo a mão aos adversários dignos para juntos trabalharem pela grandeza da Pátria e felicidade de seu povo. Estrangeiro porque chama de irmãos os outros Partidos Comunistas da América? Irmãos são todos os povos livres da Terra. Nações irmãs são todas aquelas em que vivem e crescem aqueles partidos, povos irmãos, povos da América, povos do mundo. A fraternidade está nas raízes do pensamento comunista. Não nos chamem de estrangeiros porque amamos o próximo, isto seria subverter toda a moral cristã

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

EDIFÍCIO MARTINELLI-AV. RIO BRANCO, 106-152

TEL. 42-1138-END. TEL. "ADVOGO"

DIREÇÃO DO ADVOGADO

SINVAL PALMEIRA

COLABORAÇÃO ECS ADVOGADOS

ALCIDES SANTOS PESSÔA

ROBERTO BARROZO FILHO

18
-10-

1255

cristã e os alicerces da verdadeira sabedoria.

Não. O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, há de viver e crescer com o povo brasileiro, por uma Pátria feliz e livre

GUERRA IMPERIALISTA

Quanto à resposta de Prestes sobre a hipótese de uma guerra imperialista e a posição dos comunistas em tal emergência, a explicação do Partido está no histórico discurso de seu líder, que junta em Diário da Assembléia. Não precisa ser comunista para lutar contra a guerra de conquista. Comunista não foi o Constituinte de 91 quando elaborou o art. 88 de nossa Carta Magna. Sábia norma constitucional:

"Os Estados Unidos do Brasil em caso algum se empenharão em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra Nação".

A Constituição de 91 manteve, aliás, a tradição política herdada do Império. Antes dela, já o decreto 510 de 22-6-90 e o decreto 914-A de 23-10-90 estabeleciam:

"Em caso nenhum direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra Nação, os Estados Unidos do Brasil se empenharão em guerra de conquista".

Comunista não foi, igualmente, o Constituinte de 34, quando repetiu a norma salutar, no art. 4 da carta de 16 de Julho.

O governo que lançasse o país em tal guerra, estaria ele próprio fora da lei, quebrando nossa tradição democrática e de respeito aos povos irmãos. Não pode, pois, haver mais bela lição de concórdia internacional, mais sugestivo pronunciamento

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

EDIFICIO MARTINELLI-AV. RIO BRANCO, 108-152

TEL. 42-1138-END. TEL. "ADVOGO"

DIREÇÃO DO ADVOGADO
SINVAL PALMEIRA

COLABORAÇÃO DOS ADVOGADOS
ALCIDES SANTOS PESSÔA
ROBERTO BARROZO FILHO

1981. -11-

1255

de Direito Público, do que as palavras de Prestes.

Comunista não é o deputado Campos Vergal, cujo aparte, à página 628 do Diário, é profundamente expressivo.

Que acusem os comunistas, como fez o senhor Juracy Magalhães, de prepararem o povo contra a Guerra, para a qual, no seu entender, se preparam psicologicamente outros povos.

Se o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL prepara o povo brasileiro para a Paz, está cumprindo o grande destino de todos os povos livres da Terra, que há de ser o de extinguir as causas de guerra. Estarão os comunistas brasileiros fiéis à lição de Roosevelt por um mundo livre, o mundo da cinco liberdades.

Repele o Partido Comunista a alegação de que outros povos se preparam para a guerra. Não se confundam povos com certos grupos imperialistas em agonia. Cremos que êsses grupos não conseguirão arrastar os povos nem os governos das grandes nações democráticas a outra guerra mundial.

A declaração de Prestes foi um pretexto para reação contra o Partido Comunista, e cujo fechamento se pede, como primeiro passo para um golpe contra a própria Democracia Brasileira, como bem compreendeu e denunciou o eminente Senador Hamilton Nogueira, cujo discurso é uma advertência à Nação.

Mas, porque tanta onda em torno de uma simples hipótese? Onde o ato inequívoco denunciador de propósitos contrários à vida da própria democracia e aos direitos fundamentais do homem?

Recordem os acusadores do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL quais os direitos fundamentais do homem. Não. Não podem recordar, procurem saber. E depois talvez se acalmem. Por êsses direitos fundamentais do homem sempre lutaram e lutarão sempre os comunistas brasileiros.

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

EDIFÍCIO MARTINELLI-AV. RIO BRANCO, 106-182

TEL. 42-1138-END. TEL. "ADVOGO"

DIREÇÃO DO ADVOGADO
SINVAL PALMEIRA

COLABORAÇÃO DOS ADVOGADOS
ALCIDES SANTOS PESSÔA
ROBERTO BARROZO FILHO

-12-

1255

MARXISMO - LENINISMO

Quando do requerimento do registo do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, o professor Sampaio Dória, relator do processo, pediu se esclarecesse, se no programa do Partido se incluíam princípios marxistas - leninistas. A resposta é do conhecimento do Tribunal. NO PROGRAMA DO PARTIDO NÃO SE INCLUEM PRINCÍPIOS MARXISTAS-LENINISTAS NEM PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS DE QUALQUER ESPÉCIE. O programa não foi alterado. Está registado no Tribunal. Membro do Partido será todo aquele que aceitar seu programa, programa fundamentalmente democrático. Assim é que, comunistas os há aos milhares que são católicos, espíritas, protestantes etc., que não são, consequentemente, marxistas-leninistas.

Marxistas se dizem muitos dos que não são comunistas. Diversas escolas socialistas se pretendem apoiadas no método marxista de interpretação da história.

Marxismo é ciência. É a síntese do pensamento científico do século XIX, no campo da filosofia, da economia e da política. Marx continuou o pensamento clássico, dando-lhe substância científica. Assim é que foi buscar na filosofia alemã, sobretudo de Feuerbach, os fundamentos filosóficos de sua verdadeira revolução na ciência social. Bebera nos economistas ingleses a sabedoria do passado e deu ao socialismo fundamento e vida, introduzindo no estudo dos fatos sociais o método dialético.

Marxismo, é pois, um método de interpretação da história, o método do materialismo dialético. Porque, então, este furor dos acusadores? Que sabem eles de marxismo? O mal é a ignorância. Já o imortal Goethe clamava:

"Ah, se os homens pudessem compreender!"

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

EDIFÍCIO MARTINELLI-AV. RIO BRANCO, 108-152

TEL. 42-1138-END. TEL. "ADVOGO"

DIREÇÃO DO ADVOGADO

SINVAL PALMEIRA

COLABORAÇÃO DOS ADVOGADOS

ALCIDES SANTOS PESSÔA

ROBERTO BARROZO FILHO

-13-

1255

Nós comunistas marxistas usamos nosso método de interpretação da história, o método dialético. Se erramos, tanto melhor para a reação. Comunistas não marxistas poderão crer nas revelações, e nem por isto deixarão de ser membros tão dignos do Partido, desde que lutem pelo seu programa.

Isto parece de absoluta e meridiana clareza.

Foram sem dúvida, os positivistas, os homens que lideraram o movimento republicano no Brasil, no entanto, nem todos os republicanos eram positivistas.

O Leninismo é o Marxismo da época do imperialismo, é a contribuição de Lenin, como diz Stalin, ao tesouro geral do marxismo. Lenin não modificou, porém, o pensamento de Marx, antes o enriqueceu com o seu gênio e sua experiência.

Estamos, pois, frente ao pensamento científico. Pode parecer herético aos que se retardaram, como herético foi Tobias Barreto defendendo a filosofia monista de Noiré e Haeckel num meio escolástico e provinciano, mas arejou o pensamento brasileiro e deu novo rumo à nossa cultura.

Não se combate o pensamento sinão com o próprio pensamento.

CONCLUSÃO

Concluindo, Egrégio Tribunal Superior, vem o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL reafirmar sua fé inquebrantável nos direitos fundamentais do homem, seu propósito decidido de lutar dentro da ordem e da legalidade, por uma Pátria livre e democrática, independente e progressista. Nessa luta o Partido estende a mão a todos os brasileiros dignos num apêlo de União Nacional pela Democracia. Apoiará os Poderes Constituídos em todos os atos a

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

EDIFÍCIO MARTINELLI-AV. RIO BRANCO, 108-182

TEL. 42-1138-END. TEL. "ADVOGO"

DIREÇÃO DO ADVOGADO

SINVAL PALMEIRA

COLABORAÇÃO DOS ADVOGADOS

ALCIDES SANTOS PESSÔA

ROBERTO BARROZO FILHO

2261
-14-
1255
Alcides

a favor do povo e no seu interesse. Repele todas as provocações dos remanescentes facistas a serviço da reação e do imperialismo, por um Brasil nosso, amigo de todos os povos e nações, fiél à sua tradição de respeito internacional, e de acatamento à dignidade da pessoa humana.

Produzida esta réplica o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL espera seja recusado in-limine o pedido de cancelamento de seu registo. Todavia se o Egrégio Tribunal entrar no mérito que seja indeferido o pedido, por ausência absoluta de fundamento legal.

Assim terá o Egrégio Tribunal repellido mais uma torpe provocação contra a ordem democrática.

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1946.

(a) *Sinval Palmeira*
Delegado do
Partido Comunista do Brasil

na sessão inaugural de nossos trabalhos. Reitero-as, porque será sempre essa a nossa atitude, aqui: os comunistas jamais usarão a tribuna para insultos ou ataques pessoais. Estenderemos fraternalmente as mãos a todos os partidos políticos e sempre estaremos prontos a apoiar todas as medidas úteis ao povo, à Democracia, ao progresso de nossa pátria, partam elas de quem partirem.

E que ninguém veja, nesta defesa intransigente de princípios, de nossos pontos de vista, quaisquer preocupações de ataque pessoal, porque tal jamais será nossa atitude.

Senhores: será sempre esse o procedimento da bancada comunista.

É evidente que, vindo à tribuna em momento como o atual, receio como receia todo o meu Partido e sua bancada — que, no calor do debate, no ardor da discussão, sejam proferidas palavras que possam magoar alguns dos Srs. Representantes. Mas, afirmo desde já: tais palavras estarão previamente retiradas, se qualquer dos Senhores Representantes as julgar ofensivas.

O lema da bancada comunista pode ser sintetizado nas seguintes palavras de Rui Barbosa, que vou ler agora, constantes em seu discurso de 16 de dezembro de 1890, o primeiro que fez na Assembléia Republicana.

Rui pretendia tratar de matéria constitucional. Confesso a VV. EEx.^{as} que era também meu desejo falar da primeira vez, em nossas sessões ordinárias, sobre assunto constitucional. Mas teve que se desviar, tratando, principalmente, de assunto financeiro, para responder às acusações que então sofria, na qualidade de Ministro da Fazenda, posto que abandonaria três dias depois.

Estas palavras de Rui são o lema da bancada comunista:

"Ninguém mais do que nós compreende quanto são preciosos os momentos desta Assembléia; ninguém mais do que nós se interessa em remover todo e qualquer obstáculo às suas deliberações; ninguém mais do que nós se empenha em apressar a solução final dos nossos trabalhos, dos quais deve resultar para o país a Constituição que nós prometemos, que ele nos confiou e que deve ser a primeira e a mais séria aspiração de todos os republicanos, de todos os patriotas."

Senhores: ocupo a tribuna para discutir a indicação n.º 17, apresentada pelo ilustre e nobre representante Sr. Café Filho.

S. Ex.^{as}, podemos dizer, esgotou o assunto. Sobre ele, no entanto, desejaria dizer mais alguma coisa.

Trata-se do emprego dos saldos ouro no estrangeiro.

Crêmos que esta é uma reserva vital para a nossa pátria. Em documentos de nosso Partido e em decisões por ele tomadas, defendemos a tese de que essas reservas não devem ser utilizadas estritamente na aquisição dos bens de consumo; devem ser utilizadas de maneira planejada, de acordo com as necessidades nacionais, para o reequipamento de nossas estradas de ferro, para aquisição de navios para a nossa marinha mercante, para construção de usinas hidro-elétricas capazes de elevar a energia, a capacidade de produção de todo o nosso povo, ...

O Sr. Declecio Duarte — Para aperfeiçoamento das fábricas de te-

cidos, a fim de podermos competir com o estrangeiro.

O SR. LUIZ CARLOS PRESTES — Perfeitamente.

... para a importação de toda a maquinaria que, dentro de um plano estabelecido por um acordo mútuo entre o governo e os próprios industriais, seja a mais necessária para o desenvolvimento industrial do país.

Sem dúvida, o Sr. Deputado José Jofill em parte tem razão quando declara que, de todas as indústrias, a mais necessária em nosso país, nos dias de hoje, é a indústria pesada, a da fabricação de máquinas. Vamos fabricar máquinas para as nossas fábricas. Volta Redonda aí está. Apoiamos sua construção. Podem e devem mesmo existir erros. Mas, meus concidadãos, quem não erra? Volta Redonda é a indústria em nossa terra, é o início da nossa emancipação econômica (Apoiados)

O Sr. Pereira da Silva — Uma obra notável do governo Getúlio Vargas.

O SR. LUIZ CARLOS PRESTES — Concordamos. Ninguém mais do que nós, comunistas, apoiou o Sr. Getúlio Vargas quando, com seus atos democráticos do ano passado, abriu as perspectivas para a marcha à democracia em nossa terra, e quando, em 38, começou a grande campanha pela siderurgia nacional.

Há poucos dias, o diretor da Empresa Siderúrgica Nacional, o ilustre Coronel Raulino de Oliveira, dizia-me que ele, pessoalmente, tinha grande respeito pelo Partido Comunista, porque nenhum outro partido apoiara com mais decisão a construção da usina.

Mas, Senhores, o assunto, podemos dizer — repito — está esgotado. A bancada comunista o apoiou. Se hoje ainda me restar tempo, se puder mais detalhadamente entrar em sua discussão, para trazer mais alguns esclarecimentos, hei de fazê-lo. Peço, no entanto, permissão ao Sr. Presidente para, antes de abordar esse assunto, completar alguns dos meus apartes ao notável discurso que há dias ouvimos do nobre e ilustre companheiro de representação pelo Distrito Federal, cujo nome pronuncio com respeito e admiração e que também é respeitado por toda a Casa, Sr. Hamilton Nogueira.

Quando S. Ex.^{as} fez seu brilhante discurso, tive ocasião de apartar-lo e de explicar que trazia mais alguns elementos capazes de aumentar a sua convicção, a respeito da nobre e elevada tese que esposava: a tese da defesa da democracia, a tese de que o golpe contra o Partido Comunista nada mais era do que golpe contra a própria democracia. Porque foi esta, em síntese, a nobre e elevada tese defendida, no momento, pelo Dr. Hamilton Nogueira.

O Sr. Hamilton Nogueira — Peço permissão a V. Ex.^{as} para esclarecer meu ponto de vista. Defendo, defendi e defenderei a tese da participação legítima de qualquer Partido, dentro de uma democracia. Mas, como minhas palavras têm sido interpretadas de modo algo diferente, dando a entender que tenho qualquer convicção com a ideologia comunista, quero declarar — aliás, está claro em meu discurso e apenas o faço para uso externo, porque, aqui, todos as entenderam perfeitamente — que, como católico, que sou, do ponto de vista doutrinário

jamais poderia aceitar a ideologia comunista. Era a explicação que queria dar.

O SR. LUIZ CARLOS PRESTES —

As palavras de V. Ex.^{as} e a nobre atitude que assumiu, a mim — confesso —, Sr. Senador, não surpreenderam. Não em consequência apenas das últimas atitudes de V. Ex.^{as}, depois de eleito, participando, por véses, de uma ou outra solenidade a que ambos fomos convidados, mas também porque V. Ex.^{as} lembra, nesta Casa, pela firmeza de opiniões e pela maneira elevada, superior, com que respeita as opiniões alheias, a figura de outro católico que conheci nos duros anos de prisão. Refiro-me ao grande advogado deste fóro, o ilustre Dr. Heráclito Sobral Pinto, amigo comum, do nobre colega Sr. Hamilton Nogueira e meu.

As opiniões defendidas pelo ilustre Senador, no último discurso, são as mesmas permanentemente defendidas pelo Dr. Sobral Pinto, nas palestras que tivemos na prisão, em visitas semanais que, a partir do ano de 42, podia fazer-me. Era um comunista, um marxista, um materialista que, durante uma hora, na prisão, no seu isolamento total, conversava com um católico praticamente e convicto. Evidentemente, encontramos um terreno comum para nossas palestras. Não foi fácil, a princípio; mas o encontramos, e desde aquele momento nos respeitamos.

O Dr. Sobral Pinto já tem dito, por escrito, que aprendeu, nesse contato, a argumentar por novas formas contra aqueles que crêem não ser possível essa aproximação. Compreendeu e teve a convicção de que um comunista não é um bandido. Como os comunistas, puderam compreender e eu pessoalmente, — o que para mim, dirigente de um partido, é de grande importância — é que, no terreno político, é realmente possível a aproximação. Existe um amplo campo comum para comunistas e católicos, desde que sejam sinceros, democratas e patriotas de verdade.

O Sr. Hamilton Nogueira — No terreno político, dei e darei ao Partido Comunista, o meu apoio, em questões comuns de justiça social. Individualmente, no entretanto não posso ter relações com o Partido Comunista.

O SR. CARLOS PRESTES — Senhores, ao completar aqueles meus apartes, quero, além da homenagem pessoal que acabo de prestar ao meu ilustre advogado, prestar outra, ainda maior, a todos os católicos que, em grande maioria, em nossa terra, são de fato democratas sinceros e patriotas verdadeiros, e, particularmente, aos do Distrito Federal, que, com o seu voto, trouxeram a esta Casa o nosso nobre colega, Senador Hamilton Nogueira.

E como fazer isso? Não estou autorizado a citar o nome do autor, mas trata-se de uma alta figura, de um homem culto, de um capitalista, que me escreveu a seguinte carta:

"Senador Carlos Prestes — Sou católico, titular benemérito da Universidade Católica do Brasil, contando no clero brasileiro com alguns dos meus amigos. Telegramfei ao Senador Hamilton Nogueira felicitando-o pelo alto espírito político e cristão do seu último discurso sobre o comunismo, discurso publicado na inte-

gra pelo "Jornal do Comércio" e pela "Tribuna Popular" e de sua perfeita compreensão da situação, qual a posição dos comunistas se o Brasil abandonasse qualquer nação imperialista e declarasse guerra à União Soviética", o Sr. respondeu: "Temos como o povo da Resistência Francesa, o povo italiano, ergueram contra Petain e solini. Combateríamos uma ra imperialista contra a União Soviética, mas não nos comprometemos a fazer a resistência em nossa contra um governo desses, a qualquer grau, que quisesse a volta do comunismo. Se algum governo tivesse esse crime, nós combateríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional." Não foi somente isso que Lenin acolheu e fez quando a Rússia se penhou na primeira guerra mundial?

Não se aproveitou Lenin guerra imperialista russa para transformá-la na guerra de libertação nacional de 1917? afirmar, hoje, que Lenin traidor da pátria e inimigo do povo russo?

Por que foi valioso o há poucos dias, em Nova

Por que precisou ele o lançamento de 1.400 policiais agentes secretos em Waldorf Astoria Hotel?

Por que o Partido Comunista ameaçou tirar-lhe a licença? Por que 500 membros dos Comuns assinaram um manifesto contra ele? Por que o deputado Howard Buffet qualificou-o de "traficante de guerra"? Por que tantas manifestações populares de desagrado a Churchill, nos Estados Unidos e na Inglaterra?

Exatamente porque seu discurso em Fulton foi interpretado como convite para uma guerra imperialista contra a Rússia Socialista. Os povos da Inglaterra e dos Estados Unidos tornaram inequívoco que se levantariam contra seus próprios governos se estes ousassem desfechar uma guerra imperialista contra a União Soviética."

(Apartes dos Srs. Barreto Pinto, e replica do orador, fazendo o Senhor Presidente soar demoradamente os timpanos.)

O SR. PRESIDENTE — Atenção: Peço ao nobre senador que prossiga em suas considerações. O orador tem o direito de conceder ou não os apartes, e o Presidente a obrigação de assegurar-lhe a palavra.

O SR. CARLOS PRESTES — Continuo a leitura da carta:

"Não há dúvida de que assim, também procederia o povo brasileiro, que não é mais um povo tolo.

Churchill foi valioso por incitar uma guerra imperialista; Lenin foi aplaudido por conduzir uma guerra libertadora. Os povos já conhecem, portanto, a enorme diferença entre a guerra imperialista e guerra de libertação. Para mim, suas declarações são prova devotado interesse pelo Brasil e pelo povo brasileiro."

Sr. Presidente, Srs. Representantes, esta é a carta de um católico, ma-

nifestando a maneira pela qual S. Ex.^a vê e compreende o incidente.

Desejo, entretanto, completá-la com outra, de ilustre médico desta Capital, cujo nome declinarei no final da leitura:

Lá, ontem, com verdadeira revolta, notícias da América do Norte de que é pensamento do Governo Ianque, adquirir terras no Brasil para a instalação de bases norteamericanas, a fim de nos defender...

O Sr. Pereira da Silva: — Já está esmentido.

O SR. CARLOS PRESTES: — Volto ao assunto.

(Continuando a leitura)

...nos atrás, o perigo que os Ianques afirmavam existir contra a Alemanha. Deram a esta, os americanos desconfiança de que o novo perigo é a Alemanha. E assim, sempre "descobrimos" uma ameaça à soberania dos Ianques, por nós socorrer, e... se insinuam em nossa casa, com a sua e os seus tanques.

Senador, tudo tem um Brasil é soberano e independente, a tutela fazemos parte da Organização das Nações por conseguinte, num progresso, devemos contar com a farsa de tal Departamento, por conseguinte, dispensa a instalação definitiva em solo, dos americanos.

Essa "defesa" que se propõe a América do Norte, de nos proporcionar, é suspeita. O que se passou com a nossa borracha, durante a última guerra é sintomático. Segundo dados que me foram fornecidos por técnicos em negócios de borracha, os lucros que deixaram de entrar no tesouro nacional, pelo volume de borracha "surtupada" pelos Ianques e retirada da Amazônia através uma "picada" clandestina na Guiana Inglesa, se eleva a sete milhões de contos ou sejam sete bilhões de cruzeiros. Sete bilhões de cruzeiros que deixaram de entrar para o tesouro nacional.

Como já tive ocasião de afirmar a V. Ex.^a se o Brasil ainda se encontra nesse estado de semicolônia, é devido ao imperialismo Ianque que não admite que tenhamos indústrias de base em nosso território. O auxílio que diz ter proporcionado à Companhia Siderúrgica Brasileira, é uma das muitas "tapeações" com que aquele povo desleal ilude a boa fé dos nossos nativos...

Uma coisa Senhor Senador quero vos afirmar: é que se o Brasil for obrigado pelos Ianques a se aliar num ataque à Rússia por parte dos Estados Unidos, eu pegarei em armas ao lado da Rússia, pois combater os Estados Unidos, isto é, combater o maior inimigo do Brasil, é trabalhar pelo Brasil.

O Sr. Nestor Duarte — V. Ex. pode dizer quem assina a carta?

O SR. CARLOS PRESTES: — Pois não. Trata-se de ilustre médico desta Capital, — o Dr. Sérgio Gomes, irmão

do Brigadeiro Eduardo Gomes e homem educado...

O Sr. Pereira da Silva — Permita V. Ex. um aparte. Membro da bancada amazonense, quero esclarecer que na região fronteiriça do Brasil com a Guiana Inglesa não existe, absolutamente, indústria estrativa de borracha. Trata-se de região dedicada, exclusivamente, à pecuária.

O Sr. Juraci Magalhães — O orador ignora, por acaso, que o Dr. Sérgio Gomes, foi adversário político do Brigadeiro Eduardo Gomes durante toda a campanha realizada em prol da democracia no Brasil?

O SR. CARLOS PRESTES: — Não estou bem informado a respeito. Sei apenas que o autor da carta é irmão do Brigadeiro. O Brigadeiro, evidentemente, não está obrigado a adotar as mesmas idéias dos irmãos. Posso assegurar apenas que se trata de homem honesto que tem a mesma educação, vive ao lado da mesma ilustre mãe, é bom filho e, repito, distinto médico desta capital.

O Brigadeiro Eduardo Gomes está a grande distância, e, sabedor dessa opinião de seu irmão, há de se manifestar.

O Sr. Prado Kelly — Não podemos deixar que paire no espírito da Assembleia por um instante sequer, dúvida sobre as idéias do Sr. Brigadeiro Eduardo Gomes. Começo por lamentar que V. Ex. só tenha encontrado, como credencial ou título do missivista, a circunstância de ser irmão do candidato da União Democrática Nacional à Presidência da República.

O SR. CARLOS PRESTES: — V. Ex. é injusto para comigo. Não aleguei tal circunstância como única, mas como último título. Declinei sua condição de médico, de patriota, de homem de educação católica. Se não é praticante, trata-se, todavia, de pessoa criada em família católica, que não é comunista. Discordo de seus pontos de vista pessoais. Se li toda a carta que tanta celeuma levantou, foi porque havia necessidade de que a mesma chegasse ao conhecimento da Assembleia.

O Sr. Prado Kelly — Desde já, porém, posso afirmar a V. Ex. — o que julgo desnecessário fazer, em relação à Assembleia — que o Major-Brigadeiro Eduardo Gomes com sua vigilância, em toda a vida, pelo bem do Brasil, não seria capaz de se associar, por um momento, à declaração contida nessa carta.

O SR. CARLOS PRESTES: — Estou certo de que o Sr. Brigadeiro Eduardo Gomes, no caso de uma guerra imperialista a que se quisesse arrastar nosso povo, se colocaria ao lado deste mesmo povo. Basta recordar que ele jamais concordou com a entrega de nossas bases aos americanos, nas condições em que o Governo pretendia fazê-la.

O Sr. Prado Kelly — O Brigadeiro Eduardo Gomes ficaria, em qualquer hipótese, ao lado do Brasil.

O SR. CARLOS PRESTES: — Faço justiça ao Brigadeiro. Conheço-o pessoalmente; discordo no terreno político. Creio que suas idéias são reacionárias; mas de que é patriota ninguém pode duvidar.

O Sr. Prado Kelly — O coração do Brigadeiro Eduardo Gomes, quaisquer que sejam as circunstâncias e em qualquer época, pulsará sempre ao lado da Pátria.

O SR. CARLOS PRESTES: — Ao lado da Pátria! Vejamos, Srs. Representantes, de que lado estão os interesses de nossa Pátria, no caso de uma guerra imperialista. É isso que se deve discutir agora.

O Sr. Prado Kelly — No espírito da Assembleia não pode haver qualquer vacilação quanto ao acendrado patriotismo e ao caráter do Brigadeiro.

O SR. CARLOS PRESTES: — A Assembleia não põe em dúvida o patriotismo do Sr. Brigadeiro Eduardo Gomes. Ninguém mais do que eu dele discorda, politicamente. No meu entender — repito — é um reacionário, embora patriota.

O Sr. Flores da Cunha — O nobre Representante permite um aparte? Quero informar a Constituinte de episódio ocorrido durante a última guerra. Logo depois de receber a visita do Brigadeiro Eduardo Gomes no hotel onde me achava hospedado, após minha saída do presidio da Ilha Grande, narrou-me fato ocorrido na costa do Atlântico, quando de sua viagem à África do Norte, o que bem alto demonstra o patriotismo e o amor que tem pelo Brasil.

O SR. CARLOS PRESTES: — Lógico. O Sr. Flores da Cunha — Um "destróyer" americano afundara, pouco acima de Recife, um submarino alemão. A tripulação do submarino conseguiu flutuar e foi recolhida pela unidade americana. Levada para Recife, ao invés de ser entregue às autoridades brasileiras, foi conduzida ao campo militar americano, o que mereceu os protestos de Eduardo Gomes.

O Sr. Juraci Magalhães — O orador consente em outro aparte? Creio definir bem a diferença de pontos de vista entre V. Ex.^a e o humilde representante, lendo trecho de carta recebida de um correligionário de V. Ex.^a: "Agora, pergunto a V. Ex.^a se determinados fatores históricos nos levam a uma guerra contra as grandes democracias do mundo, como sejam os Estados Unidos da América do Norte, a Inglaterra, o Canadá, a Austrália, que faria V. Ex.^a? A essa carta respondendo: iria com o Brasil para a guerra, fosse contra que nação fosse! (Palmas). Esta, a nossa diferença fundamental.

O SR. CARLOS PRESTES: — O Brasil não faz guerra imperialista, como diz V. Ex.^a, e, na sabatina que levanto tão grande celeuma, eu mesmo disse: "Acreditamos, porém, que nenhum governo tentará levar o povo brasileiro contra o povo soviético numa guerra imperialista..."

O Sr. Juraci Magalhães — O perigo reside na interpretação do que seja guerra imperialista; nós, democratas brasileiros, vimos como os comunistas interpretaram a guerra das democracias contra a Alemanha como guerra imperialista, para, mais tarde, se tornarem contrários a ela.

O SR. CARLOS PRESTES: — Somos — torno a dizer — radicalmente contrários a qualquer guerra imperialista, e a guerra, antes de 21 de junho de 1941, era imperialista e nós éramos a ela contrários.

O Sr. José Bonifácio — Por que era guerra imperialista?

O Sr. Prado Kelly — Pergunto ao orador: Se, acaso, o Governo Brasileiro — traduzindo, aliás, o sentimento nacional e repetindo fato histórico, qual o da nossa intervenção na guerra de 1914 — se o Governo, antes de 1941, isto é, enquanto não havia es-

tado de guerra declarado entre a Alemanha e a Rússia, houvesse declarado guerra aos países do Eixo, às nações totalitárias, que atitude, nessa época, teria tomado o Partido Comunista?

O SR. CARLOS PRESTES: — Permita V. Ex.^a que responda à sua pergunta formulando outra pergunta.

O Sr. Prado Kelly — Não seria forma de responder.

O SR. CARLOS PRESTES: — Certo, conhece V. Ex.^a o célebre discurso pronunciado pelo Sr. Getúlio Vargas em 10 de junho de 1941.

O Sr. Prado Kelly — Discurso que estremeceu a consciência democrática do país.

O SR. CARLOS PRESTES: — Imagine V. Ex.^a que, após aquele discurso, o Sr. Getúlio Vargas passasse aos fatos e declarasse guerra às nações democráticas, ao lado da Alemanha. V. Ex.^a ficaria ao lado do Governo?

O Sr. Prado Kelly — Darei, com muito prazer, minha resposta.

O SR. CARLOS PRESTES: — V. Ex.^a seria um rebelde.

O Sr. Juraci Magalhães — Há uma grande diferença: posso não estar ao lado do Sr. Getúlio Vargas, mas devo obediência ao Governo do meu país.

O Sr. Prado Kelly — Estariamos diante de um governo de fato, aliado às potências totalitárias para a guerra contra a liberdade do mundo.

O SR. CARLOS PRESTES: — Quando o Governo quer fazer o povo "carne para canhão", a favor dos banqueiros, dos "trusts", dos monopólios, não há patriota que deite de se levantar contra isso. O fato, Srs. Representantes, é que não se vale a uma guerra dessa natureza sem preparação ideológica muito séria. Que acontece? Os povos, os homens honestos e patriotas são arrastados e, só mais tarde, depois de terem sofrido na guerra, compreendem o erro terrível, o crime cometido contra a própria pátria pelos dirigentes. A nós, marxistas e leninistas, ninguém nos engana com essa facilidade e contra uma guerra imperialista, sempre estaremos na estacada. Seguiremos os exemplos históricos de Lenine, Carlos Hiebecknecht, o único deputado que se levantou no Reichstag, para lutar contra o Kaiser, pela libertação, independência e emancipação de sua pátria.

O Sr. Pereira da Silva — E que diz V. Ex.^a da atuação da Rússia no caso da Finlândia?

O SR. CARLOS PRESTES: — O caso finlandês é outro. Sou patriota, e como tal tenho obrigações. Somos homens, e a qualidade máxima do homem é o intelecto. Infelizmente a maioria da humanidade ainda é arrastada por paixões, e não pela razão, e os provocadores de guerras utilizam-se das paixões para arrastar os povos para guerras imperialistas.

Senhores, nós comunistas, agimos com a cabeça e não com o sentimento, e como patriotas examinamos onde estão os verdadeiros interesses de nosso país (Troçam-se inúmeros apertes).

O SR. PRESIDENTE: — (Fazendo soar os timpanos) Peço aos nobres Representantes, que não apartem ao mesmo tempo, porque assim ficará prejudicada a solenidade de que se devem revestir os debates.

O Sr. Batista Luzardo — Sobre o debate que agora está sendo trava-

do, porque nós, Constituintes, Representantes da Nação, devemos ouvir o discurso do Senador Carlos Prestes, para dar-lhe, depois, a resposta que merecer.

O SR. CARLOS PRESTES — É o que desejo. V. Excia. deve ter notado a serenidade com que me mantenho nessa tribuna e a maneira porque evito provocações, justamente por ser este meu interesse: — ser ouvido.

O SR. PRESIDENTE — Pediria aos nobres Representantes que ocupassem as suas cadeiras.

(Os Srs. Constituintes atendem ao apelo do Sr. Presidente.)

SR. CARLOS PRESTES — Vou responder a um aparte do illustre colega Sr. Pereira da Silva, relativamente à questão Finlandesa.

O Sr. Pereira da Silva — Referi-me ao ataque e à ação imperialista por parte da Rússia, contra a liberdade daquele povo progressista e respeitador.

O SR. CARLOS PRESTES — A União Soviética — asseguro a V. Exa. e a História aí está para comprová-lo — não ataca a liberdade de ninguém. Conhece o nobre colega as circunstâncias em que se processou a Guerra Russo-Finlandesa. O momento era dos mais perigosos. Os capitais financeiros ingleses e americanos ajudaram, mas de maneira a mais descaçada, a organização dos exércitos de Hitler.

A política de Chamberlain e Daladier, política de capitalistas, preparara todo o caminho para jogar a Alemanha nazista contra a União Soviética. Hitler era a brigada de choque na luta contra o socialismo. A União Soviética tem um governo, responsável natural pela segurança da pátria. Stalin profetizou as seguintes palavras muito conhecidas no mundo inteiro: "Não queremos nada das terras estrangeiras, mas não cederemos, também, uma polegada do nosso solo".

Imagine V. Ex. a situação de um governo que tem de defender a integridade da pátria, porque é essa a missão de qualquer governo — e todo governo deve estar vigilante, porque nenhum tem direito de se enganar, de vez que, um engano, um equívoco, ou qualquer omissão, importa em tração à pátria.

O Sr. Pereira da Silva — Quem a atacou?

O SR. CARLOS PRESTES — Permita V. Ex. que eu termine o meu raciocínio.

V. Ex. sabe que a fronteira soviética com a Finlândia distava de Leningrado, o segundo centro industrial do país, — porque o primeiro é Moscou, — distava — repetito — um tiro de canhão. Isto é, 30 quilômetros. V. Ex. também não ignora que a Alemanha nazista nada respeitava naquela época e que a Finlândia já estava ocupada por tropas alemãs.

Era ela uma base de operações do nazismo e já estava, naquele instante, ocupada pelas tropas de Hitler. Naturalmente, de maneira encoberta, ninguém sabia, mas a União Soviética tinha sua vigilância e estava certa de que ali se firmara uma base para ataque, pelo norte, a Leningrado. Em tais condições, o governo soviético dirigiu-se ao governo finlandês e mostrou-lhe que o fato constituía uma ameaça e que não podia tolerar a existência desse perigo para o país.

Naquela época, muitos homens honestos, democratas sinceros, como aconteceu na França e nos Estados Unidos, não apreendendo o fenômeno nos seus detalhes, reconheceram aquela guerra como inevitável, porque a Finlândia, apesar de pequenina e fraca, se sentia tão forte que não cedia uma linha no acordo proposto pela União Soviética...

O Sr. Pereira da Silva — Em defesa da própria liberdade, ninguém cede.

O SR. CARLOS PRESTES — ... e que consistia em afastar a fronteira, dando garantia à capital do país. Ora, nessa ocasião, o país estava ocupado pelo nazismo. Enquanto não o foi, a União Soviética, que já tinha um Exército Vermelho, capaz de esmagar a Finlândia, não a atacou.

Mas, Srs. Representantes, depois do ataque de Hitler à União Soviética, depois do que sofreram os povos poloneses e franceses, depois que vimos que a Finlândia serviu de ponto de partida para a ameaça a Leningrado, e depois que foi possível iniciar um contra-ataque para esmagar as hordas de Hitler, todos nós, democratas, devemos agradecer a previsão do governo soviético que tinha de defender a sua terra, principalmente Leningrado, contra as ameaças dessa base inicial.

Isso era fundamental, porque, se a fronteira não estivesse mais longe, Leningrado teria caído, e apelo para todos os militares, entre os quais o Sr. Juraci Magalhães, pedindo que informe se, em caso como esse, com a fronteira a menos de 30 quilômetros, uma cidade poderia ter sido defendida com êxito.

O Sr. Juraci Magalhães — Estou de acordo com o argumento militar, porém não com o argumento político. A tese de que cada nação deva defender sua integridade à custa do sacrifício de outras, é perigosa para qualquer povo.

O SR. CARLOS PRESTES — Devo dizer que, do fundo do cárcere, no ano de 1941, já eu era de opinião, como militar — sou dos menores, não tenho experiência nenhuma, talvez; devo dizer como militar, com o pouco que pude aprender na Escola e na vida prática — era de opinião que, o governo brasileiro, na defesa dos interesses de nosso povo, para evitar o bombardeio de nossas cidades do nordeste ameaçadas, devia tomar providências para a ocupação de Dakar, se possível, por acordo, — o que ficaria muito bem, — se não, pela própria força, salvaguardando, assim, a segurança de nossas populações, as vidas de nossas mulheres e de nossos filhos, que, principalmente em Natal, poderiam sofrer a fúria dos ataques aéreos dos nazistas.

O Sr. Juraci Magalhães — Essa é uma situação de fato que a guerra impunha, mas era diplomacia.

O SR. CARLOS PRESTES — Eu seria de opinião que se tomasse Dakar de qualquer maneira, porque se tratava da defesa imperiosa de nosso povo, de nossas cidades, de nossas mulheres e de nossos filhos.

O Sr. Pereira da Silva — A esse tempo, já a Rússia estava em guerra contra a Alemanha?

O SR. CARLOS PRESTES — Absolutamente.

O Sr. Pereira da Silva — Por conseguinte, não haveria, como não hou-

ve, um motivo para a invasão da Finlândia.

O SR. CARLOS PRESTES — A Rússia não entraria em guerra contra a Alemanha e, para evitá-la, aconselhou, como fizeram os comunistas, o proletariado francês e inglês, aos respectivos governos, que seria mais justo, e mais certo fugir àquela guerra imperialista.

O Sr. Daniel Faraco — O acordo russo-alemão foi o início da guerra de 39.

O SR. CARLOS PRESTES — O acordo russo-alemão foi um acordo que defendeu as democracias do mundo inteiro (protestos no recinto), porque o capitalismo norte-americano, inglês e francês, queria que, previamente, se iniciasse uma guerra contra a Rússia para, então, os Chamberlain e Deladier se colocarem ao lado da Alemanha como um bloco contra a União Soviética.

Em março daquele mesmo ano, 1941, num Congresso do Partido, disse Stalin:

"Não tiraremos castanhas do fogo para os imperialistas".

O que eles queriam era que a União Soviética fosse a vítima e caísse nas provocações, para com ela romperem. Mas o governo soviético foi o primeiro a convidar os povos da França e da Tchecoslováquia e os respectivos governos para formarem um bloco em defesa da Democracia. Nenhum outro representante, na Liga das Nações, lutou mais pela colaboração de todas as potências democráticas, pela união de todas elas, do que a União Soviética. Foi ela quem defendeu essa tese; no entanto, os governos da França e da Inglaterra romperam a unidade, entregando a Áustria, Tchecoslováquia e Polónia, para sofrerem depois as consequências do seu erro.

O Sr. Domingos Velasco — Há o depoimento de Joseph Davies, embaixador americano em Moscou, atestando o esforço da Rússia para evitar a guerra. (Trocam-se apertes.)

O SR. CARLOS PRESTES — Os pedidos de apertes são muitos, e eu, na verdade, não sei a quem toca a vez; presumo que ao Senador Hamilton Nogueira, que está de pé.

O Sr. Hamilton Nogueira — Tenho a impressão de que os apertes desviaram um pouco do assunto o orador.

O SR. CARLOS PRESTES — Perfeitamente.

O Sr. Hamilton Nogueira — S. Exa. estava justificando sua posição...

O SR. CARLOS PRESTES — Não justifico, não necessito justificar; estou apenas completando aparte que dei ao discurso de V. Excelência.

O Sr. Hamilton Nogueira — Penso haver equívoco do orador, quando identifica a Nação com o Governo, a Pátria com o Governo.

O SR. CARLOS PRESTES — Quem identifica?

O Sr. Hamilton Nogueira — V. Excelência.

O SR. CARLOS PRESTES — Já mais identifiquei governo ditatorial com a Nação.

O Sr. Hamilton Nogueira — Todos nós, brasileiros, não considerávamos a ditadura governo legítimo; no entanto, se qualquer nação, nessa época, agredisse o Brasil, pegariamos em

armas para defendê-lo! (Palmas no recinto.)

O SR. CARLOS PRESTES — Quanto à agressão, Sr. Hamilton Nogueira, ninguém mais do que os comunistas, em suas provas e, uma vez verificada a inabilidade de defender a Pátria, como já o vemos...

O Sr. Getúlio Moura — Se não partisse da Rússia, porque V. Exa. coloca esse país acima do Brasil; esta é a verdade.

O SR. CARLOS PRESTES — Não se trata de agressão da Rússia.

Minha resposta prende-se a um aparte, se não me engano proferido durante o discurso do Senador Hamilton Nogueira, em que considero a hipótese absurda, porque não era possível, nem há razão para isso. Não é a Rússia o inimigo que ameaça a integridade de nossa Pátria; não é a Rússia que tem interesses financeiros a defender no Brasil. Quais são então esses interesses? A Light, por acaso, é russa? São russas a São Paulo Railway e a Leopoldina? Há bancos russos no Brasil? Não, Sr. Senador; não há interesses soviéticos a defender em nossa terra. Por acaso tem a União Soviética esquadrões capazes de ameaçar a nossa integridade? Tem ela bases navais e aéreas que já deviam estar abandonadas há muito tempo e onde no entanto, acham soldados estrangeiros ocupando o solo da Pátria? É a União Soviética que possui essas bases? (Trocam-se apertes.)

O Sr. Glicério Alves — V. Excia. dá licença para um aparte?

O SR. CARLOS PRESTES — Pois não.

O Sr. Glicério Alves — Perguntaria o que tem, afinal, V. Excia. com a Rússia, para defendê-la com tanto calor, quando, em aparte, declarou que a Rússia não tinha interesses no Brasil. E V. Exa. que é brasileiro explica.

O SR. CARLOS PRESTES — Senhor Deputado, sou homem que acredita no progresso da humanidade. E crendo nesse progresso, estou convencido da vitória do socialismo. Assim também todos os povos do mundo inteiro, principalmente os da Europa, por ocasião da Revolução Francesa de 1789, olhava para aquele glorioso povo, e para aqueles cidadãos, como sendo os maiores patriotas em todo o continente.

Os quais pode-se dizer que naquela época tinham duas pátrias — a sua própria e a da revolução.

Hoje, nós, como socialistas, olhamos com afecção, com carinho, com admiração, para esse povo que já construiu o socialismo, que está realmente transformando numa realidade o socialismo, que promoveu a liquidação completa da exploração do homem pelo homem.

Pode-se dizer tudo o que se quiser da Rússia, mas não se pode encontrar lá dentro um só burguês, quer dizer um só homem que viva do trabalho alheio.

(Palmas da bancada comunista.)

O Sr. Glicério Alves — Só tenho uma pátria, que é o Brasil. V. Exa. defende a Rússia, que construiu a ditadura do proletariado — a exploração do operário.

O SR. CARLOS PRESTES — V. Exa. sobre a União Soviética, está, infelizmente, muito mal informado. Em outra oportunidade, se o desejar,

poderel prestar-lhe todas as informações.
O Sr. Daniel Faraco — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. CARLOS PRESTES — Pois não.

O Sr. Daniel Faraco — Quero dar este aparte com toda a serenidade.

O SR. CARLOS PRESTES — Creio que tenho respondido sempre com serenidade.

O Sr. Daniel Faraco — Para tranquilidade de milhões de católicos, de milhões de brasileiros, pergunto ao Sr. Senador Hamilton Nogueira...

O SR. CARLOS PRESTES — Não é o Sr. Senador Hamilton Nogueira quem está na tribuna.

O Sr. Daniel Faraco — ... se S. Ex.^a acha que um brasileiro patriota, — verdadeiro patriota —, poderia ter proferido as palavras que proferiu o Sr. Senador Luís Carlos Prestes na sua famosa sabatina?

O SR. CARLOS PRESTES — A pergunta de V. Ex.^a é desnecessária, porque já li cartas de dois católicos, — um deles católico praticante, — que defendem a minha tese, e concordam com a minha posição.

O Sr. Hamilton Nogueira — Todos compreenderam o meu ponto de vista. Se V. Ex.^a me tivesse ouvido e compreendido não contestaria a palavra do Sr. Luís Carlos Prestes.

O Sr. Daniel Faraco — Quero que o Brasil e a Assembléia ouçam essas palavras.

O Sr. Hamilton Nogueira — Todo Brasil e a Assembléia me ouviram e compreenderam.

O SR. CARLOS PRESTES — Tenho sido acusado de traidor. Traidor Senhores, foi Tiradentes, traidor foi Frei Caneca; traidores foram todos os grandes patriotas vencidos. E esses foram traidores, porque sempre o vencido é acusado de traição pelo vencedor. Traidor é epíteto que, quando sai da boca de certas pessoas, muito nos honra.

Agora, ouço com prazer o Sr. Prado Kelly, que há muito pediu licença para um aparte.

O Sr. Prado Kelly — Não venho cobrar resposta ao aparte com que me permiti interromper sua oração. Venho apenas, no interesse de estabelecer princípios, lembrar a V. Ex.^a que, numa democracia, o único juiz da justiça ou injustiça das guerras, da conveniência ou inconveniência dos conflitos armados, é o Parlamento, que representa e simboliza o povo.

O SR. CARLOS PRESTES — Creio que V. Ex.^a está equivocado. Discredo da opinião de V. Ex.^a

O Sr. Prado Kelly — E' tese de direito público incontestável.

O SR. CARLOS PRESTES — E' tese de um jurista da sua classe, da classe dominante, mas não é tese do proletariado. E a história aí está para confirmar.

Já citei o caso de Carlos Liebknecht, o grande comunista alemão que, no Parlamento, sózinho, levantou-se contra os créditos de guerra pedidos pelo governo do Kaiser.

O Sr. Prado Kelly — Podia fazê-lo no Parlamento.

O SR. CARLOS PRESTES — Ele fez isso no Parlamento, mas foi preso, torturado e em seguida assassinado pela classe dominante.

O Sr. Prado Kelly — Se fez isso, no Parlamento, estava cumprindo os de-

veres de mandatários do povo, como os entendia. Deu livremente sua opinião. Mas, se não fosse membro do Parlamento, depois de votada lei declaratória de guerra a outro país, a ele como súdito do Estado, cumpria obedecer à decisão tomada pelo órgão competente, que era o Parlamento.

O SR. CARLOS PRESTES — Isso é. Sr. Representante, querer voltar à sociedade de castas, e querer voltar ao regime de privilégio. Então o Parlamento tem privilégios...

O Sr. Juraci Magalhães — Tem o privilégio da delegação do povo. Falamos em nome do povo.

O SR. CARLOS PRESTES — Esse privilégio não pertence ao Deputado, ao Senador, nem à Assembléia. O privilégio de pensar é de todos. Qualquer homem do povo tem o direito de pensar e raciocinar, de defender os interesses da Pátria. Qualquer operário, por mais humilde que seja, tem o direito de emitir sua opinião, porque estamos numa democracia. E, no caso de o governo querer levar o país à guerra, é muito mais razoável que o bom julgamento, que o verdadeiro julgamento no sentido dos interesses da pátria esteja com esse operário humilde, pois são estes homens que vão dar o seu próprio sangue nas guerras imperialistas, do que nos homens privilegiados que chegaram até o Parlamento.

O Sr. Prado Kelly — Isso é a negação do princípio da legalidade.

O Sr. Milton Nogueira — No momento em que o povo delega poderes ao Parlamento, este é que resolve.

O SR. CARLOS PRESTES — Nesse ponto, Sr. Deputado, a nossa discordância é completa e mais profunda, porque se trata de princípios filosóficos.

O Sr. Prado Kelly — O meu interesse foi apenas restabelecer princípios que são, entre nós, do ponto de vista democrático, a caracterização dos poderes sobre competência.

O Sr. Nestor Duarte — O debate que ora se trava nesta Assembléia pode remontar a princípio mais alto, que se deve formular desta maneira: cabe ao homem, em sua liberdade individual, em sua liberdade de consciência, discriminar entre guerra justa e injusta, e cabe também uma conduta divergente? Se cabe ao homem julgar se a guerra é justa ou injusta, compete-lhe, assumir atitude divergente em face da guerra. Este é o princípio de liberdade de consciência.

O SR. CARLOS PRESTES — Pretendia citar palavras minhas pronunciadas em situação deveras difícil, frente a um conselho militar. Sr. Deputado, cabe ao homem não só o direito, mas o dever de dizer o que pensa.

O Sr. Nestor Duarte — Este o grande princípio que deve enfeixar o debate que ora se trava nesta Assembléia.

O SR. CARLOS PRESTES — O grande princípio, não só da democracia mas da humanidade. O homem que não diz o que pensa é um hipócrita.

Quando me declaro materialista e me confesso ateu, cumprio apenas o preceito de S. Tomaz de Aquino: os homens que não acreditam, digam que não creem.

O Sr. Glicério Alves — V. Excia. seria fuzilado na Rússia se acaso dissesse alguma coisa que desagradasse ao Governo.

O SR. CARLOS PRESTES — Engana-se. Na União Soviética existe uma democracia como não se conhece no resto do mundo. Estive lá 3 anos e

posso dar meu testemunho. Que V. Excia. denomina democracia?

O Sr. Hamilton Nogueira — O que existe na Rússia é uma ditadura. O art. 126 da Constituição soviética só permite a perseguição religiosa.

O SR. CARLOS PRESTES — Democracia é a orientação do Estado na política econômica, em benefício da maioria e, não, da minoria dominante.

E' o que ocorre na União Soviética.

O Sr. Toledo Piza — Mas é uma ditadura. (Trocam-se apartes)

O SR. CARLOS PRESTES — Peço licença para citar dados numéricos para que VV. Ex.^{as} vejam se há ou não, na União Soviética, governo em benefício da maioria, aquilo a que chamamos de democracia. Em fins de 1914, a Rússia Czarista produzia 20 milhões de pares de calçados, metade dos quais era exportada. Quer dizer que o povo russo não usava calçado.

O camponês passava o inverno com panos e feltros enrolados nos pés, durante seis meses. Não podia retirá-los. Em 1934, embora todo o peso da indústria tivesse sido lançado sobre a indústria pesada — 1934 foi a primeira fase do plano quinquenal, executado em quatro anos apenas, para construir as bases do socialismo, isto é, carvão, ferro e petróleo e a eletrificação que se continuava — em 1934, repito, quando o país começava a dar atenção à indústria, lá chamada de secundária, isto é, de produtos para consumo da massa popular, já se produzia, em vez dos 20 milhões de 1913-1914, metade dos quais era exportada, 120 milhões de pares de calçados e não se exportava um só par! Apesar disso, todo mundo gritava, porque não possuía calçado. Quer isso dizer que a massa camponesa, descalça, miserável, alcançava um novo nível. E' evidente que esse nível não podia subir da noite para o dia, idêntico ao de um alto país capitalista, que há poucos anos tinha dez milhões de desempregados e chegaram a quatorze milhões! Agora no mês de abril, segundo uma revista econômica, segundo os próprios órgãos oficiais dos Estados Unidos, há ali de quatro a seis milhões de desempregados. Isso é o capitalismo. É a concentração da riqueza cada vez maior nas mãos de uma minoria, para que a grande maioria cada vez mais se proletarize. Essa, a marcha dos Estados Unidos. Enquanto lá a situação das grandes massas é cada vez pior, na União Soviética é cada vez melhor.

O Sr. Glicério Alves — E, até hoje os russos não têm calçados. Os soldados russos chegaram à Itália descalços, conforme ouvi de oficial da FEB. E ainda miserável a situação da Rússia.

O SR. CARLOS PRESTES — Mas venceram o nazismo e sustentaram seu governo. V. Ex.^a compreende que numa crise daquela natureza, se o governo não contasse com o apoio popular teria caído imediatamente. Isso é evidente. Era, aliás, o que o mundo capitalista esperava, acreditando na campanha mentirosa que se propagava por toda parte. Em Genebra, não sei se ainda há, existia um centro de propaganda contra a União Soviética. A Polícia do Distrito Federal, trazia e distribuía toda aquela propaganda que vinha de Genebra. Há muitas pessoas honestas, pessoas de boa fé, mas que não têm bastante vigilância e pensam, ainda hoje, que a União Soviética, depois de ter dado provas magníficas de força e vigor e de industrialização, ainda esteja su-

jeita a sofrer todas estas calúnias e mentiras de um centro de propaganda.

O Sr. Hermes Lima — V. Ex.^a perderá o tempo se quiser informar-nos a respeito do que é e do que não é a Rússia, porque quem lê já sabe e quem não lê não sabe... (Palmas.)

O Sr. Hamilton Nogueira — A Rússia não é uma Democracia, porque lá não há liberdade. Não há liberdade de opinião, não há respeito à dignidade da pessoa humana, não há partidos diferentes do Partido dominante. Democracia não é o Partido único.

O Sr. Hermes Lima — V. Ex.^a não foi à tribuna para dizer à Assembléia o que é a Rússia. Os Constituintes insistem em que V. Ex.^a seja professor de Rússia. Meu aparte não deve ser interpretado no sentido em que tomou o nobre Sr. Senador Hamilton Nogueira.

O Sr. Hamilton Nogueira — Aceito a explicação, mas no começo, todos entendemos daquela maneira.

O Sr. Hermes Lima — Não é possível num discurso parlamentar, tratando-se de certo e determinado assunto de interesse nacional, levar-se o orador a falar sobre a questão do regime russo, para dizer que a Rússia seja isto, aquilo, aquilo outro. (Riso.)

O Sr. Hamilton Nogueira — A matéria confunde-se com o regime russo. Dai a razão de ser do debate.

O Sr. Hermes Lima — Orador está esclarecendo palavras pronunciadas por V. Ex. e, portanto, o debate generalizado sobre a Rússia não adianta.

O Sr. Ataliba Nogueira — As palavras do orador versaram sobre a Rússia.

O Sr. Deoclecio Duarte — E' a primeira parte do discurso.

O Sr. Ataliba Nogueira — O orador está seguindo muito bem, porque conhece a Rússia e a está defendendo.

O Sr. Deoclecio Duarte — Num país de 170 milhões de habitantes, o Partido Comunista conta apenas com dois milhões, o que quer dizer que não tem maioria.

O SR. CARLOS PRESTES — Na Rússia, na prática, não há diferença entre comunistas, e não comunistas. O Partido Comunista, hoje, não tem somente 2 milhões. Deve ter quatro ou cinco milhões, de acordo com os últimos dados que tive ocasião de ler nos jornais.

Na União Soviética, agora mesmo, por ocasião das eleições para o Parlamento não houve diferença entre comunistas e não comunistas. A organização do Partido Comunista difere; é a vanguarda esclarecida da classe operária.

Por isso a denominação de vanguarda dos homens mais esclarecidos, que contam com o apoio da opinião pública.

Quanto a haver um só Partido... O Sr. Deoclecio Duarte — Somente os comunistas gozam do privilégio das posições no Governo.

O SR. CARLOS PRESTES — Não há privilégios. Agora mesmo, para o supremo Soviet foi eleita grande quantidade — se não a maioria, não tenho dados — de não comunistas; uns e outros são membros do Parlamento.

Ser membro do partido é um peso muito sério nos ombros dos comu-

Tive ocasião de assistir, na União Soviética, às chamadas depurações do Partido. Imagine-se o que é a fortaleza moral de um Partido que pode passar por uma depuração dessa na-

tureza. Compreende-se que esse Partido está sujeito a receber em suas fileiras os carreiristas, isto é, homens que estão sempre com o Partido do poder. Na Rússia também acontece isso; daí a depuração, feita da seguinte forma: em uma fábrica, onde existe célula do Partido, aparece a comissão de depuração perante a assembleia ampla, de todos os operários. Cada membro do Partido é chamado à tribuna, um a um, e tem de defender sua posição nos últimos anos. Qualquer pessoa ou operário o defende ou o ataca, e os elementos da massa, justamente os não comunistas, são os que mais defendem a pureza do Partido porque dizem: "Esse não pode ser membro do Partido Comunista, não está à altura, não é bom companheiro; tem tais e quais defeitos. E' então expulso do Partido pela vontade da massa. Ser membro de um Partido dessa natureza não é ter privilégio; é ter encargos muito grandes, porque o posto envolve responsabilidade tremenda.

O Sr. Deoclécio Duarte — Verifiquei que V. Ex.^a quando se referiu à guerra de libertação nacional e lembrou o movimento chefiado por Lenine, se esqueceu que ele se apoiou no imperialismo germânico.

O SR. CARLOS PRESTES — Velha calúnia que foi completamente desmentida na época e, depois, com documentos.

O Sr. Deoclécio Duarte — Mas combateu a democracia, instalada na Rússia por Kerensky. Era um governo democrático.

O SR. CARLOS PRESTES — Por que Kerensky caiu? Porque foi contra a vontade do povo russo, que desejava paz e queria terra. Kerensky caiu porque desejava continuar a guerra, ligado que estava aos bancos franceses e ingleses, que exploravam o povo russo. Kerensky caiu quando deu ordem para reiniciar a guerra no front, não estando o exército russo em condições bélicas e contra a vontade popular, que exigia paz e terra. Quais eram as palavras do Partido Comunista naquela época "Terra e Paz". Com essas palavras, os soldados se levantaram no front e não continuaram a guerra. Kerensky caiu, não por causa dos comunistas mas porque desejava fazer uma guerra imperialista e o povo russo não a queria.

O Sr. Deoclécio Duarte — E porque o governo alemão permitiu a passagem pelo território do trem blindado, que conduzia Lenine.

O SR. CARLOS PRESTES — Com ou sem Lenine a revolução se processaria; os homens surgem com os acontecimentos históricos.

O Sr. Deoclécio Duarte — São realmente os acontecimentos históricos que o determinam.

O SR. CARLOS PRESTES — Diariamente os jornais pedem meu fuzilamento; mas isso não importa, porque não ficarei para semente. Para cada comunista que morre surgem milhares.

O Sr. Ataliba Nogueira — V. Ex. referiu-se a partidos na Rússia. Desejava-me dissesse quantos existem? A democracia permite que haja um só?

O Sr. Trifino Correia — Peço aos ilustres representantes permitam que o orador responda a cada um dos apertes. Assim não é possível.

O Sr. Hermes Lima — Queira desculpar-me, mas foi o orador quem inventou a sabatina a que estamos assistindo.

O SR. CARLOS PRESTES — Agradeço a V. Ex. dar-me a patente.

Sr. Presidente, nós marxistas temos conceito próprio bastante diferente do da burguesia, não só a respeito do Estado como de Partido político.

O Sr. Ataliba Nogueira — Quanto ao do Estado, pedirei licença para, depois, fazer outra pergunta.

O SR. CARLOS PRESTES — Nosso conceito de partido político é que este visa lutar pelos interesses de uma classe ou de uma camada social.

A burguesia, como se sabe e é evidente em nossa terra, está dividida em camadas diferentes desde a pequena burguesia, pobre, paupérrima. Essa já se está proletarizando, dia a dia, com a inflação. E quem mais está sentindo a inflação, pois para manter seu nível de vida, se vê obrigada a fazer empréstimos, a empenhar sua última jóia. Amanhã estará completamente proletarizada, porque mais nada possuirá. Seus interesses são inteiramente diversos dos da grande burguesia, ligada aos poderosos banqueiros, aos trusts, aos monopólios estrangeiros. Existem, também, os grandes proprietários de terras, que são distintos do pequeno camponês, que é o pequeno burguês porque tem ideologia burguesa na esperança de um dia passar de explorado a explorador. Nessas condições, num país capitalista, a burguesia está naturalmente dividida em uma série de partidos, porque os interesses são diferentes. São diversas as camadas da burguesia, e para cada uma delas, existe um partido político.

Em nossa terra nem isso ainda existe, pois não há tradição de partidos políticos. Eles são agrupamentos que se formam às vésperas de eleições, desfazem-se depois, reunindo-se novamente e tomando aspecto diferente. Em geral, dois grupos: os que estão no poder e os que querem o poder. Os que eram de um partido passam para outro. Enfim, não existe a tradição de partidos que se observa em outros países, como na França com o Radical Socialista, o Liberal, o Conservador, de acordo com as diversas camadas da burguesia.

Mas isso acontece no proletariado? Não. O proletariado é a classe que, pela sua situação de explorada, tem necessidade de estar unida para a reivindicação de seus direitos postergados, para a revolução socialista. Porque a marcha do capitalismo para o socialismo não foi inventada por Marx. Não fomos nós que a criamos: é fatalidade histórica. O capitalismo leva inexoravelmente ao socialismo, assim como a escravidão levou ao feudalismo, e o feudalismo ao capitalismo — o capitalismo levará ao socialismo, mais dia, menos dia. E para isso não precisa revolução. Não vamos buscá-lo. Até há pouco era hipótese, mas agora é realidade.

O proletariado é uma classe unida por excelência. Se o proletariado se apresentar dividido, pode-se estar certo de que é a burguesia que está procurando influenciá-lo, em defesa dos interesses dessa mesma burguesia.

Na União Soviética, onde existe o socialismo, não há mais que uma classe. Lá não há base econômica nem social para existência de outro Partido. E desde que não há base econômica e social, como surgir outro partido?

O Sr. Pereira da Silva — V. Ex.^a confessa que não há liberdade na Rússia. Lá existe somente um Partido — o comunista.

O Sr. Ataliba Nogueira — Perguntei a V. Ex.^a se podia haver outro Partido na Rússia. Não há e não pode haver. Como conclusão, V. Ex.^a há de chegar, marxista que é, ao desaparecimento do Estado. É esse, então, o ideal? E o desaparecimento do Estado não é, na hipótese do Brasil, a negação da Pátria brasileira?

O SR. CARLOS PRESTES — Por obséquio. Esta é uma parte muito interessante, e já foi citada desta tribuna...

O Sr. Hamilton Nogueira — Isso não nos interessa absolutamente.

O SR. CARLOS PRESTES — Para mim todos os Constituintes são iguais, com exceção de muito poucos.

O Sr. Pereira da Silva — Não nos interessa a situação política da Rússia. O que desejamos é criar ambiente favorável à democracia no Brasil.

O SR. CARLOS PRESTES — Somos de opinião que marchamos para o socialismo do Estado. Do ponto de vista materialista histórico, o Estado tende a desaparecer. Marchamos para o Governo das coisas, quer dizer, simplesmente para a administração econômica, a produção e a distribuição. Nada mais. Pode ser uma tese errada, mas em ciência só se prova o erro com a experimentação.

O Sr. Ataliba Nogueira — A ciência provou que o Estado é de origem natural. A natureza é que mostra ao homem que tem de viver no grupo social.

O SR. CARLOS PRESTES — Discordo. Por isso, disse de início, que tínhamos um conceito diferente sobre o Estado. Para nós, Estado não é mais do que um instrumento de dominação de classes.

O Sr. Ataliba Nogueira — Para mim, não.

O SR. CARLOS PRESTES — No regime burguês capitalista, que é o Estado? É o aparelho de dominação de classes.

O Sr. Ataliba Nogueira — Dentro da ciência política, o Estado é a organização de um povo num território determinado, sob poder supremo para a realização dos fins próprios da vida social. O Estado, portanto, não pode desaparecer.

O SR. CARLOS PRESTES — A esta concepção de V. Ex.^a contesto com a minha concepção marxista do Estado. Nossas divergências, Sr. Deputado, são profundas, são filosóficas.

O Sr. Luiz Viana — VV. Exas. falam linguas diferentes.

O Sr. Ataliba Nogueira — Exato, e para se discutir é preciso, pelo menos ter um vocabulário. O nosso é diferente. Meu conceito de Estado é muito diferente.

O SR. CARLOS PRESTES — O ilustre Deputado tem toda razão.

Não somos nós, comunistas, que provocamos, neste momento, em nossa Pátria, num momento tão difícil, tão

delicado, em que é necessário, com dúvida, resolver os mais graves problemas de nosso país, somos nós, comunistas, que provocamos discussões nem divisões ideológicas e filosóficas. Pelo contrário. Dizemos que somos brasileiros, que estamos fazendo política do Brasil; nada temos a ver com a Rússia ou com a União Soviética. São os provocadores que nos obrigam às discussões ideológicas ou filosóficas. Hoje, no Brasil, é necessário resolver os problemas do momento, que aí estão, seríssimos, e que interessam ao progresso, ao bem estar e ao futuro de nossa Pátria. Estes problemas não podem ser resolvidos nem por um homem genial, sozinho, nem por um partido político, ou por uma classe social. São problemas que exigem a união de todos os brasileiros patriotas. E ninguém mais insuspeito do que nós para falar assim, porque nós, marxistas, consideramos a sociedade dividida em classes. As classes não foram inventadas por Marx. E havendo classes sociais, elas se distinguem pela posse dos meios de produção: uma que tem esses meios e outra que os não possui. Isso, forçosamente, leva à luta de classe, inevitável na sociedade capitalista. Não somos nós que criamos isso, mas os que estão a serviço do capitalismo. Desejamos o socialismo, certos, seguros, porque é convicção profunda, porque é verdade científica de que o capitalismo leva inexoravelmente, ao socialismo. Nós, comunistas não lutamos hoje pelo socialismo.

Não é esse nosso programa. Não é essa nossa posição. Nós, comunistas, do Brasil, lutamos para liquidar todo o atraso do nosso povo.

O Sr. Pereira da Silva — O que nos interessa é a realidade brasileira e também o dever, que todos temos, de defender nossa soberania.

O SR. CARLOS PRESTES — Em documento que escrevi, ainda não publicado, e foi publicado, disse que nosso povo, nosso proletariado sofre muito mais do atraso neste país, por esta situação de miséria, por esta indústria miserável, ridícula que temos, por esta situação de penúria em que vivem as massas do campo, exploradas, ainda, pelos vestígios feudais, evidentes nas redondezas das cidades...

O Sr. Pereira da Silva — A situação de pauperismo é universal. V. Ex.^a o sabe. Os grandes países também se debatem com esse problema. Se assim é, por que não os devemos ter?

O SR. CARLOS PRESTES — Como ia dizendo, o proletariado sofre muito mais desse atraso, dessa miséria, do que da própria exploração capitalista. Portanto, lutamos pela liquidação desses restos feudais, desse atraso, pela solução do problema da terra.

Temos 30 milhões de brasileiros que constituem fator nulo em nossa vida econômica: nada produzem e nada consomem do que é produzido, porque cuidam de plantar exclusivamente o necessário para comer. Cumprem-nos trazer esses 20 milhões de indivíduos para a nossa sociedade, para ampliar, para criar nosso mercado interno, para fazer nossa indústria crescer. Porque, não devemos formar planos de industrialização se não temos mercado onde colocar os produtos. A indústria de tecidos que aí temos, esta miserável indústria, em 1939, em que

atuação estava? De super-produção, trabalhando três dias por semana, porque não tinha para quem vender, e, no entanto, o país estava e está nu e a miséria do campo é conhecida.

Necessário é que o brasileiro patriota, seja operário ou patrão, camponês ou fazendeiro, católico, protestante, espírita, ou ateu, tenha a ideologia ou a crença que tiver, resolva este problema sem demora.

Mas, resolver como? Não, fazendo revoluções socialistas. Mas rompendo com estes restos do feudalismo, para dar impulso novo ao capitalismo. Sou socialista, mas estou convencido de que é através do desenvolvimento rápido, decisivo, do capitalismo no Brasil, que mais depressa chegaremos ao socialismo.

Já não se trata agora da Rússia, do socialismo, mas de solucionar o problema brasileiro, elevar o padrão de vida do nosso povo, dar terra aos camponeses, criar a indústria pesada, desenvolver toda a indústria do país. Isto é que é imprescindível e, para isso, não é mister ser comunista. Todos os patriotas devem unir-se, porquanto têm obrigação de se darem as mãos e marchar juntos.

Não fomos nós que criamos questões religiosas, ideológicas e de classes. Queremos caminhar com todos; estamos dispostos a isso. Respeitamos as idéias alheias, as crenças de todos e só pedimos que respeitem as nossas, que nos permitam sejamos homens livres, quer dizer, não nos obriguem a silenciar a respeito daquilo que pensamos, mas que nos seja lícito afirmar com coragem e convicção, como homens dignos, aquilo que pensamos seja certo e justo. Os homens podem ganhar-se uns aos outros pela discussão, pela argumentação, não pela força ou pela violência. As idéias não se arrancam pela força.

O Sr. Pereira da Silva — V. Excelência sustenta a tese de que o capitalismo é necessário no Brasil, para se chegar ao socialismo.

O SR. CARLOS PRESTES — Ficou provado isto agora mesmo no Brasil: durante dez anos meu nome foi silenciado por ordem da DIP e nenhum jornal podia publicar algo sobre a minha pessoa. Em julho de 1943 minha mãe faleceu. Meu advogado, Dr. Sobral Pinto, quis divulgar o fato, inserindo no "Jornal do Comércio" pequena nota. Foi permitido o registro, porém, com a condição de que não se dissesse que era a mãe de Luiz Carlos Prestes.

De que valem toda essa opressão, de que valeram esses nove anos de perseguição, esses dez anos da vida clandestina do Partido Comunista, se em dez meses de vida legal, durante o ano de 1945, esse Partido progrediu rapidamente, e passou, de um partido clandestino de 3 a 4.000 membros, para um partido com mais de 100.000, e levou às urnas 600.000 votos nas últimas eleições?

É um caminho errado pretender afastar pela força e pela violência as idéias dos homens.

Esse não é o caminho de maior interesse para o nosso povo. Estendemos a mão a todos; queremos marchar com todos para uma política em benefício do nosso povo.

O Sr. Pereira da Silva — Mais verdade do que há no Brasil, no terreno das idéias, não é possível existir, em tempo algum. V. Excia. mesmo sabe que, tendo sofrido prisão no regime ditatorial, se isso acontecesse na Rússia, V. Excia. talvez não estaria defendendo as suas idéias aqui com plena liberdade.

O SR. CARLOS PRESTES — Na Rússia, eu seria marechal do Exército Vermelho, se não tivesse morrido na guerra. Tenho esta ilusão, porque, como socialista, estaria ao lado do Governo.

O Sr. Juraci Magalhães — Não temos maior interesse pela pregação russófila, como também não temos interesse pelos intuitos reacionários contra o Partido de V. Ex.

O SR. CARLOS PRESTES — Que chama V. Ex. "pregação russófila"?

O Sr. Aureliano Leite — Pregação a favor da Rússia.

O Sr. Juraci Magalhães — Inquieta a todos nós, democratas e patriotas e, particularmente, a mim, pois além do mais sou militar, o seguinte: no caso de uma guerra a que fôr arrastado o Brasil, por força de obrigações internacionais, cumprindo o Governo os dispositivos constitucionais e legais que regerão a declaração de guerra, e no caso de ser a Rússia, nessa guerra, adversária do Brasil, o Senador Carlos Prestes e o Partido Comunista do Brasil lutarão pela sua pátria ou iniciarão uma guerra civil? Esta é a pergunta em toda a sua simplicidade.

O SR. CARLOS PRESTES — A pergunta de V. Ex. é capciosa.

O Sr. Juraci Magalhães — Não é nada capciosa. Capcioso é o silêncio de V. Ex.

O SR. CARLOS PRESTES — Vou responder. Vamos esclarecer.

O Sr. Juraci Magalhães — Está formulada por escrito para V. Ex. responder.

O Sr. Nereu Ramos — A pergunta não é capciosa; é de toda a Nação.

O SR. CARLOS PRESTES — Senhores: por ocasião da sabatina, o que se perguntou e o que se disse foi se, numa guerra imperialista contra a União Soviética e a que o Brasil fôsse arrastado...

O Sr. Juraci Magalhães — A interpretação dada pelo Sr. Hamilton Nogueira, em seu discurso, das palavras de V. Ex., limitou-se o ilustre orador a agradecer a transcrição dessas mesmas palavras nos Anais. Se, portanto, houve deturpação, a culpa é exclusivamente de V. Ex.

O SR. CARLOS PRESTES — A declaração da minha entrevista está reafirmada muitas vezes. Ninguém mais pode ter dúvida.

O Sr. Juraci Magalhães — Se V. Ex. responder à minha pergunta formulada claramente e por escrito, e que já entreguei a V. Ex. na tribuna, a Nação ficará tranquilizada.

O SR. CARLOS PRESTES — V. Ex. está muito nervoso, tenha um pouco de paciência.

O Sr. Juraci Magalhães — Absolutamente. Estou inteiramente calmo.

O SR. CARLOS PRESTES — Como referia, Sr. Presidente, a pergunta formulada durante a sabatina já foi reafirmada muitas vezes.

O Sr. Juraci Magalhães — Não é da sabatina. A que quero é essa.

O SR. CARLOS PRESTES — E a resposta não podia ser surpresa para nenhum homem mais ou menos informado em nossa pátria, porque essa é a atitude dos comunistas. Agora, o ilustre Representante pelo Estado do Bahia faz uma pergunta capciosa.

O Sr. Juraci Magalhães — Não é capciosa; pelo contrário é uma pergunta clara, que requer resposta clara.

O SR. CARLOS PRESTES — Está capciosamente feita. V. Ex. diz: a uma guerra a que o Brasil seja arrastado, por força de obrigações internacionais. Agora, qual o governo que assumiu essas obrigações internacionais? A ditadura do Sr. Getúlio Vargas? V. Ex. diz que não aceita essa ditadura.

O Sr. Juraci Magalhães — Não sei não estou ao par dos tratados internacionais. V. Ex. deve responder a pergunta com a clareza que a Nação exige.

O Sr. Paulo Sarazate — A pergunta é uma tese. O orador deve responder em tese.

O SR. CARLOS PRESTES — V. Ex. tenha paciência de esperar porque os apartes se sucedem e não podem ser todos respondidos simultaneamente.

O Sr. Juraci Magalhães — Digo respeitados dispositivos constitucionais e legais, da Constituição que foi votada pela Assembléia! E' o que está na minha pergunta.

O Sr. Hermes Lima — O nobre Deputado Juraci Magalhães concordará naturalmente em que nessa pergunta figure o caso da declaração de guerra por governo legitimamente eleito.

O Sr. Juraci Magalhães — E' o que ela diz.

O Sr. Hermes Lima — ... porque se o governo não é legitimamente eleito não tem autoridade para declarar guerra.

O Sr. Juraci Magalhães — E' claro. Essa será outra pergunta que caberá a V. Ex. formular. A minha é a que está em poder do orador.

O Sr. Hermes Lima — A mim me parece que a expressão "governo legitimamente eleito" precisa figurar.

O Sr. Juraci Magalhães — Pego ao nobre orador que à acrescente à minha pergunta.

O Sr. Hermes Lima — Explico: E' necessário acrescentar, porque o Senhor Getúlio Vargas, por exemplo, não era governo legitimamente eleito, e, não obstante, agiu por meios legais e constitucionais.

O Sr. Juraci Magalhães — Concedo. Se V. Ex. entende que "legitimamente eleito" tornará mais clara a pergunta, pode acrescentar esta expressão.

O que pretendo é clareza. (Trocam-se inúmeros apartes entre os Srs. Representantes).

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os timpanos) — Atenção! Vamos ouvir o orador.

O SR. CARLOS PRESTES — Senhor Presidente, respondendo ao nobre Deputado Juraci Magalhães, tive ocasião de dizer e afirmo mais uma vez, que a sua pergunta é capciosa.

O Sr. Juraci Magalhães — Na opinião de V. Ex.

O SR. CARLOS PRESTES — A essa pergunta, conforme S. Ex. autoriza, acrescento — "legitimamente eleito". Antes de tratar do caso da Rússia, para que o nobre representante veja como vou mais longe do que S. Ex. supõe, quero simplesmente

declarar — repetindo o que já foi dito em documentos de meu Partido, que infelizmente não tenho em mãos, quando da publicação do Livro Azul, — que a verdade é a seguinte: por ocasião de ser conhecido o Livro Azul, nós, os comunistas, que fazemos política com ciência, política científica, — podem julgar muitos dos que discordam que a ciência marxista é errada, porém, para nós, é verdadeira, é a única ciência social legítima —; para nós, repito, que fazemos política não com sentimento nem com impulsos, mas com a cabeça, com a razão...

O Sr. Deoclécio Duarte — Realisticamente.

O SR. CARLOS PRESTES — ... realisticamente, verificando onde estão os interesses do proletariado e, portanto, do povo, porque o proletariado é a maioria da Nação, o Livro Azul é uma provocação de guerra. Porque aquilo que se diz no "Livro Azul", a respeito do governo Peron, é, evidentemente, muito pouco, unilateral, porque somente se refere a Peron, quando quase todos os outros governos da América Latina fizeram o mesmo, isto é, compraram armas à Alemanha, inclusive o governo brasileiro.

O Sr. Pereira da Silva — Em tempo de paz.

O Sr. Domingos Velasco — Em tempo de guerra.

O SR. CARLOS PRESTES — Embarcou já em tempo de guerra. Farrell e Peron também o fizeram nas mesmas condições, porque a Argentina não estava em guerra com a Alemanha.

Perguntamos então: por que isso? Por que essa preocupação de Mr. Braden e do Departamento de Estado pela Democracia argentina, esse amor extraordinário ao povo argentino e à democracia argentina? Há muito de suspeito...

Desprezamos os americanos, a Argentina e o mundo em que o predomínio do capital inglês ainda subsiste: em todos os outros, o capital lanque já predomina — é a verdade.

Agora, é o momento para o mais reacionário capital americano desalojar da América Latina o capital inglês. Quer dizer: o "Livro Azul" não é mais do que um dos argumentos, mais uma acha que se joga na fogueira da guerra imperialista entre os interesses da Inglaterra e dos Estados Unidos, numa disputa de mercados, de matérias primas, dos próprios mercados de consumo dos produtos argentinos, que são os mesmos americanos — trigo, milho e carnes. Os Estados Unidos, os capitais americanos mais reacionários têm grandes interesses em choque e, por isso, provocam, querem a guerra à Argentina.

Mas, compreende-se, os Estados Unidos são uma grande Democracia, ainda não são um país fascista. Poderão ir ao fascismo, mas ainda não foram. Ora, um governo americano, o governo Truman não convencerá facilmente seu povo a fazer guerra à Argentina; mas seria muito mais fácil arrastar os norte-americanos a apoiarem caridosamente o Brasil numa guerra deste país com a Argentina!

Por isso, senhores, provoca-se a guerra entre o Brasil e a Argentina, quer-se a rutura de relações, primeiro passo para o conflito.

Em documento escrito — decisão da Comissão Executiva do Partido — tivemos ocasião de afirmar que seríamos

contrários a essa guerra, porque se trataria de uma guerra imperialista, que não serviria aos interesses do povo brasileiro, nem aos do povo argentino; que, se o governo brasileiro, comprometido constitucionalmente ou não, arrastasse o país a um conflito dessa natureza, nós o combateríamos, certos de que assim é que estaríamos lutando pelos interesses do nosso povo, que não pode servir de carne para canhão!

É uma tese, uma opinião dita, e redita muitas vezes. Mas os senhores compreendam: é uma hipótese. Não creio que nenhum governo brasileiro seja capaz de um crime desses, de arrastar o Brasil a uma guerra imperialista.

Qual foi o interesse do povo paraguaio ou do povo boliviano na guerra do Chaco? Os interesses satisfeitos foram da Standard Oil e da Royal Dutch. Mas o povo, que foi vitioso, continua miserável, explorado por uma ditadura a serviço do imperialismo lanque.

É esta a situação, é este o resultado de uma guerra criminosa, contra a qual nos levantaremos, porque assim, seríamos patriotas e não traidores que arrastassem o povo a uma luta desta natureza.

O Sr. Hamilton Nogueira — Vossa Excia. tem tantas vezes insistido nessa suposta guerra com a Argentina que ficamos perplexos, julgando mesmo que o Partido Comunista a deseje.

O SR. CARLOS PRESTES — O perigo é muito maior do que V. Excia. supõe. O perigo é iminente. Sr. Senador, o perigo é muito claro, muito próximo. O perigo, infelizmente, é muito grande.

Ainda agora soube que oficiais e sargentos norte-americanos estão ativando a preparação de bases aéreas cujo ritmo de construção havia diminuído. São as bases aéreas de Porto Alegre. Lá estão especialistas americanos ativando a construção. Quais os objetivos disso? Só podem ser os de uma guerra, Sr. Senador, que o imperialismo lanque está preparando. (Trocam-se numerosos apartes.)

O Sr. Juraci Magalhães — Vossa Excia. está fazendo uma intriga internacional com a Argentina. Não é verdade. Sou oficial do Estado-Maior e ainda não tive conhecimento disso. Nós que somos oficiais do exército sabemos da responsabilidade que Vossa Excia. está assumindo, porque o fato não é verdadeiro.

O SR. CARLOS PRESTES — Mesmo que tivesse conhecimento disso, não podia revelar a esta Casa.

O Sr. Luiz Viana — Mas podia ficar calado.

O Sr. Hermes Lima — V. Exa. deve dar resposta ao Deputado Juraci Magalhães. V. Exa. a tem em suas mãos: leia e responda.

O SR. CARLOS PRESTES — Não é necessário responder. O Deputado Juraci Magalhães é suficientemente inteligente para compreender o seguinte:.....

O Sr. Juraci Magalhães — A voz de V. Exa. é uma voz reacionária. Conheço muito essa linguagem, porque também tive de enfrentar o integralismo, cuja doutrina se parece muito bem com a de V. Excelência.

O SR. CARLOS PRESTES — V. Exa. é suficientemente inteligente para compreender o seguinte: no caso de uma guerra com a Argentina — a minha resposta, implícita, é a mesma que dei ao figurar de ser o Bra-

sil arrastado a uma guerra contra a União Soviética, guerra que, do nosso ponto de vista, só pode ser guerra imperialista — seríamos contra essa guerra e lutaríamos da mesma maneira contra o governo que levasse o país a uma guerra dessa natureza.

O Sr. Senador Nereu Ramos também já teve minha resposta.

O Sr. Juraci Magalhães — V. Exa. criou suas premissas e fugiu das minhas, com o maior pesar para mim.

O Sr. Getúlio Moura — Se a Rússia, no caso de uma guerra entre os Estados Unidos e a Argentina, ficasse com os Estados Unidos, qual seria a posição do Partido Comunista?

O SR. CARLOS PRESTES — Com Rússia ou sem Rússia, a nossa posição seria contra a guerra imperialista.

O SR. PRESIDENTE — Atenção! O nobre orador dispõe apenas de um quarto de hora para terminar seu discurso. Peço, portanto, aos Srs. Representantes que evitem interrompê-lo, para que S. Exa. possa concluir suas considerações.

O Sr. Hermes Lima — Que dificuldade teve V. Ex.^a, Senhor Luís Carlos Prestes, em responder?

O Sr. Paulo Sarasate — A pergunta fica de pé, com ou sem a Rússia.

O SR. CARLOS PRESTES — Já dei resposta cabal à pergunta a que V. Exa. se refere.

O Sr. Juraci Magalhães — Se o Brasil entrar em guerra contra os Estados Unidos V. Exa. pegará em armas contra os Estados Unidos?

O SR. CARLOS PRESTES — Não se trata de guerra a favor ou contra os Estados Unidos. Há guerras imperialistas, de interesse dos banqueiros, e somos contra essas guerras, de qualquer maneira.

O Sr. Juraci Magalhães — Essa interpretação é que seria capciosa.

O Sr. Hermes Lima — Sr. Senador, o problema da guerra imperialista está terminado. As palavras de V. Exa. tiveram, a meu ver, uma interpretação injusta.

O SR. CARLOS PRESTES — Fiveram interpretação perversa, ostensiva, mal intencionada.

O Sr. Juraci Magalhães — Não de minha parte.

O SR. CARLOS PRESTES — Por parte de V. Exa. também.

O Sr. Juraci Magalhães — Já declarei que não. V. Exa. quer, então, penetrar na minha consciência? Desejaria apenas resposta clara.

O SR. CARLOS PRESTES — Digo-o em virtude da maneira por que V. Exa. faz a pergunta. A uma criança de colégio pode submeter-se uma pergunta, para ser respondida por palavras. Mas não se dá uma palavra de resposta a uma pergunta capciosa. É necessária prévia explanação, para que o conteúdo da pergunta seja denascado e a resposta bem dada. Não sou nenhum ingênuo para cair nas perguntas capciosas de V. Exa.

O Sr. Juraci Magalhães — Capciosas para V. Exa., mas não para a Assembléia, nem para a nação.

O SR. CARLOS PRESTES — Já declarei que condenamos uma guerra contra a Argentina, como contra a União Soviética, porque a esse conflito só poderíamos ser arrastados por

potências capitalistas, em luta por seus interesses, e somos contrários a qualquer guerra dessa natureza.

O Sr. Luiz Viana — Parece-me que a questão está apenas mal posta. Dentro de uma democracia, de órgãos definidos, responsáveis, nenhum, V. Excia. reclama um país de julgar se uma guerra é ou não imperialista. Esse direito cabe ao Parlamento.

O SR. CARLOS PRESTES — Então, V. Excia. reclama um país de escravos, de homens que não têm cabeça para pensar, porque qualquer cidadão, até o último dos operários, tem direito de raciocinar, de mostrar que o Governo é traidor, que contraria os interesses nacionais e, por isso, precisa ser combatido. Esse o direito de qualquer cidadão.

O Sr. Luiz Viana — O país tem parlamento. Aliás, temos que esperar o caso concreto para decidir.

O Sr. Ataliba Nogueira — Não se trata de Governo. Quem deve declarar a guerra é o Parlamento. É coisa diferente. É o povo, reunido, na pessoa de seus representantes. Estamos pressupondo uma democracia e não um governo autocrático.

O SR. CARLOS PRESTES — Sabemos o que é o Parlamento. Vossas Excelências, aqui nesta Casa, já apoiaram a Carta de 37, uma carta fascista, contra a vontade da nação, tentando legalizá-la.

Então, os homens que estão lá fora, sendo contrários a essa Carta, vão calar a boca e aceitá-la, só porque esta Assembléia a apoiou e aceitou? Seria covarde quem fizesse isso.

O Sr. Ataliba Nogueira — Isso é que é a democracia em seu funcionamento.

O Sr. Lino Machado — A quem caberia, no momento, a responsabilidade de declarar a guerra? No caso de conflito com a Rússia, neste instante, V. Excia. ficaria com a Rússia ou com o Brasil? Este o ponto.

O Sr. Ataliba Nogueira — O Poder Legislativo é que deve declarar a guerra. Ele representa, ou não, a vontade do povo?

O SR. CARLOS PRESTES — O Poder Legislativo é eleito pelo povo, mas V. Excia. sabe o que é eleição em nossa terra? V. Excia. tem muita confiança nela?

O Sr. Ataliba Nogueira — Então V. Excia. condena a democracia em nosso Brasil. Ela não deveria existir em nossa terra.

O Sr. Declécio Duarte — Democracia é o regime da maioria.

O SR. CARLOS PRESTES — Ninguém mais do que nós tem demonstrado, nesta Assembléia, que queremos a decisão pelo voto e nos submetemos à deliberação da maioria. Apresentamos nossas idéias, apresentamos nossos argumentos, discutimos, defendendo nossos pontos de vista, mas acatamos o veredictum da maioria.

O Sr. Luiz Viana — É a verdade.

O Sr. Getúlio de Moura — Como iria, então, V. Excia. ficar contra o Brasil, na hipótese dessa guerra, se a apoiasse a maioria?

O SR. CARLOS PRESTES — Mas há certos momentos na vida de um povo e na de um homem em que as consequências de um ato são tão graves para esse povo ou para esse

homem, que não podemos nós submeter à vontade da maioria.

O Sr. Getúlio de Moura — Então seria a anarquia, não Estado organizado.

O SR. CARLOS PRESTES — Preferível ficar com a minoria do que com a maioria, na certeza desta estar errada, até porque a minoria amanhã poderá ser maioria e saberá arrastar a maioria equivocada levada por uma preparação ideológica para a guerra. Todos sabem o que foi o clima de preparação da guerra em 14. Roger Martin Dugord, descreveu bem o que foi aquele clima nas vésperas de julho de 94, quando o proletariado, nos seus grandes Congressos Socialistas, arrastara que ante a guerra imperialista faria greve geral. E porque os verdadeiros líderes do proletariado não apoiaram a guerra nas vésperas da sua declaração, criou-se na França o ambiente da guerra de nervos, explorando o chauvinismo, o sentimento patriótico, que levou ao assassinato de Jaurès, para conseguir arrastar o Partido Socialista à guerra imperialista.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre representante, que o tempo de que dispõe e também a hora da Sessão estão a terminar. V. Excia. falou por duas horas, porque além de Vossa Excia. se achavam inscritos três oradores de sua bancada, que lhe cederam a palavra. Cada orador pode falar por meia hora. Falta um minuto para esgotar-se o tempo de V. Excia. e também o da sessão.

O SR. CARLOS PRESTES — Solicito a prorrogação da sessão por mais meia hora.

O SR. PRESIDENTE — Todo o tempo de que V. Excia. dispunha para falar foi esgotado.

O SR. CARLOS PRESTES — Vossa Excia. poderia descontar das duas horas que falei, o tempo consumido nos apartes.

O Sr. Carlos Marighella — Senhor Presidente está sobre a Mesa um requerimento de prorrogação da sessão por meia hora.

O SR. PRESIDENTE — O orador já esgotou todo o tempo de que dispunha para falar. Posso sugerir, já que a nobre bancada comunista não tomou a iniciativa, que se inscreva mais um orador e ceda sua palavra, a fim de que S. Excia. possa concluir o seu discurso, permanecendo na tribuna por mais meia hora.

O Sr. Maurício Grabois — Senhor Presidente solicito minha inscrição e cedo a palavra ao Sr. Carlos Prestes.

O SR. PRESIDENTE — Vou submeter ao voto da Assembléia o requerimento para que seja prorrogada a sessão por meia hora, assinado pelo Sr. Jorge Amado e outros.

Os Senhores que o aprovam queiram levantar-se. (Pausa).

Aprovado.

Continua com a palavra o Sr. Carlos Prestes.

O SR. CARLOS PRESTES — Senhores Representantes, permitam-me prosseguir, tentando resumir minhas considerações, para que possa terminar minha oração na meia hora que me resta.

A celeuma e o debate surgiram após a leitura, que fiz, da carta do Ilustre médico, Dr. Sérgio Gomes, em que S. Excia. se solidaria integralmente

com nosso ponto de vista. Li aquela garta, porque se tratava de um homem que não é comunista, de uma família católica, e tendo relações íntimas com o próprio Brigadeiro Eduardo Gomes. Se citei o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes foi justamente porque estou convencido de que defendo um ponto de vista patriótico. O depoimento de pessoa ligada ao ilustre militar dá-nos a certeza de que se trata de patriotismo, porque por mais que tenha discordado politicamente do Brigadeiro Eduardo Gomes, fui seu colega, e conheço o seu alto nível em relação aos seus elevados sentimentos cívicos.

Podemos divergir, ter idéias diferentes em diversos problemas; no domínio filosófico, estamos em pontos diametralmente opostos; mas é um patriota que respeito e tenho a certeza de que, por sua vez, ele me conhece bastante para me respeitar.

Após a leitura da carta do Dr. Sérgio Gomes, quero mostrar aos Senhores Representantes que a minha posição, do autor da carta cujo nome não estou autorizado a citar e do da outra que li, não é posição de traição.

Repete-se muito, nos dias de hoje, a palavra "traidor". Traidores — sabemos-lo bem — são todos os revolucionários vencidos. Traidores foram Tiradentes, Frei Caneca. A posição dos contrários às guerras imperialistas está de acordo com as tradições do nosso povo. São as tradições já registradas na Carta de 91 e, posteriormente, na de 34.

A Constituição de 1891 diz, no seu artigo 88:

Os Estados Unidos do Brasil, em caso algum se empenharão em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra Nação".

Esse artigo foi confirmado na Carta de 34, com mais um dispositivo sobre arbitramento:

Art. 4.º O Brasil só declarará guerra se não couber ou malograrse o recurso do arbitramento; e não se empenhará jamais em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra Nação".

Quer dizer, ser contra a guerra imperialista é ser contra a guerra de conquista, porquanto guerra imperialista é guerra de conquista de mercados, de fontes de matérias primas talismo revolucionário, o daquela administração de um povo.

O imperialismo — e para isso é necessário compreender bem o que seja imperialismo — é, para nós marxistas, a última etapa do capitalismo. O capitalismo evoluiu; em determinada época de sua evolução, foi revolucionário. Que foi, então capitalismo revolucionário, o daquele admirável burguesia francesa que fez a Revolução de 1789?

Mais tarde, o capitalismo tornou-se progressista, na luta pelos mercados para colocação dos produtos de sua indústria, lutando pela independência dos povos. O capitalismo inglês ajudou a independência do Brasil. Aquela época, o capitalismo lutou pela libertação, pela abertura dos portos do Brasil, aconselhando D. João VI a tomar essa medida e, posteriormente, contribuindo para a própria independência da nossa pátria. Assim fez, porque a esse capitalis-

mo interessavam a abertura dos portos e a independência, a fim de encontrar mercados para expansão das suas indústrias. Não se tratava de capitalismo financeiro, porque este ainda não existia, não estava concentrado em bancos, trusts, monopólios e carteis. Essa etapa do capitalismo é mais moderna: vem de 1860 a 1870. O capitalismo financeiro começou, então, a dominar o mundo capitalista.

Sabemos, hoje, que o industrial muitas vezes tem grandes lucros. De que valem porém, esses lucros, se estão presos a empréstimos nos grandes bancos?

Quem ganha, quase sempre não é o industrial, mas o banqueiro; é este quem retira, através do industrial, mais valia do operário que trabalha. Quer dizer, o capitalismo evoluiu e chegou a essa etapa superior que é a do imperialismo. O capital financeiro, precisando de aplicação, busca aplicação onde? Nas colônias, nos países potencialmente ricos mas, na verdade, fracos, para explorar seus povos, através de empréstimos, serviços públicos, fundação de empresas, que auferem lucros fabulosos, que são enviados para o estrangeiro. E' assim, o próprio sangue dos povos canalizado para o exterior. Dessa forma os povos não podem progredir.

O capitalista, que tem lucros em nossa pátria, aqui deve aplicá-los. Mas os lucros da Light, o ano passado — cerca de Cr\$ 500.000.000,00 — foram para fora do país. E esse dinheiro, se ficasse no Brasil, não constituiria fator de progresso, capaz de aumentar a nossa industrialização e concorrer para o bem estar do povo?

O Sr. Glacério Alves — Perguntaria se o fato da Rússia dominar povos vizinhos não é imperialismo...

O SR. CARLOS PRESTES — Na União Soviética não há trusts, monopólios, capital financeiro aplicado na exploração dos povos coloniais. A União Soviética não tem colônias nem explora povos. Kemal Pachá, para conseguir a libertação da Turquia, a que país recorreu a fim de promover a industrialização de sua terra? A União Soviética, da qual obtive maquinária, técnicos, dinheiro sem juros.

O Sr. Deoclécio Duarte — Não será imperialismo econômico o que a Rússia quer fazer com o Irã?...

O SR. CARLOS PRESTES — Quanto à questão do Irã, quando há poucos dias a ela se referiu o Sr. Nereu Ramos, tive ensejo de pedir a S. Ex.ª esperasse mais um pouco; e já os jornais de hoje noticiam que a União Soviética retirou suas tropas daquele país...

O Sr. Deoclécio Duarte — Porque os anglo-americanos o exigiram.

O SR. CARLOS PRESTES — A Inglaterra tem base perto do Iraque, que é espécie de colônia sua. Forças inglesas marchavam em direção a Bakú, na fronteira soviética, onde se acham os centros petrolíferos mais importantes da Rússia, e o Governo Soviético tinha de defender seus interesses.

Ao cogitar de imperialismo, quero citar palavras de Lenine, definindo-o. A obra de Lenine foi escrita na base de autores burgueses como Hobson. ("Imperialismo, 1902") e o livro do grande socialista Rudolf Hilferding. ("O capital Financeiro") não comunista, que não evoluiu para o marxismo, só capital financeiro. Basea-

do nessas obras foi que Lenine fez esta síntese admirável:

"A particularidade essencial do capitalismo moderno consiste na dominação das associações monopolistas dos grandes empresários. Tais monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem em suas mãos todas as fontes de matérias primas, e já vimos com que furor os grupos internacionais de capitalistas dirigem seus esforços no sentido de arrebatar ao adversário toda a possibilidade de competição, de acambrar, por exemplo, as terras que contêm mineral de ferro, das jazidas petrolíferas, etc. A posse de colônias é a única maneira de garantir, de forma completa, o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, sem excluir o caso de que o adversário deseje defender-se por meio de uma lei sobre o monopólio de Estado. Quanto mais adiantado o desenvolvimento do capitalismo, quanto mais aguda é a insuficiência de matérias primas, quanto mais dura é a competição e a busca de fontes de matérias primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias." (Lenine, "Imperialismo", etapa superior do Capitalismo, Obras escolhidas, vol. II, pág. 399, Editorial do Estado — Moscou, 1939.)

Isso que é, de fato, imperialismo.

É contra esse imperialismo, contra a guerra em benefício de monopólios e trusts que lutaremos sempre. Muitas pessoas poderão equivocar-se, levadas, sem dúvida, pela paixão patriótica, mas exploradas pela imprensa paga pelos cofres do imperialismo. Não somos nós, comunistas, que temos a grande imprensa; esta se encontra nas mãos dos grandes banqueiros. São os banqueiros das grandes potências que preparam o ambiente psicológico para a guerra, arrastando à luta patriotas sinceros, honestos, que só depois, na prova da própria guerra, vão descobrir o erro tremendo, cometido, muita vez, após terem insultado e chamado de traidores quantos advertiram ser aquela guerra dirigida contra os interesses da Pátria.

Para mostrar, ainda mais, o que é o imperialismo, e evidenciar, que não há razão para esta celeuma, que há nítida indicação de falta de informações ou não o conhecimento do que seja guerra imperialista, citarei palavras do grande imperialista Cecil Rhodes, famoso colonizador inglês, o qual, já em 1895, em palestra com jornalista seu amigo, tinha ocasião de proferir palavras bem características da audácia e do cinismo de tais dominadores:

"Ontem estive no East-End londrino (bairro operário) e assisti a uma assembleia de sem-trabalho. Ao ouvir, em tal reunião, discursos exaltados cuja nota dominante era: pão! pão! e ao refletir, quando voltava à casa, sobre o que ouvira, convenci-me, mais que nunca, da importância do imperialismo..."

Estou intimamente persuadido de que minha idéia representa a solução do problema social, a saber: para salvar aos 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma guerra civil funesta, nós os

políticos coloniais, devemos dominar novos territórios para nêles colocar o excesso de população, para encontrar novos mercados nos quais colocar os produtos de nossas fábricas e de nossas minas. O Império, disse-o sempre, é uma questão de estômago. Se não quereis a guerra civil, deveis converter-vos em imperialistas".

(Lenin — ob. cit. pág. 396).

Nos dias de hoje, qual a linguagem de Churchill senão a mesma?

É, ainda, Churchill, grande especialista e técnico em guerra, quem diz, com o maior cinismo, que a saída para a crise econômica das grandes nações imperialistas é a guerra, não só porque determina a intensificação da indústria, trabalho, portanto, para o proletariado, como cria um teatro onde possam morrer quantos sobram para o mercado de braços. Tal a tese cínica que já se defende pela imprensa. Isto foi publicado num órgão de manufatureiros de armamentos nos Estados Unidos.

O Sr. Campos Vergal — V. Ex.ª permite um aparte? Sou fundamentalmente contrário à guerra. Sempre aceitei que os conflitos armados se baseiam em explorações. Fazem-se guerras pela conquista de mercados comerciais. Nenhum povo é favorável à guerra. Entendo, como V. Ex.ª, que os capitalistas arrastam os países à luta e, muitos deles, para vender suas armas e munições, a fim de que os povos se matem. As consequências da guerra são, sempre, a miséria, a penúria, a degradação social. Tenho, portanto, a certeza de que dentro de cada país, para evitar a guerra — o maior de todos os males — deve-se alertar a consciência nacional contra os exploradores.

O SR. CARLOS PRESTES — Temos convicção sincera de que fazemos isso: despertar a Nação e os próprios governantes; porque ninguém mais do que nós deseja apoiar o Governo; se ele quiser, realmente — e acreditamos que o queira — realizar uma política contra a guerra. Desejamos apoiar o Governo; e dizemos com toda a franqueza que, se, por acaso, nos levar a uma guerra imperialista, estaremos contra o Governo. Essa, a nossa afirmação.

Assim, o aparte do nobre Deputado vem confirmar a opinião de que minhas declarações não podiam produzir essa celeuma, essa gritaria, esse coro de insultos de toda ordem que, infelizmente, vieram até dentro da Assembleia. Porque essa é uma velha posição dos comunistas, posição reafirmada muitas vezes por nós.

Que há por trás dessas palavras? Que provocou a celeuma? Por que esta série de provocações, esses ataques pessoais, esses insultos, essa campanha anti-comunista dos dias de hoje? Eles surgiram com as minhas palavras ou sem as minhas palavras, de qualquer maneira, com qualquer protesto, porque este é o método usado pelos imperialistas no momento que vivemos no mundo e em nossa pátria: é a preparação para a guerra. E nos arranjos para a guerra é mister criar o ambiente, preparar, psicologicamente, o povo para a luta, liquidar a democracia, tapar a boca dos homens com coragem de falar o que pensam e dizer as verdades, dos homens que não se acovardam quando julgam ser preciso dizer, como eu disse, aquelas palavras.

Na hora atual, tais provocações, tais ataques pessoais surgiram de qualquer forma. Palavras como aquelas eu as pronunciei muitas vezes, poucas semanas antes e muitos meses passados também. Nós, comunistas, seguimos sempre o exemplo de Lênine, conhecido de todos, o exemplo de Karl Liebknecht, já aqui citado, esta tarde.

O que há, portanto, — repito — é um sistema organizado de provocação e preparação psicológica para a guerra. É disto que se trata. E essa preparação, Srs. Representantes, tem sempre um centro diretor: basta acompanhar os jornais brasileiros, os mais diversos, que se combatem uns aos outros, e verificar que eles empregam os mesmos argumentos, quase as mesmas palavras para atacar o comunismo. "O Correo da Manhã", jornal sistematicamente contra nós, e que foi sempre anti-comunista, agora escreve lamentando que o Partido Comunista tenha uma direção capaz de cometer tantos erros. "O Correo da Manhã" está com pena do Partido ... (Risos.)

Por que? Que deseja ele? É a campanha, Senhores, para tentar desmoralizar os dirigentes do Partido Comunista, é a previsão estulta dos interessados em dividir o Partido que é um monopólio que ninguém conseguirá dividir, Partido que pôde resistir, durante 23 anos, a uma vida clandestina, de lutas as mais terríveis, que teve seus chefes torturados e perseguidos, e aí está vivo, em progresso e crescimento!

É a campanha da preparação para a guerra. Para ela chamamos a atenção de todos os patriotas. Pedimos aos nossos maiores adversários que meditem sobre a realidade brasileira e considerem a que sérios perigos procuram arrastar o nosso povo.

Essa campanha surge devido à situação internacional. É a Inglaterra em crise, são os Estados Unidos em crise; é o prestígio, cada vez maior, da União Soviética. E, além disso, a crise interna em nossa Pátria, são as dificuldades para resolvê-las, são os restos do fascismo que ainda vivem no Brasil e procuram forçar o homem digno e honesto que é o Sr. General Eurico Dutra a uma política falsa contrária aos interesses do próprio Governo, porque contrária aos interesses nacionais. Porque não se esmagam idéias. Não é com polícia que se resolve o problema do pão reclamado pelo povo; não é procurando forçar o operário a não fazer greve que se extingue o mal.

Cumpra atender ao problema nacional. E o Governo, para enfrentar a situação econômica, mais do que nunca necessita do apoio do povo, da sua confiança. Nós, comunistas — torno a salientar — queremos apoiar o Governo, ajudá-lo, colaborar com ele na solução dos problemas do país. Esta, Senhores, a nossa posição.

É contra a nossa vontade que atacamos o Governo, porém temos de nos defender, de defender a democracia. Não achamos outro caminho senão este.

Contra as medidas reacionárias do Governo, dentro da lei, sempre protestaremos, empregaremos todos os recursos para reagir; mas, acatamos as decisões do Governo, aconselhamos

ao povo e ao proletariado que respeite as decisões oficiais.

Os elementos reacionários pensavam, ainda há poucos dias, que era possível a guerra. Diante das ameaças de guerra, julgavam chegado o momento de realmente, implantar uma ditadura em nossa Pátria. Já vimos, porém, que se equivocaram. Essas provocações não serão as últimas; elas continuarão, e nós as esperamos com serenidade, prontos a enfrentar todos os obstáculos, porque não temos ilusões, sabemos que ainda somos minoria, que os outros Partidos ainda são mais fortes, e, se quiserem esmagar-nos, poderão fazê-lo. Temos, todavia, a certeza de que com tais violências não será liquidado o comunismo, porque o comunismo sempre existirá enquanto houver exploradores e explorados.

Senhores: existe mais um fato agravante, fato que é, incontestavelmente, muito significativo, em todas essas provocações anticomunistas, anti-sociais e anti-democráticas: o da liquidação da democracia em nossa Pátria. Esse fato é a tendência dos elementos mais reacionários dos Estados Unidos; e notem bem VV. Excelências, — refiro-me aos elementos mais reacionários dos Estados Unidos, ao capital financeiro mais reacionário; não, ao povo americano, que é democrata, nem ao governo americano, que ainda está sob a vigilância desse povo. Refiro-me — repito — aos elementos mais reacionários do capital americano, que querem uma saída guerreira para a situação de crise em que se debatem.

Basta atentar para o que ocorre quanto às bases permanentes que possuem pelo mundo inteiro; bases militares, bases aéreas e bases navais. Até hoje, não foram abandonadas as bases cedidas a esses senhores. E essas bases foram cedidas porque se tratava da defesa de nosso país em uma guerra justa, em uma guerra contra o nazismo. E elas de há muito deveriam ter sido abandonadas. Não conheço, é certo, as condições em que foram cedidas, mas o fato é que a guerra terminou há quase um ano e elas ainda não foram abandonadas! O Sr. Ruy Almeida — Suponho esteja V. Excia. enganado quanto às bases, pelo menos as do Nordeste. Creio que o Governo já declarou terem sido desocupadas.

O SR. CARLOS PRESTES — O Sr. Brigadeiro Trompowsky afirma o contrário.

O SR. PRESIDENTE — Peço ao ilustre orador interrompa por alguns instantes suas considerações.

O SR. CARLOS PRESTES — Com prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Encontrase sobre a mesa requerimento do Senhor Representante Costa Neto, no sentido de prorrogação da sessão por trinta minutos.

Os Srs. Representantes que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Foi aprovado.

Continúa com a palavra o Senhor Representante Carlos Prestes.

O SR. CARLOS PRESTES — Senhor Presidente, muito embora aprovado o requerimento de prorrogação da sessão, terei a palavra cassada dentro de breve tempo.

O Sr. Costa Neto — Não tive o intuito, com o meu requerimento de prorrogação, de que fosse cassada a palavra a V. Ex.^a, e peço ao senhor Presidente seja o requerimento submetido à consideração da Casa, tão logo esteja esgotado o tempo de que ainda dispõe o nobre Representante do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE — Os requerimentos de prorrogação são sujeitos à deliberação do plenário antes de terminar o tempo da sessão, e, no caso atual, o requerimento já foi, até, aprovado.

O Sr. Costa Neto — Não tive o intuito — repito — de ver cassada a palavra ao ilustre Representante, senhor Carlos Prestes.

O SR. CARLOS PRESTES — Agradeço a gentileza da declaração do nobre colega, e penso, Sr. Presidente, que poderei concluir meu discurso dentro de dez minutos, no máximo.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao ilustre orador que dispõe, apenas, de cinco minutos.

O SR. CARLOS PRESTES — Terminarei, Sr. Presidente, afirmando.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex.^a pode falar no tempo destinado ao Deputado Osvaldo Pacheco.

O SR. CARLOS PRESTES — Respondendo ao aparte do Deputado Rui de Almeida e afirmo que o Brigadeiro Trompowsky diz o contrário de Sua Excelência.

O Sr. Rui de Almeida — Não afirmei nada; disse apenas que supunha e que poderia trazer informações concretas, amanhã.

O SR. CARLOS PRESTES — Pensamos que essas provocações guerreiras ainda tenham mais esse objetivo oculto por parte, — repito, — não do povo americano, nem do governo americano, mas dos elementos mais reacionários do capital ianque, os quais querem forçar o governo a ter bases no mundo inteiro, para atender a seus fins.

E são esses mesmos elementos que hoje, por intermédio de seus agentes, nos chamam de traidores, com a boca cheia. Esses elementos são muito fortes e tudo vai depender apenas da vigilância do povo dos Estados Unidos. Acreditado muito na força da democracia nesse país. Enquanto houver ali democracia, será difícil um governo fascista vencer.

Reassseguro, Sr. Presidente, que participam dessa campanha de provocação de guerra, levantando celeuma em torno de palavras sempre proferidas aqui por nós comunistas, elementos como o Sr. Assis Chateaubriand, que em julho de 1944, afirmava, clinicamente, pelo seu jornal, — e ninguém o chamou de traidor a não ser, ao que eu saiba, pois estava na prisão — uma versão de que o Brigadeiro Eduardo Gomes protestou contra tais palavras, textualmente o seguinte:

"... Não deveremos, portanto, chamar mais as nossas bases aero-navais de bases brasileiras, senão bases interamericanas. E se restrições se impõem à iniciativa nacional das forças armadas, outras tantas devemos reconhecer à própria idéia de soberania. Já tenho sugerido na imprensa argentina e brasileira a idéia da criação de uma "framework" elástica, ou seja, de um aparelho de super-soberania, que estabeleça limites às soberanias indivi-

duais de cada uma das nossas respectivas nações, no exclusivo interesse delas. Assim como ventos hoje, na guerra, os Estados Unidos constroem bases em território da Grã-Bretanha e do Brasil, urge nos habituarmos na era da paz a essa mentalidade de internacionalização das armas preventivas da guerra".

E por aí continua.

O Sr. Glécio Alves — Estranhável é dizer V. Ex. que ficaria ao lado da Rússia em determinadas condições. O Sr. Chateaubriand usou do mesmo direito, dizendo que as bases brasileiras não são mais do Brasil.

O SR. CARLOS PRESTES — No momento estou falando, não da Rússia, mas das bases americanas.

O Sr. Glécio Alves — É um absurdo. Mas amanhã V. Ex. poderá dizer que o Brasil tem necessidade de bases russas.

O SR. CARLOS PRESTES — Nunca sustentei a necessidade de bases russas no Brasil, e aqui se sustenta a de bases americanas.

O Sr. Glécio Alves — V. Ex.^a está admitindo a hipótese de uma guerra entre o Brasil e a Rússia.

O SR. CARLOS PRESTES — Não estou tratando disso. Estou dizendo que, em tais condições, no entender do Sr. Assis Chateaubriand, não devemos chamar essas bases navais e aéreas de brasileiras, devendo ser abandonada a idéia de independência do Brasil, pois aquele jornalista dá preferência aos banqueiros. Isto é o que está escrito.

O Glécio Alves — Não estou de acordo com o Sr. Chateaubriand, mas V. Ex. está sustentando o direito de todo homem defender os pontos de vista que entenda.

O SR. CARLOS PRESTES — Certamente, e o Sr. Assis Chateaubriand pode sustentar esses pontos de vista. Não o impeço, assim como não desejo nem quero que seu jornal seja fechado. Pelo contrário, é que continue a se desmascarar, e a dizer ao povo o que na verdade é.

Quanto a esta questão de bases inter-americanas já tivemos ocasião de nos pronunciarmos, quando do projeto de intervenção nos negócios internos de cada povo. A proposta é do Ministro Larreta, do Uruguai. Somos contrários a essa intervenção, porque sabemos que de todos os países americanos só um e único está em condições de tornar efetiva essa intervenção. Essas bases inter-americanas são, no fim de tudo, apenas bases americanas.

O Sr. Luiz Viana — V. Ex. não deve esquecer e, esquecendo, quero que seja anotada a atitude digna, correta e patriótica que teve o Brigadeiro Eduardo Gomes a esse respeito.

O SR. CARLOS PRESTES — Conheço apenas versões acerca dessa atitude e de que, após esse artigo, do Sr. Assis Chateaubriand, houve manifestação do Brigadeiro Eduardo Gomes sobre o assunto.

Esse acordo para bases inter-americanas, para a intervenção, para a guerra, é semelhante à célebre fábula dos potes de barro e de ferro.

Sabemos quais seriam, para nós, as consequências de uma aliança dessa natureza, em benefício dos grandes trustes.

Mas, dizia eu, não conheço os tratados, não sei em que condições o governo Getúlio Vargas cedeu essas ba-

ses; sei, somente, que, em Cuba, bases foram cedidas sob a condição de que, seis meses depois de terminada a guerra, seriam abandonadas, passando às mãos do governo cubano. No entanto, o imperialismo jamais continuava hoje ocupando com seus soldados aquelas bases e não pretende de forma alguma abandoná-las, procurando zofismar, dizendo que não se trata de — "seis meses depois de terminada a guerra" — mas de — "seis meses depois de assinado o tratado de paz".

Ainda hoje, chegaram-me às mãos jornais de Cuba, em que, discutindo-se essa tese imperialista, se diz:

"Recentemente, um alto funcionário da Chancelaria cubana, lançou um pouco de luz neste delicadíssimo assunto, que é vital para a nossa nacionalidade e a soberania nacional. Acontece que os norte-americanos procuram dar uma interpretação caprichosa, unilateral, aos tratados. Afirmação deles que se comprometeram a entregar as bases militares seis meses depois de firmados os "tratados de paz", e não antes. Isto quer dizer, falando claro, que se a discussão, a elaboração e a assinatura dos tratados de paz com as nações derrotadas na guerra levar vinte anos, as tropas dos Estados Unidos permanecerão todo esse tempo em Cuba.

A Chancelaria cubana não pode estar de acordo com essa interpretação lãngueta, unilateral e interesseira. As manifestações atribuídas ao funcionário cubano que falou à imprensa no Palácio Presidencial, assim permitem supor. Cuba entende que já chegou a hora de serem entregues ao nosso Governo essas bases, que os tratados assinados estabelecem que a entrega deveria fazer-se, forçosamente, seis meses depois de terminada a guerra, e não seis meses depois da assinatura de todos os tratados de paz".

Senhores, é essa a experiência cubana, que nos deve chamar a atenção; essa vigilância patriótica, que é necessária. Ninguém mais do que nós, comunistas, apoiou a concessão das bases navais e aéreas às forças americanas para a luta contra o imperialismo nazista. Somos de opinião que temos, no Exército, Marinha e Aeronáutica técnicos suficientes para comandar, dirigir essas bases; que não havia necessidade de tomarmos essas bases o aspecto que infelizmente assumiram. Li as últimas notícias de Belém e Natal, enviadas por pessoas que, achando-se nessas capitais, afirmam que parecia estarem mais em terra americana do que no Brasil.

O Sr. Luis Viana — Na Bahia, antes de terminada a guerra, já os americanos estavam se retirando.

O SR. CARLOS PRESTES — O Brigadeiro Trompowsky, em entrevista de sábado a "O Globo", confirma que ainda há bases em poder dos americanos.

O Sr. Rui Almeida — Eu me refiro às do Nordeste.

O SR. CARLOS PRESTES — Perfeitamente. Refere-se às bases construídas, procurando responder à versão de que podem passar a permanente, e que esse é o perigo que nos ameaça:

"As bases construídas no nosso território pelos americanos já nos foram entregues, em sua maioria, como as de Santa Cruz, Espi-

rito Santo, Bahia, Maceió, Recife, e, já em parte, a de Natal, a de Belém, Amapá e Carapagu".

Estas, as palavras do Brigadeiro Trompowsky. Pessoas que viajam de avião, vindo de Belém e Natal, podem confirmar essa verdade.

O Sr. Rui Almeida — Basta a leitura feita por V. Ex.^a.

O SR. CARLOS PRESTES — (Continuando a leitura):

"Se ainda existem americanos nessas bases" (procura S. Ex.^a justificar) é por que o próprio Brasil tem necessidade dessa permanência por mais algum tempo, pois não seria possível receber-se um aparelhamento de tal monta e tão complexo sem pessoal devidamente adestrado, reafirmo, não passa de intriga e de mera fantasia.

Estamos ainda recebendo as bases de maneira parcelada, à medida que, preparamos pessoal em condições de manejar todo o seu mecanismo. Se fôssemos receber tudo de uma só vez, o prejuízo seria para nós mesmos."

Confesso que não concordamos com a justificativa; parece-nos algo alarmante, em desacordo com as tradições e o valor da nossa Aeronáutica.

Diz o Brigadeiro Trompowsky que ainda não temos pessoal em condições de tomar conta dessas bases. Nossa Aeronáutica tem técnicos suficientes, e é impossível que, durante a guerra, não tivéssemos tido ocasião de prepará-los ao menos para isso.

Julgamos essas declarações como comprometedoras e lamentáveis para a Aeronáutica. E acrescenta:

"Essa base, dada a complexidade do seu aparelhamento, está sendo entregue parcialmente ao nosso país e somente pessoal devidamente adestrado pode ocupá-la".

Reafirmo: não passa de intriga ou de mera fantasia.

É essa a opinião do Brigadeiro, defendendo a tese de que os americanos ainda vão continuar algum tempo, até que se possam preparar técnicos.

Mas, como já tive ocasião de dizer, esta tarde, nota-se no Rio Grande do Sul uma atividade maior na construção de bases aéreas. Há um grande movimento de oficiais e inferiores do Exército Americano, não só em Santa Maria como em Porto Alegre; diz-se até que há poucos dias oficiais norte-americanos estiveram fazendo manobras em Cachoeira.

O Sr. Juraci Magalhães — Nunca ouvi falar nisso: oficiais americanos fazendo manobras no Rio Grande do Sul!

O SR. CARLOS PRESTES — Talvez se trate de movimento de quadros. V. Ex.^a não acredita?

O Sr. Juraci Magalhães — Não acredito. Não tenho documentos que me permitam contestar essa afirmativa, mas, se V. Ex.^a os possui, estimarei vê-los.

O SR. CARLOS PRESTES — Em assuntos dessa natureza, é muitas vezes difícil indicar os nomes das pessoas que dão certas informações. Mas, se V. Ex.^a deseja, poderei dizer alguma coisa.

O Sr. Juraci Magalhães — É tão fantástico, para um oficial do Estado-

Maior, ouvir dizer que há oficiais americanos em manobras no sul do país, que não posso acreditar.

O Sr. Rui Almeida — V. Ex.^a declarou que havia atividades maiores no sul.

O SR. CARLOS PRESTES — Na construção de bases aéreas.

O Sr. Rui Almeida — Devo declarar a V. Ex.^a que, há dois anos, quando fui à Argentina, tive oportunidade de verificar que essas bases já estavam em andamento, já estavam há muito tempo em construção — isso em pleno período de guerra. Isso se justificava, porque V. Ex.^a sabe que era indispensável que tivéssemos bases para a nossa defesa.

O SR. CARLOS PRESTES — É muito perigosa a existência de soldados estrangeiros no solo de nossa pátria. O capitalismo reacionário passa por momento muito delicado. V. Ex.^a compreende o que é a crise econômica nos Estados Unidos. É muito séria. A crise da Grã-Bretanha é igualmente muito séria. Os povos coloniais estão lutando pela independência. Se os homens de tendência democrática, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, buscam solução pacífica, caminho pacífico para a saída dessa crise, os elementos reacionários não querem esse caminho, mas buscam a saída pela guerra. Para fazê-lo eles precisam de pontos de apoio, de bases. Não é senão para isso que Franco, Salazar e outros ditadores são conservados na Europa: para a eventualidade de uma solução guerreira. Essas bases são fogueiras cobertas de cinzas, mas que qualquer Churchill pode abanar para atear fogo de novo.

É este o perigo que existe do capitalismo neste momento: — ele está no solo nacional. Os soldados que estão no estrangeiro já deviam ter regressado a seus países. A guerra, desde maio do ano passado, está terminada, e não há razão para que permaneçam nas regiões que ocupam. Isso de acordo com o Tratado de Cuba — porque o brasileiro não conhece. O povo cubano protesta contra a ocupação de suas bases.

A verdade é que há necessidade disso para se liquidar a democracia. Todos sabem que, para se levar um povo à guerra, é necessário prepará-lo psicologicamente; e não é possível essa preparação sem fazer calar a boca dos democratas.

O primeiro passo para preparar a guerra é liquidar a democracia.

O Sr. Juracy Magalhães — Que diz V. Ex.^a da Rússia preparar psicologicamente o povo para uma guerra, enquanto procura destruir a resistência cívica dos outros povos?

O SR. CARLOS PRESTES — Permita que não responda a seu aparte. Estamos tratando do povo brasileiro. Sabe V. Ex.^a que o nosso povo é contra a guerra e que, para prepará-lo psicologicamente para a guerra, é necessário acabar com a democracia.

O Sr. Juracy Magalhães — V. Ex.^a está preparando o povo brasileiro contra a guerra, para a qual se preparam psicologicamente os povos.

O SR. CARLOS PRESTES — É preciso lutar pela paz. É fundamental. V. Ex.^a é pela cessação das bases, para que não sejam mais brasileiras?

O Sr. Juracy Magalhães — Não, senhor. Opinei, na oportunidade justa, como o fez o Brigadeiro Eduardo Gomes. O Brasil não precisaria ceder es-

sas bases aos Estados Unidos, porque estão a serviço da democracia.

O SR. CARLOS PRESTES — Então, V. Ex.^a está conosco na luta em prol da evacuação das bases pelos soldados americanos?

O Sr. Juracy Magalhães — Não estou com VV. Exxs., principalmente porque não creio que o Brasil deixe de empregar suas bases em defesa da democracia, contra qualquer totalitarismo.

O SR. CARLOS PRESTES — Imagine-se se houvesse totalitarismo no Brasil — vamos citar um nome — se o Sr. Getúlio Vargas conseguisse voltar ao poder com uma ditadura. V. Ex.^a está certo de que teríamos democracia e não poderíamos ser arrastados a uma guerra imperialista?

O Sr. Rui Almeida — Extranei o argumento de V. Ex.^a, no que se refere à cessação de bases aos Estados Unidos, porque dele usava o nipo-nazifascismo, quando procurava impedir que o Brasil fosse à guerra. E Vossa Ex.^a, toda gente o sabe, é comunista.

O SR. CARLOS PRESTES — Os nazistas não queriam que fosse cedidas as bases, para facilitar-lhes a guerra. Logo, os integralistas não concordavam com isso. Agora, não concordamos em ceder bases em nosso solo, porque seria levar nosso país a uma guerra imperialista, no interesse dos banqueiros estrangeiros. A situação é diametralmente oposta àquela, e como nós, comunistas, somos diametralmente opostos aos integralistas, naturalmente tomam posição igual, semelhante.

O Sr. Juracy Magalhães — É técnica, mas nem sempre dá resultado, colocar todos os brasileiros, quando adversários de V. Ex.^a, numa chave fascista.

O SR. CARLOS PRESTES — Não estou dizendo isso.

O Sr. Juraci Magalhães — A técnica que Vossas Excelências têm usado é essa.

O SR. CARLOS PRESTES — Absolutamente! Ainda não chamei ninguém, aqui, de fascista. Nós, comunistas, jamais dividimos o Brasil em comunistas e fascistas. Quem fazia isso eram os integralistas; os comunistas, não.

O Sr. Juraci Magalhães — Suporte a linguagem integralista e agora, suporte a linguagem de Vossas Excelências. Nunca vi coisa tão parecida.

O SR. CARLOS PRESTES — Os apertes de V. Ex.^a são muito interessantes, mas preciso terminar meu discurso, porque o tempo é escasso.

Vemos, Senhores, nesta campanha, a preparação ideológica para a guerra, escondendo-se, atrás dela, o propósito de liquidação da democracia em nossa Pátria, podendo ir até ao extremo de perdermos, inclusive, a nossa soberania.

Essa campanha anti-comunista deve interessar a todos os democratas sinceros. A história do mundo inteiro, nos últimos anos, e mesmo em nossa pátria, mostra o que é uma campanha anti-comunista. Campanha anti-comunista é, na verdade, campanha contra a democracia. O primeiro passo é a liquidação do Partido Comunista, porque é ele que, realmente, está junto ao proletariado, lutando com mais audácia. Em seguida, sofrem todos os democratas. O Deputado Hermes Lima não era comunista; o Deputado Domingos Velasco, igualmente, nunca foi comunista. No entanto, em nome de uma campanha anti-comunista, foram presos, pro-

cessados, perderam seus mandatos, etc. Portanto, é para a vigilância democrática, para defender a democracia, que alertamos e chamamos a atenção da Assembleia, pedindo a todos que compreendam o perigo tremendo de cair na ilusão de que a campanha é apenas contra o Partido Comunista. A palavra de ordem é a campanha contra o comunismo, contra a Rússia, mas, na verdade, a campanha é contra a própria democracia. Nesse sentido, tem muita razão o Senador Sr. Hamilton Nogueira, cujas palavras quero repetir, porque fez S. Excia. uma síntese, erponto, realmente, a verdade:

"Nada mais querem senão o fechamento do Partido Comunista, a cassação dos direitos dos representantes comunistas. Se assistíssemos, no atual momento histórico, a esse espetáculo, estaríamos diante da morte da democracia, porque a liberdade dos outros Partidos estaria ameaçada."

Foram estas as palavras pronunciadas pelo Sr. Hamilton Nogueira, palavras com as quais estou de inteiro acordo, e que mostram, positivamente, a perspectiva perigosa de uma luta de tal natureza.

Então, qual é de fato — peço a atenção dos Srs. Constituintes — a orientação de toda essa campanha?

A orientação da campanha de difamação visou, em primeiro lugar, o Partido Comunista, sua liquidação, sua divisão, procurando cindir-lo, com os ataques a que me referi; a direção do Partido, a mim, e procurando intrigar os com os elementos operários dos nossos diversos organismos. E' porém, uma ilusão.

O Sr. Rui de Almeida — V. Ex. permite um aparte?

O SR. CARLOS PRESTES — Ainda antes, publicaram os jornais telegrama de Santa Maria, forjado aqui, no Rio de Janeiro, e em que se declara que o Partido Comunista está cindido e que os comunistas só fazem discursos. O telegrama diz o seguinte:

"Declarações decisivas e valorosas grande líder tornar no se possível maior na admiração dos verdadeiros patriotas receba no dia do aniversário de nosso grande e invencível Partido as homenagens maiores de quem se orgulha de ser marxista e seu soldado. Atenciosamente. — Moacyr Coelho."

Os comunistas de Santa Maria estão mostrando que não é tão fácil como se pensa liquidar o Partido.

O Sr. Glicério Alves — V. Ex. permite um aparte?

O SR. CARLOS PRESTES — Atenção primeiramente ao Sr. Rui de Almeida que pedira antes.

O Sr. Rui de Almeida — Tenho a dizer a V. Excia. que não só o Senador Hamilton Nogueira é contra o fechamento do Partido. Não sou comunista, já declarei de público, e hoje mesmo dei uma entrevista a "Diretrizes", inteiramente contrária ao fechamento desse Partido. O que desejamos é a luta de idéias, com V. Excelência, com os demais representantes do seu e de outros Partidos, para que saia alguma coisa de útil ao Brasil. Não queremos, absolutamente, que desapareça o Partido Comunista. Ai o grande valor da democracia.

O SR. CARLOS PRESTES — Obrigando a V. Excia.

Atendo, agora, ao nobre Deputado Sr. Glicério Alves.

O Sr. Glicério Alves — Também sou contra o fechamento do Partido Comunista; mas declaro que V. Excia. é o próprio culpado dessa campanha, com as declarações que fez, ofensivas ao patriotismo do povo brasileiro. Digo-o com toda a sinceridade — poderei estar errado — mas digo-o com toda a lealdade.

O SR. CARLOS PRESTES — Agradeço a lealdade de V. Excia. — Essas minhas declarações não são entretanto novas. Já as fizemos — há muito.

O Sr. Glicério Alves — Mas ninguém havia chamado a atenção para elas.

O Sr. Abelardo Mata — Passaram despercebidas.

O SR. CARLOS PRESTES — Vou ler, se me permitem, uma declaração feita há tempo:

"Muito antes, em 1937, ainda no cárcere, quando, levado perante o Supremo Tribunal Militar, afirmáramos ante a gravidade da situação nacional que, se os políticos tentassem lançar o nosso povo numa guerra civil que seria, em última análise, um choque de interesses imperialistas, os comunistas saberiam lutar contra essa guerra, transformando-a numa guerra pela independência e libertação nacional. Ainda recentemente, comemorando a "Semana dos 3 LL", referi-me ao que nos ensinaram Lenine e Liebknecht, que souberam lutar por todos os meios contra a guerra imperialista.

Essa nossa atitude não pode constituir surpresa. Porque essa é a atitude de todo verdadeiro patriota. Patriota foi De Gaulle ao lutar contra o governo da França que traía os interesses do povo francês, entregando o país ao imperialismo nazista. Patriotas foram Thorez e Duclos. Traidores foram Pétain e Laval. E não tenhamos dúvidas: aqueles que hoje nos acusam serão os Pétain e os Laval de amanhã.

Mas, companheiros, a preparação ideológica para a guerra mal começa. Não foi adiante com o "Livro Azul" porque soubemos desmascará-la em tempo. Agora, apresentam palavras isoladas para recomenciar a sua campanha."

Essa declaração foi publicada em toda parte. Agora está sendo explicada porque quiseram explorá-la, houve intenção premeditada. Explorariam com aquelas palavras, ou sem elas. Qualquer pretexto servia, porque é o momento histórico internacional.

O Sr. Glicério Alves — Sou contra a guerra, mas confesso que recebi com revolta suas palavras. Tenho um filho que acaba de chegar de estágio de aviação nos Estados Unidos; se amanhã ele recebesse ordem de seu governo, pegaria em armas, e seria assassinado pelos senhores, porque entendem que o governo não pode fazer a guerra. VV. Excias. não podem fazer sub-governo; têm de se submeter a esta Assembleia e ao Governo.

O SR. CARLOS PRESTES — Além de procurar dividir o Partido, toda a campanha foi orientada no sentido de criar um clima de exaltação contra o

comunismo. E' muito útil, compreendamos, conseguir esse objetivo. Toda a semana passada tentou-se criar um clima de exaltação chauvinista para justificar atentados pessoais contra os dirigentes comunistas. Repetiu-se nos jornais, diariamente, que era necessário fuzilar imediatamente Prestes e outros. Quer dizer: criaram essa atmosfera de exaltação para justificar atentados que talvez já se preparem. Não tememos esses atentados, Senhor Presidente. Não pretendemos ser imortais. E sabemos que para cada comunista que tomba, surgem muitos outros. Por essas idéias lutamos com todo vigor, energia, audácia e coragem.

O Sr. Glicério Alves — Faço justiça à coragem de VV. Excelências.

O SR. CARLOS PRESTES — Mais um motivo para essa campanha nos dias de hoje, objetivando hostilizar a União Soviética, envolvê-la em ambiente de ódio, de desconfiança e de desassossego foi encontrado, justamente ao aproximar-se o momento em que deverá chegar seu primeiro embaixador; precisamente quando se vão tornar efetivas nossas relações comerciais e diplomáticas, é que interessa ao capitalismo financeiro impedir isso.

Procuram, assim, impedir que o povo brasileiro receba esse embaixador, cuja presença vai ser, em nossa pátria, mais um fator de democratização e de progresso, e vai facilitar, a todos nós, conhecermos a própria verdade sobre a União Soviética.

De maneira que tudo indica a origem desses ataques ao Partido Comunista e a seus componentes; está no centro diretor financiado pelo capitalismo financeiro lanque. E' ele que deseja isso. Infelizmente, são muitos, em nossa imprensa, os caixeiros desse imperialismo, indivíduos que se prestam a tudo, em benefício de banqueiros.

Essa, incontestavelmente, a situação, decorrente da preconcebida preparação ideológica para a guerra imperialista, que se vem fazendo em nosso Exército. E invoco a atenção do nobre Deputado Juraci Magalhães porque...

O Sr. Juraci Magalhães — V. Excelência me chama para intervir no debate?

O SR. CARLOS PRESTES — ... porque S. Excia. disse que parecia impossível, e eu afirmei que ia mostrar ser possível.

Há diversos oficiais reacionários. O Exército brasileiro é um dos mais democráticos do mundo (muito bem), não houve...

O Sr. Juraci Magalhães — Tradição democrática que sempre defendi.

O SR. CARLOS PRESTES — ... nem haverá, governo que tenha conseguido transformá-lo em exército de fanfarras. Há, porém, nele, uma minoria de reacionários, de elementos fascistas que ainda ocupam postos importantes. Querem falar em nome do Exército, mas não o representam. Representam o Exército homens como o General Obino, que vai ser eleito presidente do Clube Militar, porque tem, realmente, prestígio, possui índole ideológica democrática, que representa a democracia em nosso Exército.

Existem, infelizmente, reacionários fascistas que foram estimulados durante anos; a guerra liquidou militarmente o nazismo mas não liquidou o fascismo em nossa pátria. Os fascis-

tas ainda ocupam postos importantes: no aparelho estatal — e temos provas dessa preparação ideológica em aulas dadas por oficiais aos soldados.

Num almoço de confraternização, em discurso, também se verificou essa preparação.

Em aula, dizia há poucos dias, um oficial que combate sistematicamente a Rússia, o Exército Vermelho, o Partido Comunista, a Constituinte, juntando todas essas quatro coisas, e que faz campanha persistente.

O Sr. Juraci Magalhães — V. Ex. é contra a liberdade de cátedra?

O SR. CARLOS PRESTES — Não se trata de liberdade de cátedra. Dentro do Exército não pode haver liberdade de cátedra; ali só pode haver a orientação do Estado Maior — V. Ex.ª o sabe — e um oficial não pode dar aulas fora dessa orientação. Agora, se se trata de preparação ideológica para a guerra, esse oficial está cometendo falta.

Dizia o referido oficial numa aula há poucos dias — e o nome dele poderia declinar ao Sr. Ministro da Guerra, em particular, se S. Ex.ª o desejar — que no mundo existem...

O SR. PRESIDENTE — Permita o orador uma interrupção, pois tenho sobre a mesa requerimento de prorrogação da sessão por mais trinta minutos, firmado pelo Sr. Representante Carlos Marighela.

Os Senhores que aprovam essa prorrogação queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Aprovada. Continua com a palavra o Sr. Carlos Prestes.

O SR. CARLOS PRESTES — Agradeço, Sr. Presidente, e prometo terminar dentro de cinco minutos, se os apartes me permitirem.

Sr. Juraci Magalhães — Depois do apelo do nobre Presidente, Senhor Otávio Mangabeira, só apartei por instigação de V. Ex.ª

O SR. CARLOS PRESTES — Ijas, Sr. Presidente, dizia o referido oficial que, no mundo, existem duas grandes Nações: Estados Unidos e Rússia; que vai haver guerra entre elas, e precisamos estar preparados para apoiar os Estados Unidos. O Brasil não pode deixar de ficar com os Estados Unidos.

Num banquete de confraternização às Unidades da Moto-Mecanização, nesta capital, outro ilustre oficial do Exército, naquele momento do "Livro Azul", em que pensavam estar iminente a guerra, declarava aos seus companheiros:

"Dirijo-me, particularmente, aos oficiais jovens. Acredito na guerra. A guerra virá: dentro de 3 horas, de 3 dias, de 3 semanas."

Senhores, isso é alarmar, é preparar para a guerra. E o art. 13, n.º 52 do Regulamento Disciplinar do Exército, de 1938, considera falta grave, letra g — provocar ou fazer-se voluntariamente causa ou origem de alarmar injustificável.

Este é, Senhores, o ambiente que chamamos de preparação ideológica para a guerra. Consideramos uma loucura, na melhor das hipóteses, um crime de lesa-pátria.

O povo quer paz, precisa de paz. Não temos, mesmo, elementos para participar de uma guerra. Seria derramarmos o sangue de nossa gente, em benefício dos grandes trusts, dos monopólios, dos banqueiros estrangeiros.

ros. Nenhum motivo explicaria tal preparação. Contra isso lutamos e continuaremos a lutar, enquanto houver democracia no Brasil. Podemos estar errados. Quando nos convençermos de nossos erros, estaremos prontos a corrigi-los. É necessário que nos convençamos, não pela força, mas retirando nossas idéias de nossa cabeça e demonstrando que são prejudiciais aos interesses do povo. Sempre, porém, que vírmos alguma coisa prejudicial à nossa coletividade, ao bem da pátria nos levantaremos e lutaremos de qualquer maneira.

A entrega de bases permanentes, por outro lado, constitui crime. E isso já o dizíamos, em condições bastante difíceis, em junho de 1941. Naquela época fui arrancado do cárcere e levado a um tribunal de justiça militar, para responder por um crime que não cometera: o de deserção. Anistia é prêmio, é esquecimento, é readquirir todos os direitos. Mas o Sr. Getúlio Vargas, porque eu não quis o prêmio, resolveu punir-me e passei a desertor.

O Sr. Abelardo Mata — Não o Sr. Getúlio Vargas, o Judiciário.

O SR. CARLOS PRESTES — Infelizmente, o Poder Judiciário agia sob pressão do Sr. Getúlio Vargas. Não posso trazer os documentos de defesa que apresentei naquela época, mas a própria Justiça Militar não conseguiu incluir meu "crime de deserção" em qualquer dos itens do artigo 117, do Código Penal, porque diz o artigo — Comete crime de deserção, — e vêm os números 1 a 4. Em nenhum desses números conseguiam enquadrar o crime de que me acusavam. O certificado só alegou o artigo. Essa a verdade.

Aquela época, dirigi-me aos ilustres juizes do Conselho de Justiça Militar, ao encerrar minha defesa, e, depois de mostrar que não era, absolutamente, desertor, que sempre lutara pelos interesses do povo brasileiro; que, sendo comunista, estava defendendo simplesmente minhas idéias, chamava a atenção do Senhor Getúlio Vargas, que me mantinha na prisão, num isolamento que durava cinco anos, torturado, portanto, e já havia enviado minha esposa a Hitler, para assassiná-la; afirmava eu ao Conselho de Justiça Militar, já dentro da nossa linha de união nacional — porque julgávamos que a ameaça de guerra era tremenda em nossa pátria — que o perigo era grande e a única maneira de enfrentá-lo, quando a Alemanha nazista dominava povos como o da França, era unir todo o país.

E chamava a atenção — referindo-me particularmente à questão das bases — sobre o perigo de cedê-las para a guerra contra o nazismo porque era muito perigoso deixar vir pisar o solo da pátria o soldado dos nossos exploradores, dos grandes banqueiros estrangeiros, que viviam e vivem suçando o sangue de nosso povo.

Minhas palavras foram as seguintes, em junho de 1941:

"Os nossos governantes que noutras épocas já entregaram em troca das líras papel de Mussolini a carne com que sustentou seus soldados na Abissínia, que depois entregou o nosso algodão pelos marcos de compensação de Hitler, que tomem agora cuidado para não permitir que o imperialismo lanque, em nome da defesa do Brasil ou da América, encha ocupar certos portos (e

aerodromos). A que grau não atingirá a exploração imperialista do nosso povo no dia que a Light, a São Paulo Railway, etc., puderem sustentar suas aspirações com as carabinas dos soldados que já tenham pisado o nosso solo?

Sou insuspeito, senhores, para declarar, neste momento, que o patriotismo do Sr. Getúlio Vargas não permita que as cousas cheguem até lá. Mas para tanto o governo precisa de força — não a força das armas, mas a da opinião pública. É a União Nacional — verdadeira e superior. União, porém, não é escravidão. É pelo pensamento que os homens se distinguem dos animais, e os homens que não dizem com franqueza o que pensam descem a categoria de vermes impotentes e desprezíveis. Não compreendo, por isso, que para ser patriota precise começar por renegar das minhas idéias".

SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre Constituinte estar esgotado o tempo.

O SR. CARLOS PRESTES — Vou concluir Sr. Presidente.

Foi o que declarei perante o Tribunal de Justiça, alertando, lá de dentro do cárcere, e estendendo a mão ao Sr. Getúlio Vargas, porque se tratava do interesse e da defesa do povo.

Essa, a posição dos comunistas, durante toda a guerra. Somos radicalmente contrários à reação, à volta ao fascismo, à ditadura. Quem ataca, quem faz esta campanha contra o Partido Comunista, combate a democracia. São campanhas para sufocar o povo, para envenená-lo com a imprensa venal, a serviço dos banqueiros alienígenas na preparação de uma nova guerra.

É contra isto que nos batemos, contra isto lutaremos, por todos os meios em todas as circunstâncias dentro ou fora desta Assembléia. Não temos o feticismo da vida legal. Se não nos permitirem a legalidade, o Partido Comunista, que já viveu 23 anos na clandestinidade, depois de 10 meses de vida legal, aí está. Queremos a legalidade. Os que desejarem a ilegalidade, que dêem o primeiro passo nesse sentido.

O apelo que dirigimos ao Senhor Getúlio Vargas, naquela época, — é o mesmo que agora dirigimos ao Sr. Presidente E. Gaspar Dutra, em nome da união nacional, da paz, da democracia, do progresso do Brasil. — O que todos os patriotas reclamam é que abandonem o solo de nossa Pátria os soldados do imperialismo, e, isto, o quanto antes!

— Grita-se contra a União Soviética que está longe, que não tem interesses financeiros a defender no Brasil, que não tem ainda uma grande esquadra superior ao menos às dos EE. UU. e Inglaterra, que tem auxiliado os povos na luta por sua libertação, e dessa forma o que de fato desejam os provocadores de guerra é mascarar a entrega crescente de nosso povo à exploração do capital estrangeiro. Que tomem cuidado, pois, os responsáveis pela nossa defesa nacional, a fim de evitar que mais tarde possam, devam ou precisem os comunistas brasileiros repetir para o nosso povo aquelas palavras de André Martí,

que quelmam como ferro em brasa, oirrigidas aos generais traidores do povo francês.

"A grande acusação a fazer ao Estado Maior General da Defesa Nacional é a de ter aceitado passivamente e aplicado no terreno militar a política de capitulação sistemática (ceder bases permanentes a ingleses e americanos em nossa terra, para não descontentar a Mr. Berle ou a Mr. Braden), a política de dar vantagem ao agressor que foi a de todos os governos que se sucederam de 1939 a 1940.

"Como explicar essa perda total do sentimento de honra militar que fora anteriormente tão alto no corpo de oficiais? — Pelo fato de que os chefes supremos do Exército Francês, Pétain, Weigand, Darlan e seus cúmplices pensavam não mais como oficiais encarregados de defender a Nação, mas como políticos ao serviço do Comité de Forges e dos grandes Bancos".

Que se unam, pois, todos os patriotas, em defesa da paz e da democracia! Em defesa da soberania nacional.

Era isso o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

(Os Srs. João Amazonas, Carlos Marighella, Batista Neto, Alceio Coutinho e Osvaldo Pacheco, inscritos para falar sobre a matéria em debate, cedem ao orador o tempo a que tinham direito).

O SR. NEREU RAMOS (Pela ordem) — Sr. Presidente, não venho proferir a resposta que devemos ao Senhor Senador Carlos Prestes. Ela será dada, oportunamente, tão logo seja seu discurso divulgado, para que a resposta seja completa, como a quer e como a deseja o povo brasileiro. (Muito bem).

Vim à tribuna para duas palavras, para uma definição de atitude, em nome do meu Partido.

Antes do mais, quero declarar que o Partido Social Democrático é absolutamente solidário com os protestos emanados do seio da União Democrática Nacional, quando se invocou aqui o nome do Major-Brigadeiro Eduardo Gomes para legitimar atitude injustificável de um seu irmão.

O Major-Brigadeiro Eduardo Gomes é um soldado e um patriota (muito bem), digno da nossa admiração e do nosso respeito. (Muito bem. Palmas). Se S. Excia. não fora isso, a vitória do General Eurico Gaspar Dutra não teria a expressão que lhe devemos dar. Foi um antagonista à altura do vencedor. Um homem que tem dedicado sua existência ao serviço do Brasil não podia e não devia ser aqui lembrado para legitimar atitude absolutamente injustificável. (Muito bem).

O Sr. Juraci Magalhães — E indefensável.

O Sr. Barreto Pinto — Homem de bem.

O SR. NEREU RAMOS — Demorei-me a fazer a declaração, que ora faço, em nome do meu Partido, porque queria ver até onde ia a constância do Sr. Senador Luiz Carlos Prestes na reafirmação do seu erro.

O Sr. Carlos Prestes — Para Vossa Excelência.

O SR. NEREU RAMOS — Para toda a Nação. (Muito bem. Palmas).

Demorei, porque, quando li, da primeira vez, sua entrevista, não acreditei, porque não podia acreditar, que, dentro do Brasil, houvesse um homem, saído do Exército Brasileiro, que tivesse a coragem de, como Senador da República, fazer tal declaração. Só me capacitei da sua veracidade, quando o Sr. Senador Hamilton Nogueira, levado pelo seu espírito cristão, quis abrir uma porta para uma explicação em que S. Excia. pudesse justificar-se. S. Excia., não obstante, reafirmou a declaração.

Hoje, nesta Assembléia, tivemos ocasião de verificar, a sua hesitação, quando foi interpelado pelo ilustre Representante, Sr. Juraci Magalhães...

O Sr. Barreto Pinto — Uma das mais brilhantes figuras da Assembléia.

O SR. NEREU RAMOS — ... Com uma pergunta clara e incisiva, que exigia também resposta clara e incisiva.

O Sr. Barreto Pinto — Tergiversou, como também é de seu feitio.

O SR. NEREU RAMOS — S. Excelência hesitou porque sentia que a Nação o condenava, sentiu que de todos os lados do Brasil vinha condenação à sua atitude. As classes Armadas, pelos seus grandes generais, a imprensa do país, os católicos e todos os Partidos se levantaram para condenar a atitude de um Senador, que não soube respeitar o nome e a bandeira de sua Pátria! (Muito bem. Palmas).

O Sr. Carlos Prestes — A resposta foi dada para qualquer homem inteligente. Não sou ingênuo para responder a perguntas incógnitas.

O SR. NEREU RAMOS — Há de permitir o ilustre Senador pelo Distrito Federal que em nome de meu Partido lamente a injustificável atitude que se admitiu.

O Sr. Carlos Prestes — Injustificável é a de V. Excelência.

O Sr. Trifino Correia — V. Excelência é interessado no atraso do povo de nosso país, porque quanto mais miserável ele for, mais convirá ao interesse de V. Excia. e das classes que V. Excia. representa aqui.

O SR. NEREU RAMOS — VV. Exs., do Partido Comunista, podem ficar certos de que os seus gritos não hão de abafar a minha voz, porque estou acostumado aos gritos da demagogia e sei que eles nada significam para a consciência cívica do povo brasileiro.

O Sr. Barreto Pinto — V. Ex. fala em nome de toda a Nação. (Aplausos.)

O SR. NEREU RAMOS — Deve estar lembrado o ilustre Senador Carlos Prestes, de exemplo que deveria seguir, e que merece recordado. Quero referir-me à guerra do Transvaal. Dentro do Parlamento inglês várias vezes se levantaram contra aquela guerra, mas, decidida a guerra pelo poder competente, ergueu-se um dos opositores e exclamou: "Sempre com o meu país, esteja ou não em erro".

O Sr. Ruy Almeida — Defendemos o interesse do povo.

O Sr. Carlos Prestes — Defendemos o interesse do povo, e não o que VV. Exs. querem. Aliás, o exemplo que V. Ex. vem de citar já se deu no Brasil.

O SR. NEREU RAMOS — Nós, brasileiros, havemos de seguir a nossa caminhada, sempre com o Brasil, com a sua bandeira, com os seus interesses! (Palmas.)

Observamos, hoje, Sr. Presidente, a hesitação do ilustre Senador comunista, no seu longo discurso, que será oportunamente respondido, e quero frisar, já agora, que essa hesitação se verificava sempre que era necessário S. Ex. decidir-se claramente pelo Brasil.

O Sr. Trifino Correia — V. Ex. está defendendo o imperialismo.

O SR. NEREU RAMOS — Nunca defendi imperialismo algum; defendo a Democracia, essa democracia que admite a vida de diversos Partidos. Não defendo totalitarismos, tenham eles o nome que tiverem.

O Sr. Carlos Prestes — Essa é a defesa dos banqueiros estrangeiros, da Light, da São Paulo Railway, das empresas imperialistas, que sugam o suor de nosso povo. Isso é criar ambiente de guerra.

O Sr. José Crispim — O Brasil é contra as guerras imperialistas, que não interessam ao povo.

O SR. NEREU RAMOS — Tenho a certeza, Sr. Presidente, de que nesta hora...

O Sr. Acúrcio Torres — V. Ex., neste momento, está defendendo, acima do regime, a Pátria! (Palmas.)

O SR. NEREU RAMOS — ... a minha voz não é apenas a do meu Partido...

O Sr. João Amazonas — É a voz da reação.

O SR. NEREU RAMOS — ... mas de todos os brasileiros, que se levantam para condenar a atitude do Senhor Senador Carlos Prestes. (Muito bem; muito bem. Palmas.)

O SR. PRADO KELLY (Pela ordem) — Sr. Presidente, são breves, também, as palavras que devo proferir neste momento. As primeiras se destinam, como é óbvio, a agradecer ao ilustre líder do Partido Social Democrático as referências, e com justiça, feitas ao insigne Major Brigadeiro Eduardo Gomes, de cuja pregação democrática, uma das mais notáveis realizadas no Brasil, todos estamos perfeitamente recordados.

O Sr. Acúrcio Torres — V. Ex. dá licença para um aparte? Quero acrescentar que se trata de grande brasileiro, credor sempre das nossas melhores homenagens. (Muito bem.)

O SR. PRADO KELLY — Já havia, em aparte ao nobre Senador Carlos Prestes, lamentado que S. Ex. se servisse do nome do Major Brigadeiro Eduardo Gomes para, ligando-o ao de seu irmão, ler da tribuna da Constituinte uma carta que recebera deste último.

As idéias de Eduardo Gomes são demasiadamente conhecidas do país. Sobre todos os temas que podiam interessar à cultura nacional, seu pensamento se revelou com uma nitidez que raramente se poderia alcançar ou se teria alcançado nas propagandas anteriores.

Não posso também dar minha adesão aos termos em que o Senador Carlos Prestes procurou interpretar o seu pensamento. Estou com o nobre representante de Santa Catarina nos reparos que, em nome do Brasil, fez à declaração, confirmada nesta Assembleia, pelo líder do Partido Comunista.

Também tive ocasião no curso do debate de salientar que, numa democracia, o supremo juiz da justiça ou da injustiça de uma guerra, da conveniência ou da inconveniência de um conflito armado, é — e não pode deixar de ser — o Parlamento, porque ele representa e simboliza o povo. (Muito bem. Palmas.)

O Sr. Trifino Correia — Cada Deputado do nosso Partido representa nesta

Casa 40 mil votos depositados nas urnas pelo eleitorado brasileiro livre e consciente, porque tivemos nas grandes cidades do país elevada votação. Quando essa votação do povo atingir o interior do país, não servirá mais para VV. Excias.

O SR. PRADO KELLY — Com as minhas palavras, não recusei, nem podia recusar, a qualquer cidadão, o direito de previamente opinar sobre as condições em que se deveria preservar a paz e aquelas em que se teria de aceitar a guerra.

Distingo, perfeitamente o direito de opinião dos atos praticados em rebelião contra o poder constitucional, legitimamente investido e no exercício regular de suas atribuições soberanas.

O Sr. Carlos Prestes — V. Ex. é homem de cultura e de pensamento. Pergunto: se esse poder, legitimamente constituído, estiver cometendo um crime contra a Nação, crime que Vossa Excelência sinta, em sua consciência, sendo o governo, portanto, criminoso, apesar de constituído e legal, Vossa Excelência acompanharia essa atitude do governo?

O SR. PRADO KELLY — Responderei sem esforço ao aparte do nobre Senador Carlos Prestes. Se S. Ex. como parlamentar, como representante, nesta Casa, da Nação, — mais do que de um Partido, — tivesse ocasião de se manifestar contrário à proposta do Executivo para a declaração de guerra a um estado estrangeiro, Sua Ex. estaria no seu direito, cumprindo com o seu dever de mandatário do povo, como o entendia. Mas o Senhor Carlos Prestes, depois de haver o Parlamento Nacional declarado o estado de guerra com qualquer potência estrangeira, resolvesse, na qualidade de Chefe do Partido Comunista, ou como súdito do Estado, insurgir-se contra os poderes públicos no exercício de suas atribuições constitucionais, S. Ex. estaria praticando um crime de traição à Pátria. (Muito bem. Palmas.)

O Sr. Carlos Prestes — Mas isso é falta completa de lógica, porque o Governo estaria cometendo um crime. A guerra a que me refiro seria criminosa; e, se se levantasse um homem para dizê-lo ao Governo, sujeitando-se, com essa atitude, a ser enforcado, condenado, fuzilado, seria um cidadão de grande bravura, um patriota, porque, na defesa dos interesses da pátria, teria sido capaz de falar em voz alta aos criminosos. Isto é lógico.

O SR. PRADO KELLY — V. Ex. respondeu a si próprio no aparte; porque, no mesmo instante em que eleva à categoria de herói o homem que tivesse tal procedimento, reconhece que ele se exporia ao fuzilamento, isto é, entraria para o rol dos criminosos de guerra.

O Sr. Barreto Pinho — Traidor de guerra.

O Sr. Carlos Prestes — Em defesa da liberdade Frei Cábeça foi fuzilado e Tiradentes enforcado. Todos eles seriam traidores.

O SR. PRADO KELLY — V. Ex. está fazendo uma confusão que não existe no Direito Penal moderno: pretende assemelhar aos delitos políticos os delitos contra a Pátria.

O Sr. Ataliba Nogueira — Há muita diferença entre uma e outra categoria de delitos.

O SR. CARLOS PRESTES — Se a guerra fosse criminosa e contra os interesses da Pátria, mais dia menos

dia, se provaria, na prática, que o povo realmente sofrera, e, então, aquele homem, enforcado ou fuzilado por ter sabido dizer em voz alta que aquilo era um crime contra a Pátria, seria, incontestavelmente, tido como herói pelo povo.

O Sr. Osvaldo Pacheco — Como hoje é Tiradentes.

O SR. PRADO KELLY — Sr. Presidente, o propósito da União Democrática Nacional é o de manter a vigilância de sua fé nos postulados da Democracia. Todo e qualquer assunto que seja trazido ao conhecimento desta Casa, havemos de examiná-lo, indagando precipuamente se está ou não em causa o princípio democrático, cuja defesa nos incumbe.

O Sr. Juraci Magalhães — Muito bem.

O SR. PRADO KELLY — Há profundas diferenças nas duas concepções de Democracia que se defrontam neste momento — aquela que acabo de expor e a defendida pelo Partido Comunista. Neste ponto, seremos inconciliáveis; porque Democracia, para nós, não é um fim em si mesmo: é um método (Muito bem), um processo, que permita sempre a preservação da dignidade do homem.

O Sr. Lino Machado — Esse, o verdadeiro conceito da Democracia.

O SR. PRADO KELLY — A Democracia, no conceito marxista, tem, sabidamente, um conteúdo finalístico, que faz esquecer as condições existenciais, dentro das quais nos permitimos considerar a vida digna de ser vivida. (Muito bem.)

Não sairemos da nossa linha de conduta, diante das ameaças que o Senador Carlos Prestes denunciou na tribuna.

O Sr. Carlos Prestes — Quais?

O SR. PRADO KELLY — Quanto ao fechamento do Partido de Vossa Excia.

Entendemos que os Partidos são indispensáveis à existência de um governo democrático republicano (muito bem); acreditamos que, em caso de perturbação da ordem, está o Governo armado de leis, cuja severidade talvez deva ser atenuada por esta Casa. Dispõe de todos os recursos para garantir a ordem pública e assegurar a estabilidade das instituições. (Muito bem.)

Sr. Presidente, era este o pensamento que eu devia exprimir em nome da União Democrática Nacional, já que o seu eminente líder está impedido de fazê-lo, por se achar presidindo a sessão. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é vivamente cumprimentado.)

O SR. RUY ALMEIDA (Pela ordem)

(*) — Sr. Presidente, na ausência do líder do Partido Trabalhista Brasileiro, venho dizer aos ilustres colegas, representantes da nação, que estamos perfeitamente de acordo com as palavras aqui proferidas, não só pelo Senador Nereu Ramos, líder da maioria, como pelo Deputado Prado Kelly, da União Democrática Nacional.

O Partido Trabalhista Brasileiro, que nesta Casa representou 1.400.000 eleitores, pode perfeitamente falar em nome da nação para dizer que não era preciso, neste momento, o ilustre líder recorrer ao Transvaal. Bastava recorrer ao Brasil.

Quando foi da guerra contra o fascismo, todos se congregaram em torno do Sr. Getúlio Vargas, amigos e in-

migos, porque acima de tudo estavam os interesses nacionais.

O Sr. Dioclecio Duda — Indagamos os interesses...

O Sr. Maurício Sobrinho — Houve exceções: os integralistas e os quintacolonistas.

O Sr. Agostinho Oliveira — O manifesto dos mineiros, naquela hora de guerra, foi contra o Sr. Getúlio Vargas.

O SR. PRESIDENTE — Atenção! Peço ao nobre orador que resuma suas considerações, porque faltam dois minutos para terminar a sessão.

O SR. RUY ALMEIDA — Vou concluir.

O Sr. Júlio Prestes, adversário irreconciliável do Sr. Getúlio Vargas, imediatamente se colocou ao lado da nação contra os seus inimigos.

Sr. Presidente, o Partido Trabalhista está, neste particular, perfeitamente de acordo, tanto com o Partido Social Democrático como com a União Democrática Nacional. (Muito bem; muito bem. Palmas)

O SR. PRESIDENTE — Vou levantar a sessão, designando, para a amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

Continuação da discussão única do requerimento n.º 17, de 1946, requerendo sejam solicitadas ao Poder Executivo informações sobre o saldo, no estrangeiro, em divisas e ouro, com especificação por países; sobre a utilização desse saldo, a partir de 1945, em que proporção e para que fim; sobre as necessidades atuais da indústria nacional quanto ao reequipamento; sobre o fornecimento de material de reequipamento por países estrangeiros.

Continuação da discussão única do requerimento n.º 16, de 1946, solicitando seja o Ministro da Agricultura informado do grande anseio da nossa população rural de colaborar com o Poder Executivo na obra de revivificação dos nossos sertões contando com a garantia da mecanização da lavoura e de outros benefícios.

Discussão única da indicação n.º 10, de 1946, propondo que a Mesa da Assembleia sugira ao Poder Executivo o restabelecimento da vigência do Decreto-lei n.º 3.939, e a revogação dos de ns. 4.080, de 3 de Fevereiro de 1942 e 6.930 de 5 de Outubro de 1941.

Discussão única da indicação número 11, de 1946, propondo seja sugerida pela Mesa da Assembleia Constituinte ao Poder Executivo o restabelecimento da aposentadoria ordinária, revogado o Decreto n.º 2.474, de 5 de agosto de 1940.

Discussão única da indicação n.º 20, de 1946, propondo seja desaprovada pela Assembleia Constituinte o ato do Poder Executivo baixando um decreto-lei contra o direito de greve, e sejam pedidas informações sobre os motivos da presença dos agentes da Ordem Policial e Social nas assembleias dos sindicatos.

Discussão única do requerimento número 48, de 1946, solicitando informações ao Poder Executivo sobre a aplicação do artigo 19, do Decreto-lei que instituiu o Fundo Nacional de Proteção à Infância e bem assim sobre os dispositivos da Constituição de 1934, referentes ao assunto.

Discussão única do requerimento número 36, de 1946, solicitando ao Poder Executivo informações sobre declarações de lucros para efeito do pagamento do imposto sobre a renda, feitas

(*) Não foi revisto pelo orador.

por sociedades anônimas nacionais e estrangeiras, que exploram vários serviços no território nacional.

Discussão única do requerimento número 22, de 1946, solicitando informações ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sobre pagamento de gratificações a Juizes Eleitorais, nos Estados, e aos preparadores das eleições de 2 de dezembro último.

Discussão do requerimento n.º 40, de 1946, pedindo-se consignar emenda voto de regisio pela chegada do primeiro trem, conduzindo minérios, a Volta Redonda.

Discussão única do requerimento número 30, de 1946, solicitando ao Poder Executivo informações sobre o andamento das realizações empreendidas em Alagoas pela Companhia Hidroelétrica de São Francisco, autorizada a organizar-se pelo Decreto-lei n.º 2.031 de 1945.

Discussão única do requerimento número 44, de 1946, solicitando sejam encaminhadas ao Poder Executivo sugestões sobre medidas a serem tomadas para debelação da crise econômica.

Discussão única do requerimento número 51, de 1946, requerendo uma providência do Poder Executivo excluindo do controle do Instituto do Alcool e do Açúcar os açúcares de tipo baixo, e concedendo liberdade de produção aos pequenos engenhos.

Discussão única do requerimento número 11, de 1946, solicitando medida do Poder Executivo suspendendo a vigência das alíneas "d" e "e", do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 6.739, de 16 de julho de 1944, e de proteção aos inquilinos nos casos de venda de imóveis.

Deixam de comparecer 41 Senhores Representantes:

Partido Social Democrático

Paraíba:

Samuel Duarte.

Pernambuco:

Etelvino Lins.
Jarbas Maranhão.
Ulisses Lins.
Ferreira Lima.
Pessoa Guerra.

Serpipe:

Leite Neto.

Bahia:

Aloísio de Castro.
Negreiros Falcão.
Altamirando Requião.
Eunápio de Queiroz.

Minas Gerais:

Lovino Coelho.
Melo Viana.
Pedro Dutra.
Bias Fortes.
Duque de Mesquita.
Joaquim Libânio.
José Alkimim.
Rodrigues Pereira.

São Paulo:

Lopes Ferraz.
João Abdala.
Honório Monteiro.

Goiás:

João d'Abreu.

Mato Grosso:

Martiniano Araújo.

Paraná:

Roberto Glasser.
Aramis Ataíde.

Santa Catarina:

Aderbal Silva.

Rio Grande do Sul:

Bittencourt Azambuja.
Nicolau Vergueiro.

União Democrática Nacional

Paraná:

Adelmar Rocha.

Ceará:

Gentil Barreira.

Paraíba:

Ernani Sátiro.

Sergipe:

Leandro Maciel.
Heribaldo Vieira.

Bahia:

Clemente Mariano.

Minas Gerais:

Lopes Cançado.
Licurgo Leite.

Paraná:

Erasto Gaertner.

Santa Catarina:

Tavares d'Amaral.

Partido Trabalhista Brasileiro

Minas Gerais:

Leri Santos.

São Paulo:

Hugo Borghi.
Pedroso Júnior.

Partido Republicano

São Paulo:

Altino Arantes.

Paraná:

Munhoz da Rocha.

Levanta-se a sessão às 19 horas e 30 minutos.

Publicação feita de acordo com o requerimento formulado pelo Sr. Horacio Lafer, na sessão de 20 de Março de 1946, deferido pela Comissão de Polícia (*)

DESCRIMINAÇÃO DE RENDAS

Método seguido na exposição

1 — Organização financeira.

a) — Afinidade com o tipo de Estado.

b) — Conformidade com os encargos do poder tributante.

c) — Imperativos históricos.

2 — Requisitos peculiares aos Estados.

a) — Suficiência.

b) — Elasticidade.

c) — Flexibilidade.

3 — O regime atual.

a) — O sistema dos Estados.

b) — O sistema dos Municípios.

(*) Reproduzido por ter saído com incorreções no Diário da Assembleia de 26 de março de 1946.

gos.

4 — A receita em face dos encargos.

a) — Receita.

b) — Despesa.

5 — Efeitos do regime.

6 — Como corrigir os defeitos.

7 — A proposta.

8 — Medida complementar.

9 — A Boa Teoria e a Realidade.

10 — A Situação dos Municípios de

Insignificante Arrecadação.

11 — A Situação dos Estados.

12 — Proposição Constitucional.

ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA

Na organização financeira do País, que outra coisa não é senão o regime de rendas públicas a ser consagrado na Constituição Federal, dois critérios se impõem desde logo ao exame dos senhores Constituintes: — o da distribuição dos campos de incidência e o da distribuição das espécies tributárias. O primeiro, consistente, como é sabido, na atribuição de competência privativa a cada entidade de direito público para a exploração fiscal de determinados grupos de riqueza constituídos pelo indivíduo, pelo capital, pela renda, pela circulação, pelo trabalho; o segundo, na distribuição dos tributos em espécie.

É certo que, como variações desses critérios, outras modalidades podem ser apontadas. A competência para a exploração dos campos de incidência, por exemplo, ao invés de ser privativa, pode ser concorrente ou adicional; e a distribuição dos tributos, por seu turno, pode inspirar-se em um critério menos exclusivista, como acontece, atualmente, no Brasil, com o imposto de indústrias e profissões, que é atribuído aos Estados e Municípios em partes iguais, ou como acontece, na Itália, com o *Sovrimposte Sui Terreni e Sui Fabricati*, que se adiciona aos tributos do Estado em favor das comunas e províncias. Seria de referir-se também o critério da atribuição de poder tributante, a uma única entidade, a que incumbiria, por isso mesmo, a arrecadação total dos tributos e a distribuição de cotas às demais; mas, pelos seus inconvenientes notórios, e, sobretudo, pela sua incompatibilidade com o regime institucional do País, não pode sequer entrar na cogitação dos que vão enfrentar o magno problema.

1 — Afinidade com o tipo de Estado.

Sim, porque, um regime de discriminação de rendas deve, como condição primeira, harmonizar-se com a estrutura do Estado.

A estrutura do Estado Federal pressupõe três ordens jurídicas: — a Constituição, a competência federal e a ordem jurídica dos Estados — membros. Pode-se definir o federalismo, nas expressões de Pedro Calmon, (1) como a maior descentralização possível, simplesmente porque o regime federal está subordinado ao princípio que assegura aos Estados — membros todo e qualquer poder ou direito que lhes não seja recusado expresso ou implicitamente pela Constituição Federal, assim como à regra segundo a qual a União só dispõe dos direitos ou poderes que a Constituição, expressa ou implicitamente, lhe outorgue.

(1) — Teoria Geral do Estado, página 217.

Nessa estrutura, portanto, não se enquadraria uma organização financeira que importasse em um vínculo de subordinação dessas entidades ao poder central, senão a que lhes assegurasse plena autonomia, isto é, uma perfeita integração nesses princípios básicos do regime.

"A ausência de discriminação de rendas, confundindo os campos de incidência fiscal, estabeleceria uma livre concorrência, ofensiva da justiça tributária e danosa aos interesses financeiros dos respectivos poderes. Tendo cada uma das unidades federativas responsabilidades bem definidas no exercício da finalidade estatal, com consequentes encargos privativos, não poderiam deixar de ter asseguradas pelo menos as fontes próprias da receita necessária à cobertura das correspondentes despesas. Admitir a livre concorrência tributária dessas unidades, seria abrir um terreno de competições perigosas propiciando conflitos e favorecendo hostilidades entre poderes cuja atuação só se compreende conjugada, em plena harmonia e comunhão de esforços". (2)

Segue-se, portanto, que a atribuição de receita distinta a cada uma das unidades federadas é um imperativo do regime político do País.

2 — CONFORMIDADE COM OS ENCARGOS DO PODER TRIBUTANTE

Mas a distribuição dos tributos está, por sua vez, sujeita a uma verificação especial: — a sua conformidade com a natureza dos próprios encargos de cada um dos poderes.

Se o meio de harmonizar, no mesmo espaço territorial, o exercício concorrente do poder pelas diversas entidades, foi a divisão das competências, claro é que na divisão dos tributos se deve ter em conta a natureza dos encargos que defluem dessa competência. Seria inconcebível, por exemplo, conferir à União o direito exclusivo de criar e manter alfândegas e conferir ao Estado o direito de cobrar tarifas alfândegárias; assim como seria desastroso dar competência ao Município para orientar e fiscalizar as construções e atribuir à União o imposto predial. Pela sua própria repercussão no âmbito nacional, pela necessidade de uma orientação única no processo de imposição e pela influência que pode exercer na política financeira do Governo Central, o imposto sobre a renda também não poderia deixar de compor a receita da União.

E como em verdade cada tributo tem delineamentos próprios em que se confundem, muitas vezes, a despeito, da sua função essencial de produzir renda, aspectos sociais ou regulamentares, claro é que o processo seletivo deve ser minucioso e favorecer o exame isolado de cada espécie.

3 — IMPERATIVOS HISTÓRICOS

Será forçoso atentar, finalmente, para a gênese da organização e não quebrar *ex abrupto* os laços históricos de que resultou, por isso que, como advertiu o Senhor João Luís Alves no Congresso Jurídico Brasileiro de 1908, precisamente ao relatar uma tese sobre a discriminação de rendas

(2) — Discriminação de Rendas — Carlos Alberto de Carvalho Pinto, página 40.

O Sr. Aureliano Leite — Há outras firmas em São Paulo, com os mesmos resultados astronômicos.

O SR. CAFÉ FILHO — Figurará na ordem do dia um requerimento de informações ao Governo sobre lucros apurados pelas empresas industriais e comerciais durante a guerra, e na oportunidade da discussão demonstrarei a V. Ex.^{ta} não tomando por base apenas o capital, mas pelo movimento das firmas, pelo material empregado, que o lucro é, por essa demonstração, astronômico, à custa da inflação. Essa é grande verdade.

O Sr. Dioclecio Duarte — Enquanto isso, pequenos produtores de matéria prima estão na miséria.

O Sr. Jales Machado — O lucro extraordinário das indústrias têm corrido para o despovoamento dos campos. O encarecimento da vida, por isso, decorre diretamente da inflação.

O SR. CAFÉ FILHO — A inflação constitui um dos elementos do encarecimento, mas a cobertura da inflação, a ganância, o lucro espetacular, reflete-se especialmente sobre as classes pobres.

Basta verificar que homens que em 1939 nada possuíam, hoje são donos de grandes fortunas.

O Sr. Alde Sampaio — E' um dos grandes males da inflação; mas não se devem excluir, também, da culpa os responsáveis pela inflação.

O SR. CAFÉ FILHO — Inflação e ganância. Inflação e lucro, lucro que eu chamo criminoso. Demonstro-lhe desta tribuna quando discutir meu requerimento sobre lucros extraordinários industriais.

O Sr. Alde Sampaio — Não contesto essa afirmação de V. Ex.^{ta}.

O Sr. Dioclecio Duarte — Lucros tão criminosos que o próprio Governo está procurando reprimir.

O Sr. Campos Vergal — Durante o período de guerra, em São Paulo, onde se aloja a maior indústria do Brasil, numeroso grupo de aventureiros enriqueceu criminosamente, à custa da miséria popular, especialmente no campo das indústrias têxteis.

O Sr. Dioclecio Duarte — E' exato.

O Sr. Campos Vergal — Inúmeras pessoas tornaram-se milionárias, e as classes populares da capital, do interior e do campo, se viram reduzidas à miséria, vivem maltrapilhas, não tendo dinheiro para comprar o que vestir. A tese do orador é brilhante e a favor do povo. Devemos providenciar de hoje em diante, sem esquecer os crimes cometidos contra as massas no transcorrer dos anos de guerra. A maior parte da indústria não se acha nas mãos de brasileiros e, sim, de estrangeiros.

O SR. CAFÉ FILHO — V. Excelência feriu um ponto importante, que é o do encarecimento do tecido, da roupa do pobre, forçando grandes lucros, rendas fantásticas para os que exploram essa indústria, fato que se tornou espetacular nas suas projeções.

Ainda há poucos dias, um nobre representante do Rio Grande do Sul, homem da fronteira, informava que os tecidos brasileiros comprados naquele Estado, entrados por contrabando da Argentina, são adquiridos a preços mais baixos que os pagos nos centros industriais do Rio de Janeiro.

O Sr. Toledo Piza — Exilado, residi na Argentina durante 5 anos e meio e posso dar testemunho desse fato. Os

tecidos brasileiros, lá, são vendidos a preços mais baratos que no Brasil.

O Sr. Dioclecio Duarte — Porque temos indústria obsoleta, explorada por italianos, ingleses e outros estrangeiros, que, à sombra do protecionismo nacional, contribuem para a pobreza brasileira.

O Sr. Jurandir Pires — Permita Vossa Excelência, antes de criticar o lucro extraordinário da indústria, devem-se estigmatizar, o lucro extraordinário da especulação, posto que num há o destino social, o aumento da produção pela capitalização, enquanto que noutro não há destino social, mas apenas o privado, o favoritismo aos potentados e simpáticos da situação.

O Sr. Dioclecio Duarte — Não é lógico nem econômico, que se permitam indústrias obsoletas em detrimento das classes pobres.

O SR. CAFÉ FILHO — A especulação vem do intermediário, e devemos assinalar apenas uma coisa: quem sofre os efeitos da especulação na indústria e da especulação dos intermediários, é um só, o povo.

O Sr. Flores da Cunha — V. Excelência referiu-se ao fato de, nas fronteiras do Rio Grande do Sul os tecidos brasileiros importados pelo Uruguai e Argentina serem vendidos a preços inferiores aos obtidos no Brasil, em todos os Estados. Declaro a V. Excia. que, ainda ontem, em telegrama procedente da Argentina "A Noite" publicava o seguinte: — O aguçar brasileiro está sendo vendido em Paso de los Libres por preços inferiores aos que têm em Uruguiana.

O SR. CAFÉ FILHO — Obrigado pelo testemunho de V. Excia.

O Sr. Jurandir Pires — Isso porque, lá, não há Coordenação.

O Sr. Pedro Ludovico — Desejo confirmar o esclarecimento. Foi informado, por empregado da Alfândega, de que chegaram ao Rio de Janeiro mais de cinco mil aparelhos de rádio faturados ao preço de 580 cruzeiros e estão sendo vendidos a 1.600 cruzeiros. As válvulas norte-americanas cujo preço de importação é de 20 cruzeiros, estão, no entanto, a 120.

O SR. CAFÉ FILHO — Vêem VV. Exas. quão oportuno foi meu requerimento, quão oportuna foi a medida que a Casa está analisando para poder votar.

A Assembleia como que se reuniu, num só protesto, contra a especulação e a exploração do povo. Não vejo mais, aqui, a divisão partidária. De todos os setores — do Partido Social Democrático, da União Democrática Nacional, dos demais Partidos — surgem declarações confirmatórias do que venho trazendo à tribuna quanto à nossa posição, às condições internas do Brasil, às suas relações internacionais, à sua produção, à necessidade de melhorar seu parque industrial. E esse parque industrial, contando mais de 50 anos, porque já oferece lucros astronômicos, espetaculares...

O Sr. Dioclecio Duarte — Porque goza de protecionismo escandaloso.

O SR. CAFÉ FILHO — ... é mantido como está, sem que haja pedido de máquinas para as nossas indústrias.

De fato, há poucos dias, em entrevista, o Dr. Benjamin de Azevedo declarava não existir um pedido de má-

quinas para reaparelhamento das indústrias nacionais.

O Sr. Alde Sampaio — Nesse ponto quero divergir de V. Ex.^{ta}. Dou meu testemunho de que há, realmente, pedidos, até para a tão criticada indústria de tecidos.

O SR. CAFÉ FILHO — Há reserva de créditos e certificados de equipamentos. Isso é diferente.

O Sr. Alde Sampaio — Há pedidos e, até, embarques.

O SR. CAFÉ FILHO — E devo acrescentar: os pedidos só podem ser atendidos em máquinas velhas, porque os países dirigentes do mundo, os países sob cuja influência estamos vivendo, apenas nos querem vender as máquinas dos seus parques industriais, para substituí-las por novas.

O Sr. Alde Sampaio — São máquinas remontadas — completo a impugnação de V. Ex.^{ta}.

O Sr. Carlos Prestes — Somente as duas potências imperialistas assim procedem. V. Ex.^{ta}, entretanto, fez a divisão em três zonas.

O SR. CAFÉ FILHO — Falei em três países, quando fiz a divisão das zonas de influências, fato conhecido de V. Ex.^{ta}.

O Sr. Carlos Prestes — Ouvi quando V. Ex.^{ta} devidu em três zonas de influência.

O Sr. Alde Sampaio — Não são os países que vendem máquinas velhas; são os comerciantes e industriais.

O SR. CAFÉ FILHO — V. Ex.^{ta} sabe que os comerciantes e industriais não vendem sem interferência do Governo.

O Sr. Alde Sampaio — V. Ex.^{ta} está enganado. Não mais existe essa interferência, nos Estados Unidos e na Inglaterra.

O SR. CAFÉ FILHO — V. Ex.^{ta} não conseguirá comprar máquinas nos Estados Unidos.

O Sr. Alde Sampaio — Por falta do que comprar. Há pedidos de todas as partes do mundo, que absorvem a produção, e o Brasil chegou tarde demais.

O Sr. Domingos Velasco — Só exportam e vendem máquinas remontadas, recondicionadas.

O SR. CAFÉ FILHO — V. Excia. vem ao meu encontro. Que fomos, dentro da guerra? Colaboradores dos Estados Unidos. Fomos os que garantiram a retaguarda das tropas norte-americanas. E o nobre Deputado observa que chagamos tarde com os nossos pedidos! Ajudamos, no entanto, Sr. Presidente, a construir a grande vitória!

O Sr. Alde Sampaio — Infelizmente, mais uma vez, por culpa nossa, porque os Estados Unidos avisaram, com antecedência, ser preciso inscrição para os pedidos de compras de máquinas. Cumpre fazer justiça.

O SR. CAFÉ FILHO — Eis a condição de país semi-colonial a que estamos reduzidos.

O Sr. Alde Sampaio — Não apoiado.

O SR. CAFÉ FILHO — Vamos aos fatos. V. Excia. fala em máquinas. Sou testemunha de um episódio relativo a máquinas.

Encontrava-me em Natal quando ali chegaram vários aviões. Uma companhia nacional de aviação comprou um desses aparelhos. No dia do meu embarque para o Rio, já com passagem comprada, essa companhia efe-

receu-me oportunidade de realizar um vôo noturno direto de Natal ao Rio de Janeiro. Aceitei o convite, pela novidade. Viagem num dos aviões adquiridos por uma das nossas companhias nacionais, aos Estados Unidos. Partimos do campo de Natal e viajamos toda a tarde. A noite, quando sobrevoávamos a Bahia, um dos motores do avião se incendiou. Graças à habilidade do piloto brasileiro, conseguimos descer. Vejam bem os nobres colegas. Consertado o motor, prosseguimos viagem, já alta madrugada, e tivemos de voltar das proximidades do Rio de Janeiro, porque todos os aparelhos de navegação do avião se queimaram!

Esta espécie de máquinas que estão sendo vendidas ao Brasil.

Devo referir outro fato.

Os caminhões que estão sendo vendidos, como novos, para o serviço de transporte, no Brasil, quando postos ao sol, muitos deles deixam ver, perfeitamente, a inscrição do Exército norte-americano sob a tinta nova.

Ainda mais: um funcionário de oficina da Usina do Macabu disse-me que a referida Usina comprou um caminhão como novo, importado naqueles dias e recebido diretamente. Tendo o veículo sofrido um acidente, foi desmontada uma de suas partes, verificando-se que todas as peças eram recondicionadas!

E assim como acontece com o avião, de motor velho e usado, sucede com o caminhão, com todas as máquinas.

O Sr. Lino Machado — Talvez estejamos em face de exceções, porque os Estados Unidos venderam material em condições para o Brasil, em larga escala. Poderia citar a V. Excia., como exemplo, os aviões militares "Douglas" que foram vendidos a companhias brasileiras e com ótimos resultados.

O SR. CAFÉ FILHO — Acabo de citar fatos.

O Sr. Lino Machado — Dei o aparte, pela grande simpatia que me inspira o nobre orador. V. Excia. citou o caso do avião em que viajou, mas esse caso, repito, pode ter sido uma exceção.

O Sr. Dioclecio Duarte — Aliás, isso depende mais do comprador, porque nenhum deles, por certo, adquire tais máquinas, sem exame rigoroso.

O SR. CAFÉ FILHO — Não temos máquinas novas, para adquirir. Só podemos comprar a uma país sob cuja zona de influência ficamos, zona determinada pelos vencedores da guerra. Só podemos comprar a esse país, que só nos manda máquinas velhas. E' a grande verdade.

O Sr. Adroaldo Mesquita — V. Ex.^{ta} permite um aparte?

O SR. CAFÉ FILHO — Com muito prazer.

O Sr. Adroaldo Mesquita — Posso informar a V. Ex.^{ta} que a Viagem Aérea do Rio Grande do Sul, a Varig, adquiriu dos Estados Unidos, pela importância de 700 mil cruzeiros, quatro aviões, esplendidos, e que prestam relevantes serviços.

O SR. CAFÉ FILHO — Gostaria que V. Ex.^{ta} me informasse se esses aviões são máquinas novas ou usadas.

O Sr. Adroaldo Mesquita — Usadas, mas podem ser consideradas de primeira ordem.

O SR. CAFÉ FILHO — Máquinas usadas. V. Ex.^{ta} compra. Podemos trazer tudo o que quiser, usado; novo, nada.

O Sr. Adroaldo Mesquita — A empresa VARIG, do Rio Grande do Sul, adquiriu nos Estados Unidos, por setecentos mil cruzeiros, aviões que custavam dois milhões e duzentos mil cruzeiros, cada um. Estão viajando, de Porto Alegre ao Rio de Janeiro e vice-versa, com ótimos resultados, com cem por cento de segurança, pres-tando, como disse, relevantes serviços ao Rio Grande do Sul e ao Brasil.

O SR. CAFÉ FILHO — Não quero dizer, também, que o avião em que viajei, e teve queimado o motor, não esteja voando. É possível que tenha sido consertado. Afirmando, sim, que as máquinas são usadas.

O Sr. Jurandir Pires — Certa vez recebi um conselho maravilhoso: o maior inimigo do bom é o ótimo. Brasil longe está de se encontrar em situação boa, econômica, industrial ou progressista. Não vai querer exigir, na hora presente, os mais complexos aperfeiçoamentos da maquinaria para instalação industrial, porque se assim o exigir, jamais atingirá a elevação de que precisa e se impõe para seu progresso. É evidente que devemos cogitar de grandeza. A situação do pauperismo tremendo do Brasil, que está dez vezes abaixo da América, e o recebimento da metade do que precisa daquele país, já seria grande conquista para nós.

O SR. CAFÉ FILHO — Não, porém, em máquinas usadas.

O Sr. Aureliano Leite — Concorro com o orador em que os sacrificios do Brasil na guerra deveriam assegurar melhores pontos em relação à política comercial e econômica com as Nações que estiveram em conflito.

O Sr. Jurandir Pires — Mesmo nos Estados Unidos há falta de máquinas novas.

O Sr. Deoclécio Duarte — Somente isso, aliás, não contribui para o aumento do pauperismo. Impede que o consumidor brasileiro adquira artigos mais baratos no estrangeiro.

O Sr. Jurandir Pires — Exato.

O SR. CAFÉ FILHO — Devemos recebê-las para reequipamento de nossa indústria?

O Sr. Jurandir Pires — Desde que estejam acima do grau técnico em que nos encontramos. Se subirmos na escala técnica, tomando mesmo máquinas usadas, mas que tenham maior rendimento do que as que possuímos no momento, estaremos progredindo.

O Sr. Segadas Viana — Nosso parque industrial de tecidos tem, em média, máquinas de 60 anos. Se recebermos máquinas de 15 anos a preços acessíveis estaremos evoluindo 45 anos.

O Sr. Jurandir Pires — Exato.

O SR. CAFÉ FILHO — É como VV. Exs. situam o Brasil na concorrência com outros países produtores de tecidos? Se vamos fazer o reequipamento do nosso parque industrial de tecidos com máquinas usadas, com capacidade inferior de produção, como poderemos concorrer com os Estados Unidos nesta coisa muito discutida no momento — a indústria de tecidos?

O Sr. Segadas Viana — Nossa produção é muito inferior. Não temos parque industrial para concorrer com os Estados Unidos.

O SR. CAFÉ FILHO — V. Ex. deferiu o princípio de que devemos pagar?

O Sr. Segadas Viana — Não.

O SR. CAFÉ FILHO — O progresso é indispensável à nossa vida, à nossa subsistência. A grandeza, a prosperidade brasileira, estão justamente, como nos outros países, na conquista de mercados.

Durante a guerra conseguimos penetrar nos mercados do exterior, conquistando os mercados da América do Sul com nossos tecidos, e não posso entender como o Governo agora suspende, abruptamente, essa exportação, alegando que essa política fará baixar o custo da produção, quando sabemos que há, dentro disto, um monopólio do qual talvez o honrado Senhor General Eurico Dutra não tenha ciência, mas que eu denuncio.

Fui informado de que fábricas brasileiras fecharam contratos de tecidos com os mercados platinos, com a obrigação de entregar o produto a um preço, verificando-se posterior valorização. Pois bem, é por isto que se pede a suspensão da fabricação por noventa dias, para que não sejam cumpridos esses contratos.

O Sr. Toledo Piza — Não é assim que se conquistam mercados novos.

O Sr. Eptilogo de Campos — É acusação muito grave de V. Ex.

O SR. CAFÉ FILHO — Ora, Senhor Presidente, em relação aos países que comandaram e ganharam a guerra — porque nós nada ganhamos a não ser esta fase, que não é de banca rota embora assim considerada pelo Presidente da Associação Comercial.

O Sr. Domingos Velasco — V. Ex. deve dar suas informações sobre essas indústrias à Comissão de Inquérito.

O SR. CAFÉ FILHO — Não pertenço à polícia, meu nobre colega, nem à Light, para fazer investigações. (Riso).

O Sr. Domingos Velasco — Mas é um representante do povo.

O SR. CAFÉ FILHO — Estou arguindo fatos. A investigação faça-a o Governo.

O Sr. Domingos Velasco — Estou pedindo a V. Ex. leve os fatos ao conhecimento da Comissão de Inquérito. Se eu deles tivesse ciência, assim procederia.

O SR. CAFÉ FILHO — Ao Governo cabe investigar, para descobrir as razões dessa medida.

O Sr. Horácio Láfer — Há tempos desembarcaram no Brasil dezenas de compradores que começaram a adquirir quantidades excessivas de tecidos. Os preços iam subir 30 % dentro do país e a única maneira, severa e definitiva, de se evitar essa majoração foi proibir a exportação.

O SR. CAFÉ FILHO — V. Ex. traz assim seu testemunho de que as compras se realizaram, ...

O Sr. Horácio Láfer — Algumas, sim, e em quantidade muito maior estavam sendo preparadas outras. O país ficaria sem tecidos. Os existentes encareceriam de 30, 40 ou 50 por cento. O governo protegeu o interesse do povo brasileiro.

O SR. CAFÉ FILHO — ... de que o fato tem procedência, porque S. Exa., com a autoridade de grande industrial, declarou que os fatos por mim referidos, embora sem ter as provas nas mãos, são verdadeiros e gravíssimos, merecedores de apuração, pois os contratos se realizaram, as compras se fizeram. E aqui estou

afirmando que os contratos e as compras — não porque o produto subiu de preço — não foram efetivados, isto é, os industriais brasileiros não puderam exportar o artigo, o que está justificando a medida da suspensão da exportação.

O Sr. Dioclécio Duarte — As premissas são iguais, mas conclusões diferentes.

O Sr. Horácio Láfer — Não apoiado. Os industriais pleitearam o direito de exportar, porque são atingidos pela proibição. Quem impôs a suspensão da exportação foi o Governo brasileiro, no alto desejo de evitar a falta de tecidos para o povo e a subida violenta de preços, que se processaria devido às grandes quantidades que estavam sendo preparadas para a exportação.

O Sr. Deoclécio Duarte — E os industriais continuam a pleitear o direito de exportação. Quer dizer: o Governo veio em defesa do produtor brasileiro.

O Sr. Domingos Velasco — O ilustre orador, creio, não compreendeu o sentido do aparte que dei há pouco. Tendo S. Exa. feito grave denúncia, pedi encaminhasse a mesma à Comissão de Inquérito, ao que redarguiu não ser investigador de polícia.

O SR. CAFÉ FILHO — O nobre Deputado ouviu mal. Não falei absolutamente em investigador. Agora, entretanto, estou compreendendo melhor seu aparte, e, isso, peço desculpas.

O Sr. Domingos Velasco — E acrescentei: se soubesse os nomes dos exploradores, eu os declinaria da tribuna. Não estava pedindo nomes, mas que V. Exa. denunciasse os fatos à Comissão de Inquérito.

O SR. CAFÉ FILHO — Entendi que V. Exa. estava reclamando de mim os nomes dos exploradores, os quais só podem ser conhecidos depois da investigação, que a mim não cabe.

O Sr. José Joffili — V. Exa. aludiu ao preço das utilidades, bem assim à produção. Eu perguntaria: qual o critério para determinar o custo da produção, em um país onde não há indústria de base e a transformação é precária no momento?

O SR. CAFÉ FILHO — Isto seria uma aula de custo de produção, e não seria eu o mais habilitado para dá-la. (Não apoiado.) Se vim à tribuna foi num esforço de cumprir o meu dever, apresentando trabalho de critério, no intuito de ajudar o Governo a solucionar relevante problema. Não estou, sequer, no propósito de fazer oposição.

Assim, se acaso tivesse a veleidade de ensinar aos nobres colegas e ao Governo como determinar o custo de produção, deixaria de fazer o meu discurso para passar a um terreno completamente diverso daquele que constitui o único objetivo da minha presença na tribuna: trabalho de crítica aos atos do Governo. Aceitarei, todavia, e de muito bom grado, a aula que o ilustre Representante da Paraíba possa dar, contanto que seja curta, na medida de um aparte.

O Sr. José Joffili — Quero dizer a V. Exa. que, sem se promover o funcionamento da nossa indústria de base, jamais se poderá determinar a fixação do preço da produção.

O Sr. Deoclécio Duarte — O orador está defendendo justamente este ponto.

O SR. CAFÉ FILHO — Discordam do ilustre colega pela Paraíba os que estudam o assunto.

O Sr. Osmar de Aquino — Vossa Exa., aliás, está abordando problema já focalizado pelo Sr. José Joffili, com grande brilhantismo, e defendendo o aperfeiçoamento de nossa técnica industrial. O que se estabelece, no caso, é conflito de técnica, influyendo no preço da produção. Não podemos, com técnica inferior, competir no mercado internacional. É o aprimoramento dessa técnica que V. Exa. está, justamente, pretendendo.

O SR. CAFÉ FILHO — Obrigado a V. Exa.

Referia-me, Sr. Presidente, ao mercado de tecidos, e de tecidos acaba o Governo de decretar a supressão das exportações. Enquanto isso, veja bem na Assembléia — os Estados Unidos fundam fábricas de tecidos no Chile, na Colômbia, no Peru e na Venezuela. Quando voltarmos ao mercado, em que condições poderemos fazê-lo, se lá encontrarmos os produtores americanos do Chile, da Colômbia, do Peru e da Venezuela?

Esta é a nossa situação.

O Sr. Agostinho de Oliveira — Desde que V. Exa. fala nesses fatos, posso acrescentar que no Brasil o tecido trabalha com quatro teares no máximo, ao passo que, na América do Norte, empregam 20 teares para um só operário. Daí resultar concorrência desfavorável ao nosso país.

O SR. PRESIDENTE — Advirto ao nobre orador de que está findo o seu tempo.

O SR. CAFÉ FILHO — Sr. Presidente, vou concluir, atendendo à observação de V. Exa.

O Sr. José Joffili — O discurso de V. Exa. ficará incompleto se não expuser o meio de determinar o custo da produção.

O SR. CAFÉ FILHO — Cedo ao imperativo do tempo. Vou sair da tribuna certo de que não proferi um discurso de oposição. Visei apontar os erros para que o Governo possa vir a acertar, fugindo da influência daqueles que se tornaram os espetáculos aproveitadores dos lucros que a própria guerra determinou. (Muito bem, muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Carlos Prestes.

O SR. CARLOS PRESTES — (*) (Movimento geral de atenção.) Sr. Presidente, Srs. Representantes, volto a esta tribuna em momento realmente delicado para o meu Partido e para mim pessoalmente.

Mal declina uma semana de provocações, de insultos os mais soezes, aos comunistas e a mim mesmo, insultos que tiveram até nesta tribuna o seu eco, constando, dos Anais de nossos trabalhos, a transcrição de expressões injuriosas ao meu Partido e a mim.

Por princípio, não solicitamos a retirada dessas expressões. Preferimos que constem dos Anais. A opinião pública fará justiça e dirá quem tem a razão.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Representantes, não venho à tribuna para responder a esses ataques. Quero reter palavras que, em nome do meu Partido, já tive ocasião de pronunciar

(*) Não foi revisto pelo orador.

Em alta com a moda

PARA A MULHER

As últimas conquistas de PARIS e NEW YORK

VESTIDO AZUL - NOTITE

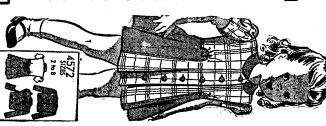


Combina A Cor Da Indumentária Com O Cordeão Da Maquiagem E Dos Cabelos



Se uma jovem, uma coqueta, uma mulher de mundo, quiser se vestir com elegância e com o toque de uma verdadeira artista, ela deve seguir algumas regras. A primeira delas é a harmonia entre a cor da roupa e a cor dos cabelos e da maquiagem. Se os cabelos são escuros, a roupa deve ser de tons mais claros, e vice-versa. A segunda regra é a escolha da silhueta. Uma mulher com a cintura fina deve optar por vestidos que realcem essa característica. Já a mulher com a cintura mais larga deve escolher roupas que disfarçam essa característica. A terceira regra é a escolha do tecido. O tecido deve ser adequado ao clima e ao tipo de ocasião. Por fim, a quarta regra é a escolha dos acessórios. Os acessórios devem complementar a roupa, não competir com ela.

Modelo Para Criança



la Guarda e o Brasil

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, a Guarda foi sempre uma instituição importante. Ela foi responsável por manter a ordem e a disciplina no país. Com o tempo, a Guarda foi se tornando mais profissional e mais eficiente. Hoje em dia, a Guarda é uma das instituições mais respeitadas do Brasil.

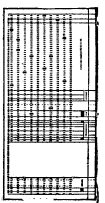
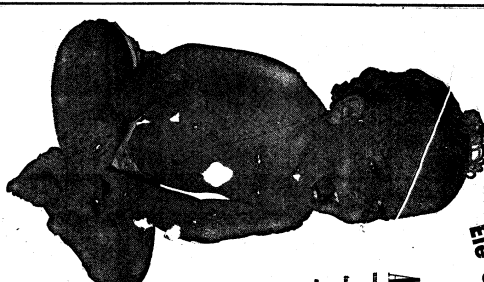
MUNDO DIVERSOS

TRATAMENTO DO CÂNCER TESTÍCULO

DR. CAMPOS DA PAZ Fº

Av. P. de Azevedo, 100 - Rio de Janeiro

Ele é "um número!"



A LEXIA, do mundo, agente de papel, considerava-se, na verdade, um "número". Ele era conhecido por todos, mas ninguém sabia quem ele era. Ele era apenas um nome, um número. Ele não tinha personalidade, não tinha sentimentos. Ele era apenas um número. Ele era o "número" que todos conheciam, mas ninguém sabia quem ele era.

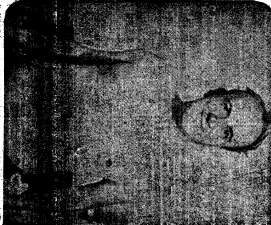
FAIZ COMO UM PERU

E Como Vive o "Pilhado Do Queremano" — Sale Empreendedor e Quatro Autores — 80 Mil Carzinhos De Renda Mensal — Um Pulo No Rio e Outro Em Petropolis — Duas Casas De Governo, a Disposição Do Incrível Deputado Itacolândia — E o St. Barreto Philo Andra Quer Ir Para o Céu...

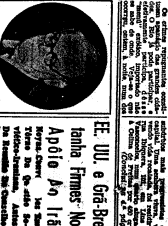
40 Diretrizes

EDICAO FINAL

10.000 CRUZEIROS PARA AS MULHERES



Assassínio Em Lins e Vasconcelos



O PREÇO DO BIFE RACIONADO. 54 N. A. D. 1944. Informa o Departamento de Fisco e Fazenda Oliveira e Financiamento Da Dita Bites De Cuiabá (Texto No 2. Págin)

IEHA

AL GODÃO SEM BORGHI

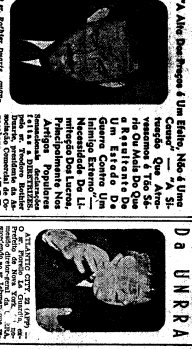
A Italia Ce minha Para a Esquerda

Os Exploradores Da Roupa Sica

Na Nova Constituição: "Trusis" Fora Da Lei, Participação Dos Empregados Nos Lucros, Divisão Da Terra, Direito De Greve



DEFENDEM SE OS VARELISTAS



"BEN, MEU QUERIDO, ESTOU COM O CORAÇÃO PARTIDO..." DIETRIZES INICIA HOJE A PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO DE CLARETTA PETACIO A AVENTUREIRA POR QUEM MUSSOLINI SE APAIXONOU

IEHA

AL GODÃO SEM BORGHI

A Italia Ce minha Para a Esquerda

Os Exploradores Da Roupa Sica

Começa 2.ª Feira-Dia 25 -- A Desperdiçada De Vendo - Da Inovação - Liquidação Total

32



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CONCLUSÃO

Faço conclusos ao Ex^{mo}. Sr. *Prof. F. de Filler*

Secretaria do T. S., em *1 de abril* de 1946

Almeida
~~Secretário Assistente~~
Leônidas

*Em cumprimento a Resoluç.
Superior de 19. 8, o Sr. ...
Dr. ...*

T.S.E. 4.4.46

Recetido na 1ª instância

Obtendo

Chap. de ...

Visto

As Exm. S. Procurador Jeral.

Em 14. Abril. 1946.

Officilistinha

Clube 2 peccas.

Leido

Recebido meus dados,

em o parecer que se seguiu.

Em 23. Abril. 1946.

Officilistinha

Clube 2 peccas